

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS DE SÃO BORJA**

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

BRUNO NABOLOTNYJ NUNES

**ANÁLISE SOBRE AS AÇÕES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO DA UNIPAMPA CAMPUS
DE SÃO BORJA-RS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

**São Borja
2019**

BRUNO NABOLOTNYJ NUNES

**ANÁLISE SOBRE AS AÇÕES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO DA UNIPAMPA CAMPUS
DE SÃO BORJA-RS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA Campus São Borja, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Muriel Pinto

**São Borja
2019**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

Nunes, Bruno Nabolotnyj

Análise sobre as ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja-RS para o desenvolvimento territorial / Bruno Nabolotnyj Nunes.

101 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2019.

"Orientação: Muriel Pinto".

1. Ações sociais. 2. Desenvolvimento territorial. 3. Educação. 4. Ensino superior. 5. Políticas públicas. I. Título.

**ANÁLISE SOBRE AS AÇÕES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO DA UNIPAMPA CAMPUS
DE SÃO BORJA-RS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Dissertação defendida e aprovada em: 26 de setembro de 2019.

Banca examinadora:



Prof. Dr. Muriel Pinto
Orientador
UNIPAMPA - Campus São Borja



Prof.ª Dr.ª Angela Quintanilha Gomes
UNIPAMPA - Campus São Borja



Prof. Dr. Alejandro Noboa
UDELAR - Uruguai

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer e dedicar este trabalho aos meus pais, familiares, amigos, professores e a todos que aceitaram responder aos questionários. Vocês me ajudaram e me incentivaram a progredir na carreira acadêmica.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar as ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja para o desenvolvimento territorial de São Borja e do bairro do Passo, seguindo o modelo de baixo para cima (*bottom-up*). Para ser atingido este objetivo, a Política Pública mostrou-se importante para os temas políticas sociais e territoriais no desenvolvimento educacional serem aprofundados; a dinâmica territorial de São Borja-RS e da UNIPAMPA Campus de São Borja foram contextualizadas através das estatísticas e dos processos: gerais, históricos e locais; e a aplicação dos questionários com perguntas focadas no desenvolvimento educacional e territorial serviram para realizar a análise aprofundada das ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja. A pesquisa justifica-se pelo investimento na educação superior ser uma estratégia territorial que somada às ações políticas do poder público e da sociedade civil podem reduzir as desigualdades e contribuir no desenvolvimento local. Esta pesquisa descritiva qualitativa e quantitativa utiliza a pesquisa bibliográfica, a análise de conteúdo e o estudo de caso para investigar a realidade econômica, educacional, política e social do município de São Borja, e depois determinar os resultados da pesquisa por meio da aplicação de questionários direcionados aos atores institucionais e sociais. Os atores escolhidos para estarem presentes na pesquisa através das suas respostas nos questionários, possuem conhecimento essencial sobre a UNIPAMPA Campus de São Borja e o desenvolvimento local. Portanto, a opinião dos egressos da graduação em Ciência Política e mestrado em Políticas Públicas, dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja e dos docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo (bairro em que a UNIPAMPA Campus de São Borja está localizada) comprovou que as ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja contribuem de maneira positiva para o desenvolvimento territorial de São Borja e do bairro do Passo.

Palavras-chave: Ações sociais; desenvolvimento territorial; educação; ensino superior; políticas públicas.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the social actions of education of UNIPAMPA Campus of São Borja for territorial development of São Borja and the neighborhood of Passo, following the bottom-up model. To achieve this goal, Public Policy has proved important for the social and territorial policy issues in educational development to be deepened; the territorial dynamics of São Borja-RS and the UNIPAMPA Campus of São Borja were contextualized through statistics and processes: general, historical and local; and the application of the questionnaires with questions focused on educational and territorial development served to perform an in-depth analysis of the social education actions of UNIPAMPA Campus of São Borja. The research is justified because the investment in higher education is a territorial strategy that added to the political actions of the public power and civil society can reduce inequalities and contribute to local development. This qualitative and quantitative descriptive research uses bibliographic research, content analysis and case study to investigate the economic, educational, political and social reality of the county of São Borja, and then determine the results of the research by applying questionnaires. The actors chosen to be present in the research through their answers in the questionnaires have essential knowledge about UNIPAMPA Campus of São Borja and local development. Therefore, the opinion of the undergraduates in Political Science and master's degree in Public Policy, of the teachers and educational managers of the UNIPAMPA Campus of São Borja and of the teachers and educational managers of the schools of the neighborhood of Passo (neighborhood where UNIPAMPA Campus of São Borja is located) proved that the social education actions of UNIPAMPA Campus of São Borja contribute positively to the territorial development of São Borja and the neighborhood of Passo.

Keywords: Social actions; territorial development; education; higher education; public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Planejamento do questionário.....	17
Figura 2 – Ciclo de Políticas Públicas.....	23
Figura 3 – Arcos e Sub-regiões da Faixa de Fronteira.....	41
Figura 4 – Brasão de Armas de São Borja-RS.....	46
Figura 5 – Localização de São Borja-Brasil e Santo Tomé-Argentina.....	47
Imagem 1 – Localização da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA Campus I e II de São Borja-RS.....	58
Imagem 2 – Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA Campus I de São Borja-RS.....	58
Imagem 3 – Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA Campus II de São Borja-RS....	59
Tabela 1 – Amostragem pesquisada.....	19

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Lei Orçamentária Anual – LOA: receitas arrecadadas de São Borja-RS de 2008 até 2017.....	49
Gráfico 2 – Lei Orçamentária Anual – LOA: despesas executadas realizadas de São Borja-RS de 2008 até 2017.....	50
Gráfico 3 – IDEB da rede pública de São Borja-RS em 2017.....	51
Gráfico 4 – Número de docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja que responderam ao questionário.....	61
Gráfico 5 – Escolha dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja entre os modos: geral (<i>top-down</i>), local (<i>bottom-up</i>) ou ambos os modos.....	62
Gráfico 6 – Perspectiva dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja sobre as oportunidades em São Borja na área acadêmica.....	63
Gráfico 7 – Perspectiva dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja sobre as oportunidades em São Borja na área profissional.....	64
Gráfico 8 – Opinião dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja sobre as oportunidades para os egressos no bairro do Passo.....	65
Gráfico 9 – Participação dos docentes e gestores educacionais em alguma ação social da UNIPAMPA Campus de São Borja direcionada ao bairro do Passo.....	66
Gráfico 10 – Número de egressos da graduação em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas que responderam ao questionário.....	68
Gráfico 11 – Escolha dos egressos da graduação em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas entre os modos: geral (<i>top-down</i>), local (<i>bottom-up</i>) ou ambos os modos.....	69
Gráfico 12 – Perspectiva dos egressos da graduação em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas sobre as áreas em que estão progredindo atualmente em São Borja.....	70
Gráfico 13 – Opinião dos egressos em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas sobre São Borja oferecer ou não oportunidades para os egressos dos cursos da UNIPAMPA Campus de São Borja.....	71
Gráfico 14 – Participação dos egressos em alguma ação social da UNIPAMPA Campus de São Borja.....	73
Gráfico 15 – Número de docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo que responderam ao questionário.....	74

Gráfico 16 – Opinião dos docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo, sobre as oportunidades para os egressos no bairro do Passo.....	75
Gráfico 17 – Perspectiva dos docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo sobre conhecerem pessoas que moram no bairro do Passo, que após formadas na UNIPAMPA Campus de São Borja permaneceram ou não na cidade de São Borja.....	76
Gráfico 18 – Contribuição da UNIPAMPA Campus de São Borja para o desenvolvimento do bairro do Passo, no entendimento dos docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo.....	77
Gráfico 19 – Participação das Escolas do bairro do Passo em alguma ação social da UNIPAMPA Campus de São Borja.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A extremidade das disfunções e da discricionariade nas burocracias.....	26
Quadro 2 – Os sistemas de funcionamento estruturais.....	28
Quadro 3 – Ações educacionais executadas, em execução e planejadas do CIF.....	43
Quadro 4 – Características e identidades de São Borja-RS.....	45
Quadro 5 – Índice de GINI, IDESE e Taxa de vulneráveis à pobreza de São Borja-RS.....	48
Quadro 6 – IDEB e posição de São Borja em 2017 nos anos iniciais e finais da rede pública, municipal e estadual.....	51
Quadro 7 – Censo de estudantes matriculados nas Instituições Superiores, Técnicas e formação de Professorado da cidade de São Borja-RS em 2019.....	52
Quadro 8 – Visão geral da educação no município de São Borja-RS.....	52
Quadro 9 – Orçamento executado pela UNIPAMPA Campus de São Borja em 2016 a 2018.....	56
Quadro 10 – Número de alunos matriculados e concluintes nos cursos de graduação da UNIPAMPA Campus de São Borja em 2016, 2017 e 2018.....	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 METODOLOGIA	16
2 AS POLÍTICAS SOCIAIS E TERRITORIAIS NO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	20
2.1 O desenvolvimento da Política Pública.....	20
2.2 A política social de educação no desenvolvimento educacional.....	27
2.3 A política territorial no desenvolvimento educacional	33
3 A DINÂMICA TERRITORIAL DE SÃO BORJA-RS	40
3.1 O desenvolvimento nos territórios de fronteira	40
3.2 São Borja-RS: município localizado em território de fronteira	44
3.3 Análise estatística de São Borja-RS.....	48
3.3.1 Análise estatística da educação em São Borja-RS.....	50
3.4 A criação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA	53
3.4.1 A Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA Campus de São Borja-RS	55
4 ANÁLISE SOBRE AS AÇÕES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO DA UNIPAMPA CAMPUS DE SÃO BORJA-RS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL....	60
4.1 Análise da opinião dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja.....	60
4.2 Análise da opinião dos egressos da graduação em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas.....	68
4.3 Análise da opinião dos docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo	74
4.4 Análise sobre as ações sociais de educação da UNIPAMPA para o desenvolvimento territorial de São Borja e do bairro do Passo	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87
APÊNDICES	94

INTRODUÇÃO

As instituições educacionais de nível superior estão influenciando gradativamente o desenvolvimento das localidades, e isto tem criado diversas discussões referentes à importância das ações sociais de educação das instituições para o desenvolvimento territorial. Ao contrário da centralização, a descentralização tem contribuído para entender melhor as desigualdades presentes em cada localidade, e assim, executar um melhor planejamento educacional nos municípios.

A área das Políticas Públicas, contribui para analisar a estrutura e a conjuntura que impacta nos municípios. E o desenvolvimento educacional dos municípios localizados em regiões fronteiriças está diretamente ligado à uma política territorial, ou seja, todas “políticas públicas” que são formuladas e implementadas visando o contexto regional, e sustentadas a partir de planejamentos e ações legislativas com base na localidade, consideradas assim, “políticas territoriais”.

O ensino superior é a etapa de estudo que irá proporcionar aos estudantes, o conhecimento especializado para sua formação acadêmica e profissional. Em suma, acreditando que as instituições federais de ensino superior contribuem para o desenvolvimento humano (formação de atores com novas ideias) devido ao seu investimento socioeconômico, que proporciona melhor qualidade de vida aos que estão inseridos na localidade e na governança pública.

Existe uma diferença entre as **organizações acadêmicas**: Universidade, Centro Universitário, Faculdade e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IF e Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet, contudo, todas são consideradas Instituições de Ensino Superior. E as **categorias administrativas**: pública (federal, estadual e municipal) e privada. Referente à 2017, a maioria das Universidades (106 = 53,3%) e dos IFs e Cefets (40 = 100%) são **públicas(os)**, e a maioria dos Centros Universitários (181 = 95,8%) e das Faculdades (1.878 = 93%) são **privadas(os)**.

No ano de 2017, das 2.448 Instituições de Ensino Superior, 2.152 são **privadas** (87,9%) e 296 são **públicas** (12,1%). E das Instituições de Ensino Superior **públicas**: 124 são **estaduais** (5,1%); 109 são **federais** (4,5%) e; 63 são **municipais** (2,6%). (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2017). A Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA Campus de São Borja, está entre as 106 **Universidades públicas** do Brasil e entre as 109 Instituições de Ensino Superior **públicas federais** do Brasil.

Ainda em 2017, a maioria das **matrículas** em cursos de graduação na rede **pública federal** foram realizadas em Universidades (85,8%), superando a porcentagem de **matrículas** das Faculdades (0,3%) e dos IFs e Cefets (13,9%) (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2017). O fato de que as Universidades possuem aproximadamente 4,4 milhões de **matrículas** (que corresponde a 53,6%, ou seja, mais do que a metade do total de **matrículas** das Instituições de Ensino Superior), comprova que as Universidades fortificam as ações sociais de educação no **ensino superior** para o desenvolvimento territorial, e isto inclui a UNIPAMPA Campus de São Borja¹.

Entre os anos 2016 e 2017, “o número de **concluintes** na rede **pública** aumentou 2,0%; já na rede **privada** a variação positiva é de 2,8%” (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, p. 22, 2017). A maioria dos estudantes que **concluíram** os cursos de graduação em 2017 são da rede **privada** (79,0%) e a minoria são da rede **pública** (21,0%). E ainda em 2017, “quase um milhão e duzentos mil estudantes **concluíram** cursos de graduação” (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, p. 22, 2017).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o percentual de pessoas com o **ensino superior completo** passou de 15,7% em 2017 para 16,5% em 2018. Em 2018, somente 25,2% dos jovens de 18 a 24 anos frequentavam cursos do **ensino superior** ou haviam completado esse nível. A taxa de frequência escolar líquida do **ensino superior** foi de 21,2% entre os homens e 29,3% entre as mulheres. Por cor e raça, esse indicador foi maior entre as pessoas brancas, 36,1%, do que entre as pretas ou pardas, 18,3% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2019).

Esses dados gerais sobre o ensino superior no Brasil, mostram que é necessário entender melhor as políticas sociais e territoriais que se referem à descentralização política, governança territorial, relações de poder e instituições públicas nos municípios. Neste caso, o município de São Borja que está localizado na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, e faz fronteira com a cidade de Santo Tomé na província de Corrientes, na República Argentina, se encaixa como um ponto de referência para a análise das políticas sociais e territoriais em locais de fronteira, sustentando a pesquisa por meio da coleta de dados sobre o desenvolvimento educacional territorial.

Levando em consideração que o município de São Borja está localizado em região fronteiriça, e que suas ações legislativas e suas desigualdades estão condicionadas ao seu

¹ O aumento no número de **matrículas do ensino superior** com o decorrer dos anos está acontecendo devido à ampliação de cursos ofertados pelas instituições de ensino superior, bem como acontece na UNIPAMPA Campus de São Borja.

processo territorial, o propósito do trabalho é tratar sobre a educação do ensino superior no município de São Borja, priorizando o desenvolvimento territorial. No qual, os docentes, egressos e gestores educacionais estão envolvidos nesse processo, tendo papel fundamental na sustentação das políticas sociais de educação e territoriais para o desenvolvimento educacional.

A pesquisa justifica-se pelo investimento na educação superior ser uma estratégia territorial que somada às ações políticas do poder público e da sociedade civil podem reduzir as desigualdades e contribuir no desenvolvimento local. A presente pesquisa tem como objeto de estudo: as ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja em 2019.

Mediante responder a problemática na presente dissertação de mestrado: como as ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja têm contribuído para o desenvolvimento territorial de São Borja e do bairro do Passo? Foi proposto o seguinte objetivo: analisar as ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja para o desenvolvimento territorial de São Borja e do bairro do Passo, seguindo o modelo de baixo para cima (*bottom-up*).

No primeiro capítulo, foi divulgada a metodologia utilizada na pesquisa. A metodologia traz resultado sustentável para a realização da pesquisa.

No segundo capítulo, foi compreendido o desenvolvimento da Política Pública, a política social de educação e a política territorial no desenvolvimento educacional. Ou seja, entender o significado teórico da Política Pública para aprofundar-se nos temas: políticas sociais e territoriais no desenvolvimento educacional.

No terceiro capítulo, foi abordado a dinâmica territorial de São Borja-RS. Isto é, a dinâmica territorial do município de São Borja é contextualizada através das estatísticas e dos processos: gerais, históricos e locais. Este capítulo também contextualiza a UNIPAMPA Campus de São Borja.

No quarto capítulo, foi verificada a participação dos atores institucionais e sociais a partir das respostas nos questionários e realizada a análise sobre as ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja para o desenvolvimento territorial de São Borja e do bairro do Passo.

No final, foram apresentados as considerações finais, as referências bibliográficas e os apêndices.

1 METODOLOGIA

Para desenvolver esta pesquisa descritiva qualitativa e quantitativa foram utilizadas: a pesquisa bibliográfica, a análise de conteúdo e o estudo de caso. Esses três processos mostraram-se fundamentais para aprofundar na realidade econômica, educacional, política e social do município de São Borja, e então, determinar os resultados da pesquisa por meio da aplicação de questionários.

Gil (2008) afirma que o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 2008, p. 26). Então, por ser uma pesquisa exploratória, “obtem-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 188). Em virtude disso, esta pesquisa é definida como descritiva, pois tem por finalidade, reunir e analisar dados qualitativos e quantitativos para detalhar a relação de um grupo por meio da pesquisa de opinião.

Diehl (2004) explora e relaciona os dois métodos de pesquisa que estão sendo utilizados neste trabalho: a) qualitativo: que descreve os processos dinâmicos, e a complexidade dos problemas, contribuindo na mudança e no entendimento das peculiaridades dos grupos e dos indivíduos; e b) quantitativo: pelo uso de coleta de informações estatísticas, sendo uma técnica segura que evita distorções dos resultados analisados e comparados.

Os dados e as informações empíricas geralmente são expressos por conteúdos, e a utilização de figuras e quadros cria maior embasamento na pesquisa qualitativa. E a coleta de dados numéricos pode ser realizada através de indicadores apresentados por meio de tabelas e gráficos na pesquisa quantitativa. Portanto, os métodos qualitativo e quantitativo demonstram que a pesquisa irá conduzir o investigador à dimensão do problema. Por isso, as inclusões desses dois métodos tornam a pesquisa mais rica e densa, buscando levantar dados qualitativos e quantitativos do município de São Borja.

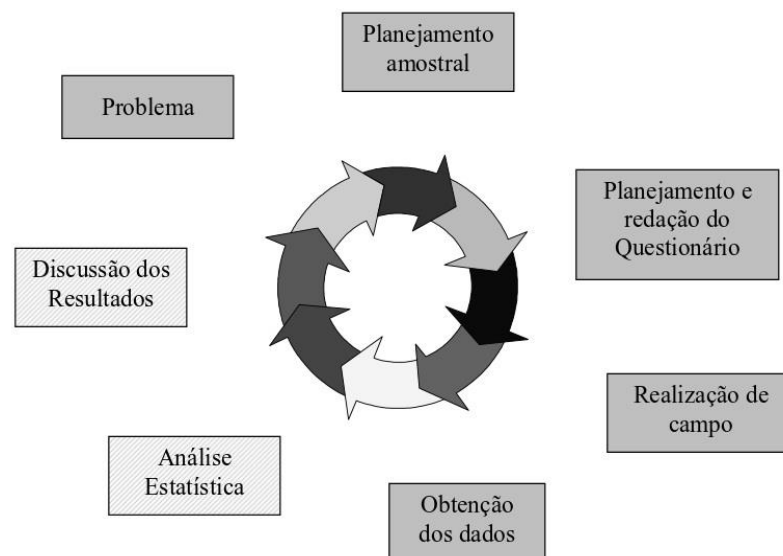
A pesquisa bibliográfica serviu para fundamentar o conceito de Políticas Públicas, política social de educação e política territorial. Para Lakatos et al (1992) a pesquisa bibliográfica coloca o pesquisador em contato com assuntos escritos em livros e publicados em revistas, e “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto” (LAKATOS et al, 1992, p. 44). Permitindo assim, que os objetivos da pesquisa sejam relacionados com os conceitos apresentados.

A “análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos” (MORAES, 1999, p. 3), servindo para revelar as estatísticas numéricas a coleta de dados secundários dos indicadores educacionais e socioeconômicos. E o “estudo de caso é geralmente organizado em torno de um pequeno número de questões que se referem ao como e ao porquê da investigação” (VENTURA, 2007, p. 385), servindo para realizar a dinâmica espacial e a interpretação dos dados primários presentes nos questionários aplicados durante o estudo empírico.

Os questionários foram aplicados de maneira informal, formulados com questões abertas e fechadas. Nas questões abertas, “o informante responde livremente, da forma que desejar, e o entrevistador anota tudo o que for declarado” (GENHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 70), e nas questões fechadas, “o informante deve escolher uma resposta entre as constantes de uma lista predeterminada, indicando aquela que melhor corresponda à que deseja fornecer” (GENHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 70), obtendo dessa maneira, resultados quantitativos e qualitativos sobre os tópicos percorridos nos questionários.

O método de questionário se difere da entrevista, pois as respostas não são ditas de maneira imediata, possibilitando assim, maior tempo de reflexão nas respostas. De acordo com Manzato e Santos (2002), o questionário é representado por sete etapas: 1) problema; 2) planejamento amostral; 3) planejamento e redação do questionário; 4) realização de campo; 5) obtenção de dados; 6) análise estatística; e 7) discussão dos resultados. Essas etapas, são mostradas em seu método circular abaixo:

Figura 1 – Planejamento do questionário.



Fonte: MANZATO, A. J.; SANTOS, A. B. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa.** 2002, p. 8.

O primeiro questionário, foi direcionado aos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja, focando em questões educacionais e territoriais do bairro do Passo e da cidade de São Borja em 2019. Justifica-se a escolha dos atores institucionais que atuam na docência e na gestão educacional devido à sua contribuição para os processos administrativos e acadêmicos da Universidade, ou seja, esses atores estão diretamente ligados à estrutura funcional e às práticas de ações sociais desenvolvidas pela UNIPAMPA Campus de São Borja. Nesta amostra de pesquisa de opinião optou-se pela escolha de docentes e gestores educacionais naturais de São Borja e também os que residem há mais de 3 (três) anos em São Borja.

O segundo questionário, foi aplicado aos egressos de São Borja da graduação em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas da UNIPAMPA Campus de São Borja, focando em questões sobre o desenvolvimento educacional e territorial de São Borja em 2019. Justifica-se a escolha dos egressos da graduação em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas em virtude da UNIPAMPA Campus de São Borja tornar-se um polo nacional nestas áreas que dão ênfase ao desenvolvimento regional. Esses egressos são atores sociais com formação de qualidade acadêmica com conceito máximo 5 (cinco) em Ciência Política e no mestrado profissional com conceito 3 (três) aprovado em 2015 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Nesta amostra de pesquisa de opinião optou-se pela escolha de egressos naturais de São Borja e também os que residem há mais de 3 (três) anos em São Borja.

O terceiro questionário foi direcionado aos docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo, próximos à UNIPAMPA Campus de São Borja, focando em questões sobre o desenvolvimento educacional e territorial do bairro do Passo em 2019. As Escolas selecionadas foram: Escola Estadual de Ensino Fundamental Tusnelda Lima Barbosa, Escola Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha da Costa, Escola Estadual Técnica Olavo Bilac e Instituto Estadual Padre Francisco Garcia. Justifica-se a escolha dos atores institucionais das Escolas que atuam na docência e na gestão educacional com a possibilidade de analisar as características educacionais próximas à UNIPAMPA Campus de São Borja e o impacto das ações sociais da Universidade a partir de uma visão externa. Nesta amostra de pesquisa de opinião optou-se pela escolha de docentes e gestores educacionais naturais de São Borja e também os que residem há mais de 3 (três) anos em São Borja.

Por fim, a interpretação é feita a partir do entendimento do autor. A interpretação das respostas dos questionários serve para analisar o desenvolvimento das políticas sociais de

educação do ensino superior no município de São Borja em 2019. A amostragem pesquisada através dos questionários está sintetizada na Tabela 1:

Tabela 1 – Amostragem pesquisada.

Universo pesquisado	Número de questionários
Egressos da graduação em Ciência Política	21
Egressos do mestrado em Políticas Públicas	6
Docentes da UNIPAMPA	4
Gestores educacionais da UNIPAMPA	14
Docentes das Escolas do bairro do Passo	6
Gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo	6
Total	57

Fonte: NUNES, B. N.

2 AS POLÍTICAS SOCIAIS E TERRITORIAIS NO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Esse capítulo foi organizado em três (3) divisões: o desenvolvimento da Política Pública; a política social de educação no desenvolvimento educacional e; a política territorial no desenvolvimento educacional. Nesse contexto de efetivação das políticas públicas, é possível entender a política educacional² como um instrumento pertencente à política social³, que posteriormente pode ser maximizada tendo em vista a política territorial.

2.1 O desenvolvimento da Política Pública

A política pública surgiu para tornar o governo mais eficaz através da “ação” e “não-ação”. O surgimento da política pública propôs mudanças no rumo das ações construídas pela Sociologia, Ciência Política e Economia. Souza (2006) detalha que os fundadores focaram seus estudos da seguinte maneira: Laswell em 1936 na análise de política pública; Simon em 1957 no conceito de racionalidade; Lindbloom em 1959 e 1979 nas relações de poder e nos processos decisórios; e Easton em 1965 no sistema e relação de grupos de interesse – *inputs* e *withinputs*.

Nos Estados Unidos as políticas públicas partem da ênfase dos estudos sobre a ação dos governos, na Europa as políticas públicas partem da análise sobre o Estado e suas instituições. Já no Brasil, as políticas públicas começaram a repercutir a partir da Constituição de 1988⁴, que ampliou o direito da população em diversas áreas sociais com o intuito de promover a igualdade e a participação da sociedade.

Os críticos buscaram explicar a verdadeira definição da política pública e o resultado encontrado foi de que não existe uma definição única e correta, mas sim vários modos de pensar o papel dos governos na solução dos problemas sociais. Souza (2006) mostra alguns

² A política educacional é estabelecida através do processo decisório legislativo e regulamentada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

³ A política social tem finalidade distributiva e redistributiva, e é implementada com um único objetivo: de acabar com as desigualdades sociais existentes nas camadas populacionais que possuem baixa renda. Diferentemente, as políticas públicas podem ser criadas com outras finalidades e não possuem um único objetivo.

⁴ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>, acessado em 22/07/2017 às 17:53:00.

modos de pensar a política pública, tais como: Lynn em 1980, as ações do governo irão produzir efeitos na política pública; Dye em 1984, a política pública é o que o governo escolhe fazer ou não fazer; Peters em 1986, a política pública são todas atividades dos governos que influenciam na vida dos cidadãos; e Mead em 1995, a política pública analisa as questões públicas do governo.

Os atores públicos (políticos, burocratas) e privados (empresários, trabalhadores, mídia) trabalham e executam a política conforme o funcionamento do sistema político. O burocrata (funcionário público) não tem a consciência que está inserido na política pública, e o que ele faz resulta na criação de novas políticas públicas. Para Lipsky (1980), as atividades dos atores sociais entendidos como burocratas de rua (professores, assistentes sociais, advogados, médicos) afetam os clientes (indivíduos ou grupos referidos como “público alvo” de determinados serviços públicos governamentais), do mesmo modo que as ações dos clientes resultam nas ações políticas dos burocratas de rua (criminosos e a polícia, vendedores ambulantes e os fiscais).

Rua (1997) afirma que a relação entre os atores que influenciam na formulação de alternativas e implementação das políticas públicas consiste em lutas, jogos e debates. Dye (2005) reforça essa afirmação através da “Teoria dos jogos”, onde as lutas, jogos e debates se tornam estratégias para a tomada de decisão racional em situações de conflito. Assim, todos atores políticos e sociais têm escolhas que influenciam no resultado da política, e seus recursos de poder fornecem a possibilidade de controle na boa decisão, onde todos atores acreditam que saíram ganhando, e na paralisia decisória, no qual o uso de recursos é utilizado para impedir ou atrasar determinadas alternativas.

Segundo Frey (2000) o neo-institucionalismo enfatiza “a importância do fator institucional para a explicação de acontecimentos políticos concretos (FREY, 2000, p. 232). No entanto, o neo-institucionalismo além de considerar os valores e regras das instituições que representam a sociedade como um todo (como faz o institucionalismo), ele considera também os: processos políticos, econômicos e sociais; o papel dos atores políticos e sociais (públicos e privados); e as fragmentações institucionais, para a formação e implementação das políticas públicas. Frey (2000) também destaca a importância das “*policy networks*” para a coalizão e da “*policy arena*” para a formação e implementação de políticas públicas.

Kingdon (1984) percebe que no modelo de Múltiplos Fluxos a modificação na agenda governamental pode ser feita através de dois fatores: 1) a conexão dos três fluxos (problemas, soluções e dinâmica política), que gera uma breve janela de oportunidades (*policy windows*); e 2) os empreendedores de política (*policy entrepreneurs*) que entram em ação quando as

janelas se abrem. Os atores visíveis que definem a agenda são: presidente, ministros, secretários executivos, partidos políticos, grupos de interesse, mídia etc. E os atores invisíveis que definem as alternativas são: servidores públicos, comunidades, assessores parlamentares, consultores, analistas etc.⁵

Secchi (2012) conceitua a política pública como um problema público que afeta parte de uma coletividade, sendo “políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais” (SECCHI, 2012, p. 4), que partem de um conteúdo simbólico e concreto da decisão desses atores políticos. Dessa forma, para a busca do bem-estar coletivo a política pública pode ser dividida em: “política” que por intermédio de diálogos, debates e conflitos de interesses trata dos processos decisórios, e “administrativa” que trata dos processos e prioridades pelo critério dominante da política econômica.

Saravia (2006) destaca a perspectiva da política pública integrando a dimensão jurídica no desenvolvimento das atividades estatais e da interação entre indivíduos, empresas e organizações nacionais e internacionais. Para desenvolver essas atividades surgiu a ideia de “planejamento”, dividido em 3 tipos: organizacional, no âmbito das empresas privadas; governamental, no âmbito estatal; e estratégico, no âmbito externo da organização. Nesse contexto lento dos planejamentos é que vai surgir a “gestão estratégica” que permitia a reação imediata das organizações mediante os problemas.

As políticas públicas de interesse público e dos atores são definidas pelas ações e decisões políticas. A partir dessas ações e decisões, o Estado controla as atividades voltadas às questões sociais, políticas e econômicas, bem como mostra o ciclo das políticas públicas (*policy cycles*). Secchi (2012) esclarece esse ciclo em sete passos:

Identificação do problema: quando gera o *status* de problema público. Formação da agenda: é onde tem-se o conjunto de processos, planejamentos e recursos para o debate político. Elaboração ou Formulação: são criadas as alternativas para a solução do problema. Tomada de decisão: é selecionada a alternativa mais conveniente. Implementação: a política é executada, isto é, colocada em prática efetiva. Avaliação: são mensurados e analisados os efeitos produzidos pela política pública. E a Extinção: quando a política pública se mostra ineficaz, ou o problema já foi resolvido e perdeu a importância.

⁵ Esse modelo reúne três fluxos: dos problemas (*problems*) – quando o problema entra na agenda; das soluções (*policy stream*) – que possui a junção de alternativas; e político (*politics stream*) – dinâmica de barganhas e negociações, por intermédio de três elementos: “clima” ou “humor nacional”; forças políticas organizadas; e modificações ocorridas no interior do governo.

Figura 2 – Ciclo de Políticas Públicas.



Fonte: SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2012, p. 33.

O ciclo das políticas públicas não segue uma ordem previamente estabelecida, em determinado momento ele pode parar em alguma dessas etapas e pode também pular uma delas. O ciclo depende das decisões políticas formais ou informais e serve para especificar em qual etapa a política pública encontra-se no momento. Mediante esse ciclo, os agentes formuladores de política (*policy makers*) seguindo alguns modelos de análise política, têm por objetivo desenvolver ações e buscar recursos com o intuito de melhorar os serviços públicos e estatais.

Por ser considerado um instrumento de gestão e por isso não fazer parte do ciclo, o “acompanhamento” ou “monitoramento” consiste no supervisionamento dos gestores sobre a implementação da política pública, para verificar se ela está alcançando os objetivos propostos e não vai gerar futuros problemas durante seu curso. Fernandes (2014) descreve: “o monitoramento é um importante mecanismo de acompanhamento das políticas públicas, tendo o propósito de permitir a obtenção de informações que subsidiem o desenvolvimento de uma política, um programa ou projeto” (FERNANDES, 2014, p. 46). Desse modo, o monitoramento também é necessário para as instituições e os atores políticos acompanharem o fluxo das atividades executadas, e direcionar corretamente suas ações políticas no meio ambiente.

O meio ambiente possui diferenças sociais que levam à conflitos que podem ser contidos através da coerção pura e simples ou da política. A melhor opção é a política, pois “consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder” (RUA, 1997, p. 1). Nesse contexto, entra em cena as políticas públicas, isto é, diversas ações estratégicas e de atividade política que passam inicialmente pelo estado de coisas ou

problema político, ou seja, o estágio de preocupação das autoridades para posteriormente ser escolhida uma alternativa, chamada de decisão política.

Dye (2005) traz a “teoria sistêmica: política como produto do sistema”, nela: as forças do meio ambiente elaboram e impulsionam *inputs* no sistema político, e as políticas públicas que saem desse sistema político como *outputs* são implementadas no meio ambiente. As forças são os grupos e movimentos sociais de reivindicação; o meio ambiente é a condição externa ao sistema político; *inputs* são as demandas e apoios dos grupos que agem e impulsionam seus interesses dentro do sistema político; o sistema político é a arena política, onde são tomadas as decisões ou são feitas modificações nas políticas públicas que podem ser aprovadas ou não aprovadas pelos atores; as políticas públicas são resultados do sistema político; *outputs* é a maneira como as decisões e as ações políticas saem do sistema político e são instituídas no meio ambiente, em forma de políticas públicas.

Seguindo no mesmo contexto, Frey (2000) ressalta o modelo de formulação e análise de políticas públicas desenvolvido por Lowi em 1972, que define a tipologia (os tipos) das políticas públicas debatidas nas arenas políticas (*policy arena*), tendo por objetivo resolver as diferenças políticas nos processos de decisão e implementação, classificando-as em: distributiva, pelo grau de consenso; redistributiva, pelo grau de conflito; regulatórias, pela formalidade (leis); e estruturadoras ou constitutivas, pelas regras do sistema político.

As características das políticas públicas conforme Saravia (2006), podem ser: institucional: através do governo; decisório: no sentido do Estado; comportamental: a partir de projetos e programas; e causal: efeitos no sistema político e social. Essas características respondem aos objetivos, problemas e demandas das instituições e dos atores sociais que efetivam a legitimidade das políticas públicas, por meio de suas ações e decisões que são democráticas e criam constitucionalmente possibilidades para novas mudanças em diversos grupos.

Para Souza (2006) o papel dos governos pode ser: pluralista, que atende o número maior de interesse; elitista, que atende o número menor de interesse; estruturalista, que atende determinadas classes sociais; e funcionalista, que atende determinados grupos sociais. Nesse sentido sobre os diversos papéis que os governos escolhem exercer, se fortalece a disputa entre os atores e as instituições políticas para atraírem o maior número de eleitores, e assim, consolidarem suas organizações políticas e implantarem suas políticas públicas.

Tratando-se de alguns processos que ocorrem nas políticas públicas: o estatuto, nele contém as regras que determinam as políticas públicas em cada município; a arena, onde ocorrem conflitos e acordos entre os atores envolvidos; e as redes, que são auto organizadas e

compostas por atores públicos e privados que debatem e agem em torno das inter-relações. Souza (2006) acrescenta que as redes “envolvem contatos, vínculos e conexões que relacionam os agentes entre si e não se reduzem às propriedades dos agentes individuais” (SOUZA, 2006, p. 32).

Na construção do conhecimento em políticas públicas, Martins (2013) diz que: “o ponto crucial está no imbricamento entre relações de poder, conhecimento e as finalidades da produção científica” (MARTINS, 2013, p. 286). A relação entre Estado, sociedade e políticas públicas é esclarecida pela dimensão institucional de estrutura jurídica e administrativa (*polity*) e pelos processos políticos (*politics*). E as políticas públicas têm seu conteúdo político (*policy*) voltado aos programas, projetos e ações.

Secchi (2012) descreve as políticas públicas como um problema público que afeta parte de uma coletividade, sendo “políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais” (SECCHI, 2012, p. 4), que partem de um conteúdo simbólico e concreto da decisão desses atores políticos. Os atores públicos que encaminham as decisões sobre as políticas públicas são: burocratas, gestores, instituições governamentais, juízes e políticos. E os atores privados que exercem influência sobre os atores públicos na formatação e direção das políticas públicas são: consumidores, corporações, empresários, mídia, sindicatos, trabalhadores etc.

Para tanto, cabe ao governo a responsabilidade de direcionar políticas públicas que impactem positivamente a sociedade, ou seja, executar ações governamentais que atenderão as demandas da população. O governo também utiliza o direcionamento de suas políticas públicas como estratégia partidária e interesses ideológicos ou políticos. Rodrigues (2010) demonstra que:

Políticas públicas são ações de Governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação). (RODRIGUES, 2010, p. 53)

As ações, as metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar e as estratégias de ação fazem parte da governabilidade. A governabilidade trata-se da capacidade de governar a sociedade através dos interesses das instituições e dos atores públicos e privados que possuem influência e poder de decisão na hora de implementar políticas públicas. Destarte, o governo eficaz que consegue cumprir suas diretrizes governamentais e implantar seus interesses através das políticas públicas, é o governo que faz acordos políticos e coalizões partidárias.

Observando a burocracia – estrutura organizada das instituições e organizações – e sua influência na criação e execução de políticas públicas, Loureiro, Olivieri e Martes (2010) enfatizam que a burocracia “se torna, por um lado, refém de um conjunto de interesses, mas, por outro, sua beneficiária, ao promover, com eles, suas formas de poder específicas e, conseqüentemente, ganhar algum grau de autonomia de ação” (LOUREIRO; OLIVIERI; MARTES, 2010, p. 86). Visto que, também não há como impedir a transferência da dimensão política e suas políticas públicas para o interior das burocracias.

A inserção de políticas públicas nas burocracias faz com que os burocratas – considerados atores políticos em uma política pública –, tenham “seus interesses diretamente afetados pelas decisões e ações que compõem a política em questão” (RUA, 1997, p. 5). Contudo, a execução ou não das políticas públicas dependem das escolhas dos burocratas entre as disfunções burocráticas ou a discricionariedade, provocando assim, a combinação ou não de seus interesses com os princípios estabelecidos pelo sistema de funcionamento estrutural das burocracias.

As disfunções (legitimidade) e a discricionariedade (liberdade) quando adotadas ao extremo, impõem um conjunto de ideias que infligem diretamente no processo burocrático, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 1 – A extremidade das disfunções e da discricionariedade nas burocracias.

DISFUNÇÕES (LEGITIMIDADE)	DISCRICIONARIEDADE (LIBERDADE)
Burocracia inflexível a mudanças	Burocracia flexível a mudanças
Funcionários com poder e impersonalismo	Funcionários com autoridade e personalismo
As relações com os clientes são formais	As relações com os clientes são informais
As ações conservadoras dos funcionários recebem <i>feedback</i> positivo	As ações inovadoras dos funcionários recebem <i>feedback</i> positivo

Elaboração própria. **Fonte:** HAM, C.; HILL, M. (1993). SUBIRATS, J. (2006).

Na educação, as disfunções burocráticas (legitimidade) dos professores burocratas são necessárias muitas vezes, mas o que deve predominar é a discricionariedade (liberdade) dos professores burocratas de nível de rua. Pois eles têm contato direto com os clientes (alunos) e compreendem melhor as dificuldades educacionais, adaptando assim, a transmissão do conhecimento de maneira estimulante para potencializar o aprendizado, ao invés da maneira previamente programada que limita o aprendizado.

Os estudos e os modos de pensar a política pública ao longo do tempo (destacados acima), levam a crer que por trás de uma política pública há vários elementos a serem considerados e etapas para serem percorridas até haver um real consenso sobre seu

estabelecimento no meio ambiente. Desse modo, o estudo das ações racionais dos atores, governos e instituições, contribui para o entendimento dos processos que envolvem o desenvolvimento das políticas públicas. Em que, muitas vezes a busca pela maximização vai de encontro aos interesses políticos dos grupos que travam o jogo político propositalmente, escolhendo de maneira estratégica a alternativa que vai fornecer apenas satisfação para determinada política pública, não permitindo assim, que outros grupos tenham destaque no processo político⁶.

2.2 A política social de educação no desenvolvimento educacional

As políticas sociais são ações do governo direcionadas às áreas de: educação, segurança, saúde, emprego etc., tendo em vista providenciar necessidades básicas que irão reparar os danos sociais causados pelo sistema econômico atual. Höfling (2001) ressalta que:

As ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados. Especialmente por se voltar para e dizer respeito a grupos diferentes, o impacto das políticas sociais implementadas pelo Estado capitalista sofrem o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder. (HÖFLING, 2001, p. 35)

Neste caso, as políticas sociais dependem das demandas apenas para iniciar sua ação, o que vai efetivar sua legitimidade são os interesses dos governantes. Os interesses dos atores nas políticas sociais executadas muitas vezes sofrem distorção do sistema, claro que é essencial calcular os custos e os benefícios antes e depois de executá-la, mas o real motivo real dela estar sendo colocada em pauta deve ser sempre o ponto central a ser considerado e não deve ser substituído por outros.

Por lo tanto, no se trata de vituperar o menospreciar la forma en que estas políticas definen sus objetivos, sino de comprender el marco cognitivo, el entramado institucional y social que rodea su formulación, para entender su complejidad y las dificultades que puede generar su evaluación desde las distintas perspectivas de las instituciones implicadas, los beneficiarios reales y potenciales, y el resto de actores implicados en la política o actuación concreta. (SUBIRATS, 2005, p. 28)

Deste modo, a formulação de políticas sociais, partem da perspectiva avaliativa das instituições envolvidas, dos atores políticos e sociais e dos beneficiários reais e potenciais que

⁶ James Gardner March (2009) sustenta que: “a maximização exige que todas as alternativas possíveis sejam comparadas e que a melhor seja escolhida. A satisfação exige apenas uma comparação das diversas alternativas com uma determinada meta até que alguma boa ou suficiente seja encontrada” (MARCH, 2009, p. 16).

são responsáveis pela construção descentralizada dos subsistemas. Nesse sentido, as iniciativas de interesse público que avaliam as dificuldades educacionais e as complexidades sociais, transformam os resultados obtidos em ações concretas mediante a formulação dos atores políticos, criando uma política social de educação para o desenvolvimento educacional.

As organizações gerenciais inseridas em um sistema social são capazes de envolver clientelas, grupos de interesses e organismos sociais com o intuito de promover a eficiência produtiva. Seus sistemas de funcionamento estruturais são divididos em: “sistemas sociais inorganizados (multidão, grupos etc.), sistemas semi-organizados (família, grupo informal, empresa familiar etc.) e sistemas organizados (Estado, Escola, Universidade, Exército etc.)” (ESTRADA, 2012, p. 6), esses sistemas são interpretados pelo autor do texto no quadro abaixo:

Quadro 2 – Os sistemas de funcionamento estruturais.

SISTEMA ORGANIZADO	SISTEMA SEMI-ORGANIZADO	SISTEMA INORGANIZADO
Tem relações com o Estado	Tem ou não relações com o Estado	Não tem relações com o Estado
Possui hierarquia	Possui hierarquia e uniformidade	Possui uniformidade
Ideais de capacitação	Ideais de causalidade	Ideais de clientelismo

Elaboração própria. **Fonte:** ESTRADA, A. A. (2012).

Diante disso, as Escolas e Universidades buscam implementar suas políticas públicas a partir do sistema organizado, pois suas políticas públicas “se desenvolvem em um cenário político e o conjunto das instituições é esse cenário” (SECCHI, 2012, p. 61). Ou melhor, quanto mais organizado o sistema de funcionamento estrutural é na educação, mais oportuno será para adquirir recursos do Estado e estabelecer uma política social de educação eficaz participando nos processos de decisão legislativa e executiva.

O Estado tende a adequar suas políticas sociais às suas mudanças de conjuntura e estrutura. Essas mudanças de conjuntura e estrutura do Estado são condições para que a política educacional seja moldada de acordo com o cenário político, social, cultural, econômico, entre outros. Nas palavras de Alves (2008):

Análise de conjuntura quer dizer análise de conjunto. É a análise das partes que formam um todo complexo. A estrutura, por sua vez, é a interligação do conjunto formado pela reunião das partes ou elementos de uma determinada ordem ou organização. (...) A conjuntura está relacionada com os ciclos de curto prazo da economia e da política, enquanto a estrutura está relacionada aos ciclos de longo prazo. Uma mudança estrutural geralmente requer várias mudanças conjunturais, enquanto estas últimas podem ocorrer sobre a mesma base estrutural. (ALVES, 2008, p. 2)

Como dito acima, a articulação entre conjuntura e estrutura exige a prática das relações econômicas e políticas. Draibe (2007) destaca que “a especificidade da articulação entre política econômica e política social, mais precisamente a incorporação da política social à estratégia estatal de desenvolvimento econômico tendente a canalizar recursos de seguridade social para os investimentos” (DRAIBE, 2007, p. 43). Seguindo essa argumentação, o Estado deve ter uma organização política e econômica sólida para investir nas políticas sociais que regulamentam o bem-estar social, no caso da educação em todos os níveis, esse investimento amplia o conceito de cidadania e igualdade para todos.

As políticas públicas criadas e implementadas para o desenvolvimento educacional têm por finalidade através de um conjunto de ações coletivas do Estado, direcionar recursos para os espaços de ensino público que apresentam demandas e necessidades. Para os atores políticos influentes no processo decisório governamental, a política social de educação é uma ferramenta estratégica que pode ser utilizada para manter ou modificar a realidade social de modo geral ou específico.

Para o Estado conduzir uma política social de educação de forma eficaz (que alcance as metas e os objetivos) e eficiente (que faça muito com pouco) é necessário exercer uma governança que decida promover o Estado de bem-estar social na hora de elaborar e implementar políticas públicas e programas. Entretanto, essas ações políticas de educação provenientes do poder público devem ser flexíveis quanto às desigualdades sociais e diversidades regionais dos estudantes. As desigualdades e as diversidades estão presentes na realidade dos cidadãos que se encontram na margem da sociedade por conta da baixa condição socioeconômica e educacional. Esses cidadãos fazem parte dos grupos de vulnerabilidade social.

Sposati (2007) relata que as vulnerabilidades sociais “devem ser cobertas por uma política de proteção social ou de seguridade social” (SPOSATI, 2007, p. 452). Desta maneira, a vulnerabilidade social é um tema a ser considerado na hora de pôr em prática uma política social de educação, pois se os índices de vulnerabilidade são altos, cria-se a imagem de ineficácia e ineficiência por parte dos atores políticos que compõem o aparato estatal na hora de direcionar a renda e recursos para as diversas áreas públicas vulneráveis (incluindo a área educacional).

Visando a garantia dos direitos coletivos o Estado enfatiza o Bem-Estar-Social buscando a igualdade conforme a formação histórica-social de sua localidade, para então, direcionar suas políticas públicas e satisfazer a sociedade através delas. Cardoso (2010) reitera que:

O enfoque latino-americano de políticas dá a ênfase indispensável às políticas universais, como educação e saúde, sem deixar de dirigir esforços para beneficiar os segmentos mais vulneráveis da população, sobretudo quando eles são numerosos. Na tradição social-democrática europeia o bem-estar foi promovido por políticas públicas que reforçaram o acesso à educação, saúde e à previdência social. (CARDOSO, 2010, p. 195)

Entende-se que, por um lado, a política social de educação deve ser voltada para o bem-estar dos estudantes, por outro lado, as políticas públicas de educação são meios pelos quais o Estado utiliza para amenizar as disparidades nas instituições de ensino. Vale salientar que o poder do Estado consiste em decidir o rumo das políticas públicas sobre as diversas áreas da sociedade, visto que no processo das políticas públicas existem freios e contrapesos (*checks and balances*), no qual as medidas políticas são controladas pela ordem jurídica, estabelecendo a auto regulação entre os interesses individuais e coletivos.

O processo de desenvolvimento educacional, conforme previsto na Constituição de 1988, no seu Art. 205⁷, busca por intermédio de ações governamentais a melhoria do ensino e a prática dos direitos sociais, garantindo aos alunos o acesso às Escolas e suporte na merenda escolar, investindo assim na educação. Com isto, a participação do Estado e da sociedade na elaboração de uma política social para a educação, visa conceder o direito ao ensino institucionalizado de maneira justa e democratizada para todos.

Para ser efetivada uma política educacional, ela necessita ser regulamentada na LDB, que depende das alterações e reformulações do governo vigente. Com isso, a política educacional faz parte da política econômica e social, pois é uma normatização do Estado, definida pelos organismos políticos e entidades civis, e implementada através do processo legislativo decisório.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF⁸ que destinava recursos ao ensino fundamental e o programa Bolsa-Escola, ambos com o objetivo de manter os alunos nas Escolas e diminuir os índices de evasão no ensino fundamental, são estratégias de desenvolvimento educacional que fizeram parte da Lei de Diretrizes e Bases da

⁷ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf>, acessado em 22/07/2017 às 19:18:00.

⁸ Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/manual%5B1%5D.pdf>>, acessado em 24/07/2017 às 20:05:00.

Educação Nacional – LDB⁹ implementada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Tornando o Estado envolvido quanto à educação pública de ensino fundamental.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD¹⁰ e o Plano Municipal de Educação – PME¹¹ servem como instrumentos para o investimento educacional, pois trazem consigo melhoras nos sistemas de socialização escolar e nos direitos à cidadania, além de reduzirem a pobreza por meio de políticas redistributivas de renda, como foi o caso do Programa Bolsa Família¹² implementada no governo Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Em benefício, esse investimento educacional auxilia futuramente o ingresso dos jovens nas Universidades de ensino superior.

Um dos principais programas para o desenvolvimento educacional do Brasil é o Plano de Desenvolvimento Educacional – PDE¹³, Saviani (2007) explica-o a partir de dois pontos de vista:

Do ponto de vista técnico, o PDE se apoia em dados estatísticos referentes ao funcionamento das redes escolares de educação básica e em instrumentos de avaliação construídos a partir de indicadores do aproveitamento dos alunos e expressos nas provas aplicadas regularmente sob coordenação do INEP. (...) Do ponto de vista financeiro, os recursos básicos com que conta o PDE são aqueles constitutivos do FUNDEB, aos quais o MEC se propõe a adicionar. (SAVIANI, 2007, p. 1245-1246)

Dessa forma, o PDE procura solucionar os problemas relativos às desigualdades sociais e territoriais que afetam o sistema educacional básico, superior, profissional, alfabetização e diversidades, tendo como propósito promover oportunidades e equidades educacionais¹⁴. Outro plano que serve para o combate das desigualdades sociais e territoriais por meio da determinação de estratégias e metas de política educacional é o Plano Nacional de Educação – PNE¹⁵ (aprovado em 2014), que tem por finalidade garantir o direito a

⁹ Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes, acessado em 10/06/2019 às 09:35:00.

¹⁰ Disponível em <http://www.br.undp.org/>, acessado em 10/06/2019 às 10:23:00.

¹¹ Disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf, acessado em 10/06/2019 às 14:17:00.

¹² Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>, acessado em 10/06/2017 às 16:00:00.

¹³ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>, acessado em 22/07/2017 às 22:42:00.

¹⁴ Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/27690/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/>, acessado em 22/07/2017 às 23:25:00.

¹⁵ Disponível em <http://pne.mec.gov.br/>, acessado em 23/07/2017 às 00:56:00.

educação básica e superior com qualidade, equidade das diversidades e valorização dos profissionais da educação.

O processo democrático complementa que os governos são responsáveis pela execução das políticas públicas no campo educacional. Já que a infraestrutura das instituições escolares depende de recursos financeiros para o funcionamento da gestão e do aprendizado, em outras palavras, as competências sociais e organizacionais são determinantes para o incentivo educacional dos alunos. Os princípios de igualdade e oportunidade servem como incentivo para a educação pública progredir, no entanto esses dois princípios requerem mais políticas sociais na educação.

As políticas sociais servem como investimentos de recursos públicos voltados para setores que carecem de oportunidades igualitárias, moldando uma relação entre política, economia e sociedade, neste caso, o setor da educação. Para Coraggio (1996) “não é suficiente considerar o investimento social como um mecanismo para conseguir maior igualdade de oportunidades; é preciso garantir sua efetividade para modificar a vida e as expectativas da população” (CORAGGIO, 1996, p. 91).

Então, o trabalho contínuo dos atores públicos e privados, políticos e sociais que investem nas ações educativas de ensino básico e superior é fundamental para o sucesso dos alunos nas Escolas e Universidades, desde que o investimento de suas ações esteja vinculado aos processos de desenvolvimento das políticas públicas econômicas, sociais e educacionais. Em síntese, a política pública é uma construção coletiva do Estado e da sociedade civil, que demonstra maior ou menor grau de influência dos atores e grupos de interesses que fazem parte do cenário político.

O Estado possui o controle dos recursos governamentais voltados às políticas públicas e econômicas, sendo o principal responsável pela formulação, implementação e avaliação de programas e projetos políticos educacionais. Os governos: federal, estaduais, municipais e o Banco Central do Brasil¹⁶ utilizam instrumentos econômicos para manter o bom funcionamento do sistema micro e macroeconômico, e através disso, a política econômica exerce funções como: reguladora, provedora, redistributiva e estabilizadora.

Por conseguinte, a política educacional está subordinada à política econômica, e o poder público (composto pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário) do Estado é sobretudo, o órgão responsável pelos investimentos e auxílios nas questões de disparidades econômicas que demonstram impacto no desenvolvimento da área educacional. As

¹⁶ Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>>, acessado em 24/07/2017 às 12:30:00.

complexidades existentes no desenvolvimento educacional, remetem ao pensamento de que sua construção depende de um conjunto de fatores incluídos nas políticas públicas e nas políticas sociais, criando dessa forma, políticas educacionais que serão eficazes no meio ambiente social.

Em muitas vezes a parte econômica prevalece, como na gestão de recursos escolares para garantir acesso, merenda e materiais para auxiliar no aprendizado dos alunos. Então, qual é o ponto crucial para garantir uma melhor educação pública? O ponto crucial é a criação de políticas públicas que consigam mesclar a economia e a educação de acordo com cada realidade específica, visto que em alguns locais é exigido mais do fator econômico e em outros é exigido mais do fator educacional.

2.3 A política territorial no desenvolvimento educacional

Multiterritorialidade são espaços formados geograficamente em várias regiões que produzem outros tipos de espaços, dentre eles os: materiais (construções, prédios, instituições etc.) e imateriais (cultural, educacional, político etc.). O território é uma realidade multidimensional que possui identidade, limites e fronteiras para evitar possíveis conflitos da população através do controle social, porém as ideias e ideologias formadas pelas diversas comunidades muitas vezes se contradizem e tornam-se conflituosas. Para Albagli (2004), territorialidade refere-se às

(...) relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. (...) A territorialidade, como atributo humano, é primariamente condicionada por normas sociais e valores culturais, que variam de sociedade para sociedade, de um período para outro. Ela resulta de processos de socialização, da psicologia coletiva, da interação entre seres humanos mediada pelo espaço. (ALBAGLI, 2004, p. 28-29)

Um exemplo de estudo sobre territorialidade e educação é: a Educação do Campo que foi construída pelos movimentos camponeses que buscavam o desenvolvimento agrário autônomo, e a Educação Rural que afirma que os camponeses tinham interesse no capitalismo agrário. Por essa razão, a Educação do Campo e a Educação Rural deram significado e

identidade política ao agronegócio, transformando o campo em um espaço amplo com políticas públicas que valorizam suas ações e circunstâncias¹⁷.

De maneira geral, os espaços materiais e imateriais se desenvolvem territorialmente a partir das relações de poder e das redes sociais que circundam os interesses específicos e particulares de atores ou grupos sociais capazes de protagonizar suas iniciativas administrativas e ideológicas em determinada localidade. De Paula (2004) salienta que esse protagonismo dos atores ou grupos sociais se desenvolve pelo “processo de “empoderamento” (*empowerment*), de ampliação da esfera pública, de transformação nas relações entre sociedade, mercado e Estado” (DE PAULA, 2004, p. 78).

No passado colonial, o mercado interno e externo era restrito, e como a tecnologia avançava lentamente, o processo econômico e educacional do Estado tornava-se limitado, dificultando assim o desenvolvimento da população. Nos dias atuais, as transformações e reformas através das políticas públicas podem atender melhor às necessidades econômicas e educacionais, por intermédio das relações: sociais, políticas e econômicas. Sendo assim, a equidade não depende primordialmente de um sistema capitalista ou socialista, mas sim de posições políticas justas dos governantes e das instituições administrativas.

Quando a política pública é mesclada à consideração das diversidades existentes em cada localidade específica (município e região), criam-se as “políticas públicas territoriais”. As políticas territoriais direcionam suas estratégias de ações políticas para a solução dos problemas encontrados de modo peculiar em determinados locais (municípios e regiões até mesmo dentro dos estados, no caso), mas para que a política pública se torne uma política pública territorial, são imprescindíveis três fatores.

O primeiro fator é a governança territorial na instância municipal. Ela engloba fatores políticos e econômicos de desenvolvimento, que dependem da participação do governo no planejamento orçamentário e da participação pública e privada no auxílio ao bem-estar da localidade. Dallabrida (2015) reconhece que a governança territorial “relaciona-se com contextos institucionais e organizacionais caracterizados pelo envolvimento de entidades públicas e privadas, quer das ações de governo (instância estatal), quer da governança empresarial (instância empresarial)” (DALLABRIDA, 2015, p. 308). Consequentemente, a governança territorial propõe no seu espaço de gerenciamento, políticas públicas que contenham objetivos voltados à sua realidade local.

¹⁷ Esse estudo mostra o paradigma da questão agrária *versus* paradigma do capitalismo agrário. Fernandes, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005.

O segundo fator são as redes de poder socioterritorial que abrangem as relações entre as coletividades organizadas, e os diversos atores públicos e privados envolvidos nos processos econômicos e nas políticas públicas, através de debates e interações informais de interesses comuns. Dallabrida (2015) refere-se as redes de poder socioterritorial “com vista ao planejamento, tomada de decisão e gestão dos assuntos públicos, como um modo de organização da ação coletiva e estruturação de coligações orientadas em direção a um objetivo comum e capaz de integrar os diferentes interesses dos grupos situados territorialmente” (DALLABRIDA, 2015, p. 307). As redes de poder socioterritorial dão direção política-ideológica ao desenvolvimento descentralizado.

E o terceiro fator é a integração regional dos municípios. Definida como práticas conduzidas em determinada região, a integração regional é o conjunto territorial que conecta uma região a outra. Os processos de integração regional de acordo com Richard (2014), são compostos pelas relações de poder político e econômico, ou seja, todos atores que incentivam a vizinhança regional por meio de propostas desenvolvimentistas. Através disso, a integração regional possibilita que os municípios interajam diretamente com outros municípios, regiões e até mesmo com territórios fronteiriços de realidades não distintas.

A integração entre as instituições caracteriza o desenvolvimento territorial a partir de 4 (quatro) pontos:

1. pela articulação entre as empresas e pelo relacionamento presencial com outros agentes do local; 2. por uma certa regularidade e intensidade nos relacionamentos e nas articulações entre diferentes tipos de agentes sociais; 3. pela construção de confiança e cooperação; 4. pela troca sistemática de informações e de conhecimentos que possibilitem aprendizagem e ganhos comuns. (SEBRAE, 2004, p. 285-286)

Posto isto, as redes sociais e institucionais dependem da cooperação dos atores locais para construírem novas políticas públicas, ignorando a universalidade territorial e baseando-se na descentralização territorial. Assim como, o Banco Mundial¹⁸ tem visto o desenvolvimento educacional através da descentralização territorial, reconhecendo as diferentes políticas de cada país e as condições de cada local, para assim contribuir nas políticas econômicas e educacionais que contextualizam principalmente as diversidades socioculturais e as identidades sociais existentes.

As políticas descentralizadas são distinguidas por Arretche (2010) de 2 (duas) formas:

¹⁸ Disponível em <<https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>>, acessado em 23/07/2017 às 01:38:00.

(1) reguladas: aquelas nas quais a legislação e a supervisão federais limitam a autonomia decisória dos governos subnacionais, estabelecendo patamares de gasto e modalidades de execução das políticas. (2) não reguladas: aquelas nas quais execução das políticas (*policy-making*) está associada à autonomia para tomar decisões (*policy decision-making*). (...) as políticas reguladas são aquelas de educação e saúde, ao passo que as não reguladas são as de desenvolvimento urbano, mais especificamente, habitação, infraestrutura urbana e transporte público. (ARRETCHE, 2010, p. 603)

A descentralização regulada se mostra mais favorável para proteger a execução das políticas públicas de educação do que a descentralização não regulada. Dado que a regulação da legislação federal obriga os prefeitos municipais a alocarem fixamente parte dos seus gastos na educação, a fim de garantir a execução das políticas públicas de educação. Se a execução das políticas públicas não fosse regulada pela legislação federal, as políticas públicas de educação correriam o risco de não serem executadas, pois os prefeitos municipais teriam autonomia para priorizarem outros gastos.

A situação dos estados e os municípios são mostradas através dos índices divulgados pelo PNUD, tais como: IDH e IDHM, que consideram a média dos indicadores de renda, saúde e educação. Com base nesses índices divulgados, os municípios propõem ações governamentais para reduzir suas desigualdades econômicas e educacionais existentes. Assim cada município pode constituir seu PME.

O processo da política territorial no desenvolvimento educacional tem aumentado o

(...) quantitativo de políticas públicas federais e estaduais para cidades e regiões de fronteira. No Brasil, recentemente, para citar apenas alguns exemplos, foram criadas universidades federais especificamente em cidades de fronteira, como a UNILA, Universidade Federal da Integração Latino Americana (2007), a UNIPAMPA, Universidade Federal do Pampa (2008), a UFFS, Universidade Federal da Fronteira Sul (2009). Outro exemplo da chegada dessa ampliação do significado de fronteira no miolo do Estado foi o reconhecimento federal da cidade gaúcha de Santana do Livramento, declarada, em 2009, cidade símbolo da integração brasileira com os países do Mercosul (Lei nº 12.095 de 19 de novembro de 2009). Antes disso, com a Lei nº 11.161/2005, torna-se obrigatória a oferta, pela escola, do ensino de espanhol. (BENTO, 2014, p. 45-46)

Embora sejam criadas leis e Universidades, a educação é impulsionada quando há o apoio do Estado e das instituições de ensino na integração fronteiriça, encorajando os estudantes, professores e governantes a participarem dos eventos regionais e internacionais.

Como o desenvolvimento educacional é uma ação coletiva do Estado e da sociedade civil que depende da execução de programas, projetos e processos: econômicos, políticos e sociais, muitas vezes desconhecidos e complexos. Isso torna inevitável ressaltar a importância de fatores que auxiliam para uma educação de qualidade em todos os níveis, tais como: o funcionamento institucional, a qualificação dos profissionais de ensino e a prática cultural.

Levá-los em consideração é o primeiro passo para transformar e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis¹⁹.

Otimizar o funcionamento institucional é importante para incentivar a permanência dos alunos no local, assim como é preciso desenvolver práticas educativas que intensificam a busca por novos aprendizados. Ou seja, um espaço agradável irá estimular o convívio social de quem frequenta seu ambiente de ensino, e a realização de diferentes atividades educativas nas Escolas e Universidades aumentam a produtividade dos alunos, e tornam o estudo menos cansativo e mais prazeroso.

Reforçando a ideia do funcionamento institucional, a “educação por sua vez, exige construção e participação, precisa de currículo, de prédios, de equipamentos, mas sobretudo de bons professores, de gestão criativa e de ambiente construtivo” (DEMO, 2001, p. 21). Porém, para construir e conservar o espaço de ensino é preciso que haja um compromisso integrado entre o governo federal, estadual e municipal no oferecimento de recursos econômicos e educacionais para manter a estrutura organizacional interna das Escolas e Universidades.

O funcionamento das instituições de educação é fundamental para construir o conhecimento e organizar o conteúdo de aprendizagem, afinal é dentro desse espaço será dada a relação entre profissionais de ensino e alunos, relação que servirá para alcançar uma educação de qualidade. No entanto, as Escolas e Universidades públicas devem adaptarem sua educação às demandas sociais e econômicas trazidas pelos alunos, pois isso ajuda a transformar a educação existente no território em uma educação de qualidade em todos os níveis.

O papel dos profissionais de ensino (neste caso, professores) no processo de formação educacional é ressaltado pelo compromisso de potencializar o aprendizado. A qualificação dos profissionais de ensino é imprescindível para remodelar os métodos de ensino tradicional para métodos que se adaptem à realidade dos alunos nas Escolas e Universidades. A capacitação dos docentes fortalece o meio pedagógico e institui a construção do conhecimento intra e extraescolar, importante para o desenvolvimento das atividades na aprendizagem dos alunos.

No Brasil, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO²⁰ busca melhorar a qualidade da educação por intermédio da qualificação de

¹⁹ O termo “em todos os níveis” se refere aos níveis de ensino público: educação ou ensino infantil (creche e pré-escola - 0 a 5 anos), ensino fundamental (1º a 9º série - 6 a 14 anos) e ensino médio (1ª a 3ª ano - 15 a 17 anos) e ensino superior (Universidades - 17 anos em diante).

professores e demais profissionais de ensino. Quanto à educação na região de fronteira Sul, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – COREDES²¹ também evidenciam a importância de mecanismos para melhorar a qualidade do ensino nas Escolas públicas a partir da qualificação de professores. Os COREDES são iniciativas de descentralização político-administrativa que vêm trabalhando a resolução dos problemas sociais, políticos e econômicos existentes através do diálogo e da integração.

A convivência diária dos profissionais de ensino com os alunos permite identificar as dificuldades socioeconômicas que eles possuem e trazem para dentro das Escolas e Universidades, essas dificuldades extraescolares acabam afetando o desenvolvimento do conhecimento intraescolar refletindo em baixo rendimento de aprendizado. Acredita-se que a evasão dos alunos é causada acima de tudo pelas desigualdades externas ao espaço de aprendizagem, onde o sistema político e econômico atua negativamente ao não fornecer condições sociais igualitárias e isso é levado para o meio educacional.

A prática cultural social é uma transmissão de conhecimentos existentes no território e sua dinâmica é baseada em significados educacionais. As atividades nas instituições de ensino público contribuem para a construção das identidades culturais de grupos e indivíduos marginalizados. As ações culturais não se dão obrigatoriamente em espaços escolares, existem grupos e indivíduos que não se sentem aptos a permanecer dentro de uma sala de aula, todavia, para auxiliar nessa dificuldade social a educação recorre à atuação dos centros culturais e ongs comunitárias.

As dimensões intra e extraescolares são indispensáveis para garantir a qualidade educacional, de acordo com Collet e Subirats (2016) “*la educación, el conocimiento y el aprendizaje no puede quedar circunscritos a un espacio concreto como en el caso de la escuela, ya que todo el territorio es (o puede ser) educador*” (COLLET; SUBIRATS, 2016, p. 5). Eles ainda expressam, que o desenvolvimento educacional requer uma “*educación territorializada y de un territorio educador*” (COLLET; SUBIRATS, 2016, p. 7), isto é, estimular a educação territorializada e o território educativo por via da prática cultural.

Em vista disso, há uma forte relação social entre cultura e educação. De acordo com o cenário histórico, a cultura vem antes da educação, ou seja, o conteúdo educacional é uma transmissão de elementos culturais reproduzidos pela sociedade. Mas a construção de

²⁰ Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/educational-governance/teacher-education-and-training/>>, acessado em 31/07/2017 às 11:40:00.

²¹ Disponível em <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>>, acessado em 24/07/2017 às 23:55:00.

políticas sociais culturais democráticas e igualitárias nas Escolas e Universidades públicas, também possui o poder de mudar a realidade social, desde que a escolha das práticas culturais a serem empregadas sejam transformadas em atividades educativas de qualidade.

Por fim, os planos regionais de desenvolvimento buscam por meio do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF²² e do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Rio Grande do Sul – PDIF/RS²³ criar políticas públicas estrategicamente direcionadas aos territórios específicos, consideradas como políticas territoriais, que têm por objetivo agir diretamente nos centros de vulnerabilidade dos municípios. Tornando indispensável a existência de: governança territorial que auxilie nas questões educacionais das instituições e da sociedade; redes de poder socioterritorial que envolvam ações de atores públicos e privados no processo educacional; e a integração regional que abrange a realização de práticas educacionais diferenciadas.

²² Disponível em <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e5ba704f-5000-43df-bc8e-01df0055e632&groupId=10157>, acessado em 25/07/2017 às 01:08:00.

²³ Disponível em <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201604/11112501-pdif-rs-versao-final-site-relinter.pdf>>, acessado em 25/07/2017 às 03:10:00.

3 A DINÂMICA TERRITORIAL DE SÃO BORJA-RS

Neste capítulo, é contextualizada a dinâmica territorial (econômica, educacional, histórica, política e social) de São Borja, a partir da análise sobre: o desenvolvimento nos territórios de fronteira; o município de São Borja; estatísticas de São Borja e da educação em São Borja e; a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA Campus de São Borja.

3.1 O desenvolvimento nos territórios de fronteira

Buscando a elaboração de estratégias de interação entre atores locais para o desenvolvimento regional melhorando as condições econômicas e sociais, os espaços fronteiriços destacam-se como áreas que possuem índices de baixo desenvolvimento econômico, no qual predominam problemas acarretados pela falta de atenção por parte do Estado na segurança pública, na saúde e também no desenvolvimento educacional em todos os níveis.

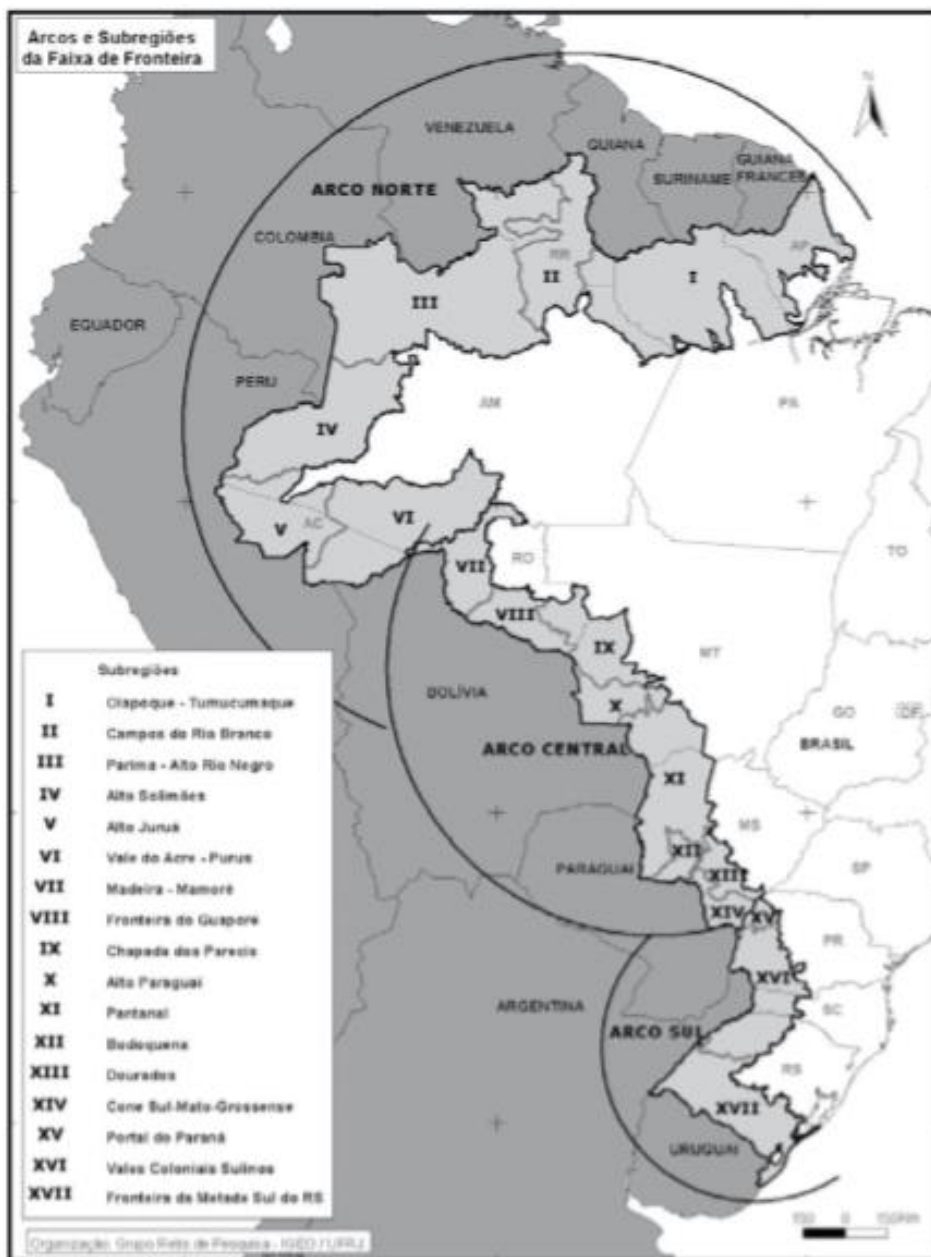
Devido a extensão do território brasileiro, as cidades-gêmeas sofrem politicamente pela dificuldade em articular as decisões políticas com os centros decisórios que na maioria das vezes carece de conhecimento sobre essas localidades e assim, implementa políticas públicas divergentes aos problemas característicos das regiões fronteiriças. De outra forma, “as cidades-gêmeas de fronteira cumprem um papel integrador original e relevante na integração regional” (BENTO, 2014, p. 41).

No Brasil, a partir da Constituição de 1891, as Constituições Brasileiras, do período republicano passaram a delimitar os espaços de fronteira nacional para defendê-los, estabelecendo-os como áreas de reserva à União territorial. Porém a utilização da faixa de fronteira iniciou com a Constituição de 1934.

A regulamentação do uso da faixa de fronteira está definida pela Lei 6.634 (de 02/05/1979) e regulada pelo Decreto 85.064 (de 26/08/1980). O órgão executor da Lei, referente à Faixa de Fronteiras, é o Conselho de Defesa Nacional (CDN), organismo que substituiu o Conselho de Segurança Nacional (CSN). A Constituição de 1988 atribuiu à legislação ordinária a regulamentação de usos das faixas de fronteira, mas a União mantém em vigência a Lei 6.634/1979 e o Decreto 85.064/1980, fixando atribuições de controles prévios ao Conselho de Defesa Nacional, nas áreas indispensáveis à segurança nacional, que incluem temas como: (a) formas de povoamento e de concessão de terras; (b) investimentos em infraestrutura de vias de transportes, estradas internacionais, instalação de meios de comunicação, campos de pouso e construção de pontes; e, (c) limites às ações de industrialização conforme o interesse da segurança nacional, pois o CDN tem poder para modificar concessões ou autorizações. (BORBA, 2013, p. 71)

O Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF surge como uma estratégia ou ferramenta de implementação para fortalecer as integrações regionais, a partir do desenvolvimento sub-regional. O PDFF também incentiva a criação de redes estratégicas promovidas por atores locais que discorram sobre assuntos de melhorias econômicas, sociais e institucionais, criando Comitês de Fronteira – CF binacionais que possam executar essas ações.

Figura 3 – Arcos e Sub-regiões da Faixa de Fronteira.



Fonte: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL; SECRETARIA DE PROGRAMAS REGIONAIS – SPR. **Faixa de Fronteira.** 2009, p. 33.

Dando importância às peculiaridades e características econômicas, políticas e sociais de cada região fronteiriça, o PDFF aborda o desenvolvimento regional por meio de três (3) “arcos” e dezessete (17) “sub-regiões”, como mostrado na figura acima. Percebe-se que a adoção do PDFF como estratégia de desenvolvimento nos espaços fronteiriços propõe ações positivas, tais como:

- a) Promover a convergência das políticas públicas setoriais na Faixa de Fronteira para o enfrentamento das desigualdades intra e inter-regionais, considerando a diversidade socioeconômica e cultural da região;
- b) Articular a soberania nacional com o desenvolvimento regional, em sua dimensão produtiva, social, institucional e cultural, beneficiando os dois lados da fronteira e levando em consideração a peculiar interdependência dos municípios de fronteira, em especial das cidades-gêmeas;
- c) Formular e promover a implementação das potencialidades endógenas, em diversas escalas espaciais, valorizando espaços sub-regionais e visando à inserção social e produtiva das populações locais;
- d) Realizar investimentos em infra-estrutura produtiva para apoiar o processo de integração nacional e estimular investimentos em arranjos e cadeias produtivas prioritários para o desenvolvimento sustentável de regiões menos dinâmicas, buscando a otimização dos benefícios sociais deles decorrentes, o desenvolvimento local e a integração da América do Sul. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL; SECRETARIA DE PROGRAMAS REGIONAIS – SPR, 2009, p. 48)

Percebe-se que o PDFF busca estimular a articulação dos atores locais, estaduais, regionais, nacionais, internacionais e dos representantes da sociedade civil para fortalecer a governança e a participação social nos processos de desenvolvimento regional. A situação fronteiriça globalizada no espaço em questão, também ressalta a importância do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL para a economia, e dos órgãos de Defesa Nacional para a segurança. Considerando a economia e a segurança, o PDFF focaliza em Arranjos Produtivos Locais para executar atividades produtivas diversificadas e na Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional para investir na capacidade legislativa.

As ações de integração regional do Consórcio Intermunicipal da Fronteira – CIF

demonstram um projeto alinhado as perspectivas de cooperação em redes relacionais e de processos multiníveis, sendo descentralizado, institucionalizado e espontâneo, com ações voltadas na viabilização e na melhoria da infraestrutura, na garantia do progresso e do desenvolvimento social, econômico e cultural da região. Dada a diversidade e complexidade das relações que se estabelecem no espaço fronteiriço, o Consórcio Intermunicipal da Fronteira deve consolidar-se cada vez mais como promotor constante do papel dos governos locais, apoiando e contribuindo no aperfeiçoamento da gestão das políticas de cooperação transfronteiriça. e integração regional. (ANDREATTA, 2016, p. 76-77)

O CIF tem se mostrado um instrumento essencial para promover a integração e o desenvolvimento educacional dos territórios fronteiriços, levando à execução e planejamento de ações nessa área, como mostrado no quadro seguinte:

Quadro 3 – Ações educacionais executadas, em execução e planejadas do CIF.

AÇÕES EDUCACIONAIS DO CIF	ANDAMENTO
Escola Bilíngue de Fronteira	Executada: Promoção na formação de cidadãos bilíngues capazes de interagir culturalmente e socialmente num ambiente comum.
Capacitação e formação integrada dos professores	Em execução: Formação e capacitação integrada.
Implantação do Programa Mais Educação	Ação planejada: Educação em tempo integral com aumento de oferta educativa nas Escolas por meio de atividades optativas.
Implantação de Universidade Pública e gratuita na região	Ação planejada: Implantar Universidade com viés de interação e desenvolvimento da comunidade.
Congresso internacional de Educação	Ação planejada: Realização de evento com objetivo de discutir ações integradas.

Elaboração própria. **Fonte:** ANDREATTA, A. (2016).

Seguindo esse modelo, as cidades-gêmeas de São Borja-Brasil e Santo Tomé-Argentina no dia 14 de Junho de 2018, realizaram o 1º Comitê de Integração Fronteiriça – CIF São Borja-Brasil e Santo Tomé-Argentina na sede do Centro Nativista Boitató, tratando sobre 5 (cinco) comissões: 1) Comissão de Educação, Cultura e Universidades; 2) Comissão de Comércio, Infraestrutura e Turismo; 3) Comissão de Meio Ambiente e Saúde; 4) Comissão de Facilitação Fronteiriça; 5) Comissão de Diálogo Político (PINTO; SILVEIRA, 2019).

O 1º CIF de São Borja e Santo Tomé, foi organizado em 4 (quatro) etapas: 1ª) credenciamento dos participantes; 2ª) momento de fala das autoridades; 3ª) reuniões técnicas de trabalhos entre as Comissões; 4ª) fala das Comissões e fechamento das Atas (PINTO; SILVEIRA, 2019). As Universidades da região fronteiriça e missioneira de São Borja e Santo Tomé têm demonstrado considerável participação na Comissão de Educação e Cultura e Universidades.

Logo, o desenvolvimento regional envolve as ações e relações de poder dos territórios. As “ações e relações de poder que ocorrem num determinado território provêm e incidem de/em instâncias de três tipos: estatal, público-privada e empresarial” (DALLABRIDA, 2015, p. 309). As ações sociais que envolvem relações econômicas e políticas entre cidades/países que fazem fronteira, podem gerar benefícios para a educação promovendo de novas capacitações na área educacional (investimento econômico) e novas formas de direcionar as ações educacionais (atuação política). E a cooperação além de criar laços, resulta em aprendizado educacional pelo conhecimento da prática cultural de uma nova localidade.

3.2 São Borja-RS: município localizado em território de fronteira

O município de São Borja juntamente com a sua cidade-gêmea Santo Tomé, tiveram suas transformações econômicas e sociais a partir do

processo de colonização e consequente formação urbana e territorial a partir da implementação das Reduções Jesuítico-*Guarani* de São Francisco de Borja e Santo Tomé, durante o século XVII. Desde o período reducional, esses territórios realizam comunicações socioculturais que demarcam uma semelhança étnico-cultural entre esses povos nas margens do rio Uruguai. (PINTO, 2015, p. 7)

A cidade de São Borja que possui o título de cidade histórica²⁴, antigamente foi palco de importantes lutas políticas, sociais e territoriais. As suas Missões de catequização espanhola foram empreendidas por intermédio das reduções.

As reduções antes de qualquer interpretação serviram a um método que teve de ser aplicado com a intenção de garantir a missão; ou seja, a prosperidade do Projeto da Companhia de Jesus na América Meridional. (...) Para tanto, a redução de São Francisco de Borja foi um espaço de destaque entre os demais povos orientais do rio Uruguai. Situação registrada pelos próprios padres da Companhia de Jesus, quando estes tinham de desempenhar seu controle administrativo nas missões. (COLVERO; MAURER, 2009, p. 4332)

As excursões jesuíticas dos padres da Companhia de Jesus com os nativos indígenas que habitavam o território foram determinantes para manter até os dias atuais os traços culturais e étnicos da região. O Tratado de Madri²⁵ em 1750, incorporou os nativos indígenas no modo de vida produtivo da campanha. Esse sistema produtivo privado que explorava a mão-de-obra indígena teve grande influência cultural e territorial nessa região de fronteira. Esse período foi determinante para que o setor primário de cultivo agrícola se tornasse até os dias atuais como a principal fonte econômica da região.

A doutrina e a catequização da Companhia de Jesus fizeram com que o índio Guaraní adotasse os costumes da cultura europeia. Em 1756, os padres jesuítas que haviam fundado a povoação e implementado o cultivo agrícola foram expulsos, devido a isso, estabeleceram-se as grandes estâncias e as disputas fronteiriças entre os impérios coloniais de Portugal e Espanha (COLVERO; MAURER, 2009).

²⁴ Título recebido conforme Decreto n°. 35.580, de 11 de outubro de 1994.

²⁵ Muriel Pinto (2015) destaca que após o Tratado de Madrid (1750) houve quatro momentos de transformações nas práticas sociais e nas identidades regionais das Missões, que são: 1º) entrada da colonização portuguesa; 2º) consolidação da estância com um espaço de coesão sociocultural regional; 3º) privatização do sistema produtivo da regional, a partir da derrocada das Missões, em que o sistema de solidariedade popular acaba perdendo espaço para as grandes propriedades rurais, que institucionalizam diversas práticas sociais e modos de trabalho vinculados ao campo; 4º) expansão das áreas urbanas das antigas reduções (PINTO, 2015, p. 32).

O espaço social missioneiro no entorno de São Borja-RS caracteriza-se, portanto, pela reprodução social e cultural de elementos identitários vinculados ao período reducional, assim como está enraizado na constituição dos marcadores vivenciais ribeirinhos, estancieiros e políticos ideológicos. As comunidades ribeirinhas locais, desde as missões até a atualidade, possuem relações de parentescos com as comunidades de Santo Tomé, e as trocas sociais entre elas possibilitaram a constituição de uma territorialidade vivencial e de uma identidade ribeirinha nas margens do rio Uruguai. (PINTO, 2015, p. 15)

Os padres jesuítas transformaram “as reduções em um espaço de constante desenvoltura, foi assim no campo das esculturas, das pinturas, bem como na área musical, entre outros ofícios” (COLVERO; MAURER, 2009, p. 4335). As produções artísticas desenvolvidas no espaço reducional de São Borja, chegaram a ser comparadas na época com algumas das grandes produções europeias.

Quadro 4 – Características e identidades de São Borja-RS.

TIPOS IDENTITÁRIOS MISSIONEIRO	CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	CARACTERÍSTICAS IDENTITÁRIAS	MARCADOR DE DIFERENÇA
Identidade missioneira-pampeana	Região de influência pampeana, constituída pelos municípios de São Borja, Bossoroca, Itacurubi, Santo Antônio das Missões e Garruchos.	Está localizada na Campanha, em fronteira com a cidade de Santo Tomé-Argentina (via rio Uruguai).	Dos Sete Povos das Missões, São Borja é a única municipalidade que faz fronteira com outro povoado missioneiro.
	Microrregião situada em área de abrangência da Campanha Gaúcha. Possui características sociais e econômicas relacionadas aos grandes proprietários e a figura do gaúcho. Destaca-se pela pecuária e lida campeira.	Microrregião destacada nas Missões por possuir a maior diversidade de identidades como: missioneira, ribeirinha, fronteira e gaúcha. No entanto apresenta a menor diversidade étnico-cultural regional	Considerado: o “Primeiro dos Sete Povos das Missões” e a “Terra dos Presidentes”
		A trajetória histórica de São Borja materializou símbolos que interferem na construção identitária microrregional como: Guerra do Paraguai, ex-presidentes e missões.	A figura do gaúcho missioneiro, apresenta suas maiores materializações nessa identidade.

Elaboração própria. **Fonte:** PINTO, M. (2011).

Os pontos turísticos mais conhecidos da cidade de São Borja são: o Cais do Porto, o mausoléu de Getúlio Vargas e os túmulos de João Goulart e Leonel Brizola. As instituições museológicas de São Borja totalizam seis: Museu João Goulart, Getúlio Vargas, da Fazenda do Itú, Guerra do Paraguai, Ergológico de Estância – Os Angüeras e museu municipal Aparício Silva Rillo - Missioneiro. O slogan municipal de São Borja é reconhecido como Terra dos Presidentes graças a sua identidade trabalhista. E o Brasão de Armas de São Borja representa muito bem a sua história.

Figura 4 – Brasão de Armas de São Borja-RS.



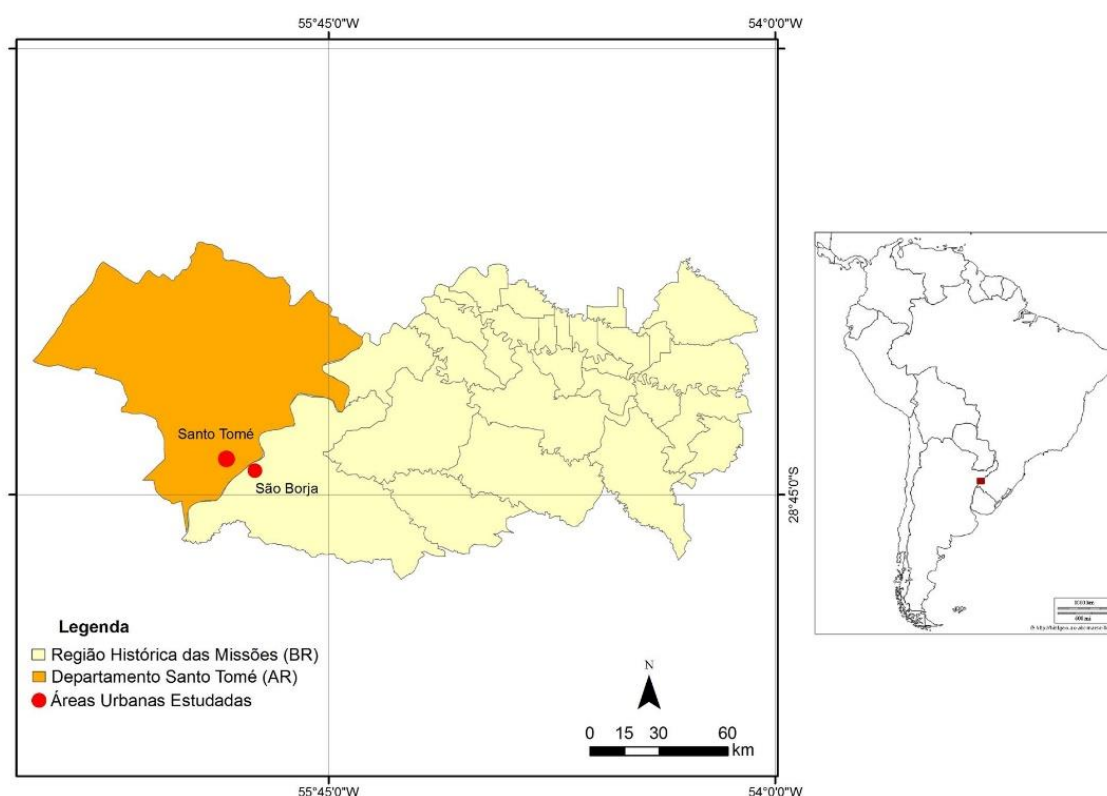
Fonte: TGL SIMPSONS CORP. **Página Brasão de São Borja.** 2012.

O Brasão de Armas de São Borja criado pela Lei número 381 de 13/11/1962, possui na parte de cima uma coroa mural de prata, de quatro torres. No campo vermelho uma cruz patriarcal em ouro, em memória da origem histórica chamada Região Missioneira onde se situa o município, do trabalho evangelizador dos jesuítas e da formação cristã de nossa gente. No campo de ouro um barrete frígio em vermelho, tendo inscrito em sua parte inferior a data: 11/01/1888 – relembrando a propaganda republicana exercida paralelamente ao movimento de libertação dos escravos, através de um dos primeiros Clubes Republicanos do Brasil e culminando com a moção plebiscitária do vereador Aparício Mariense da Silva, aprovada naquela data pela Câmara Municipal de Vereadores – primeira manifestação oficiosa e positiva do republicano nascente, com extraordinária ressonância em todo o país (Revista Colorindo e Aprendendo da Secretaria Municipal de Educação, 2001/2004 apud TGL SIMPSONS CORP., 2012).

No campo verde ondulado de prata até sua metade, as terras fecundadas do Município e as atividades agropastoris nelas desenvolvidas, e o rio Uruguai que banha em grande extensão – curso d'água de preponderante papel na sua fundação histórico-econômica. Por detrás cruzando-se em diagonal, duas lanças indígenas e duas de cavalaria antiga, rememorando

estas, a presença e heroicidade da gente são-borjense nos grandes acontecimentos militares locais e nacionais, e a contribuição do índio à socio gênese local. Abaixo do escudo um listel vermelho com estas inscrições em negro: 1682 São Borja 1834, lembrando estas datas, respectivamente, o ano da fundação do Povo de São Francisco de Borja – célula original da cidade – e o de sua elevação à categoria de Vila (Revista Colorindo e Aprendendo da Secretaria Municipal de Educação, 2001/2004 apud TGL SIMPSONS CORP., 2012).

Figura 5 – Localização de São Borja-Brasil e Santo Tomé-Argentina.



Fonte: PINTO, M. *A identidade socioterritorial missioneira da cidade histórica de São Borja-RS: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas reduções Jesuítico-Guarani*. 2015, p. 22.

O município de São Borja encontra-se na Sub-região XVII (Fronteira da metade Sul do RS) do Arco Sul, local cuja dinâmica de integração econômica é incentivada pelo MERCOSUL. Sua integração com a cidade vizinha Santo Tomé da Argentina, possibilita a expansão de serviços comerciais logísticos, servindo como rota para a interligação de empresas que atuam no comércio internacional. A produção de arroz e soja são grandes responsáveis pelo crescimento nos números do Produto Interno Bruto – PIB da cidade²⁶, pois

²⁶ Produto Interno Bruto – PIB é a soma dos bens e serviços finais produzidos por uma cidade, estado ou país, podendo ser calculado de forma mensal, trimestral, semestral ou anual.

a qualidade dos campos de sua região favorece o cultivo, e a produção pecuária que tem sua parcela no PIB.

3.3 Análise estatística de São Borja-RS

O manancial hídrico que abastece o município de São Borja é o Rio Uruguai. A água é distribuída pela Companhia Rio-grandense de Saneamento – CORSAN, e de acordo com as estatísticas do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS de 2006, atende um percentual de 94,60% da população. No subsolo são-borjense está localizado o Aquífero Guarany, maior reserva subterrânea de água potável do mundo. (Secretaria Municipal de Saúde, 2017).

Com população de 59.944 habitantes em 2017 o território de São Borja possui uma extensão de 3.616,0 km², o PIB total do município foi de R\$ 1.612.679,80 e o *per capita* foi de R\$ 25,602,16 em 2015 (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FEE, 2019a). O PIB expressa a economia total da localidade e o PIB *per capita* divide a economia total pelo número de habitantes da mesma localidade, obtendo dessa forma, a média salarial de todos indivíduos. O PIB tem como propósito mensurar a situação econômica crescente ou decrescente da localidade, deixando de lado os fatores educacionais.

Quadro 5 – Índice de GINI, IDESE e Taxa de vulneráveis à pobreza de São Borja-RS.

INDICADORES	2000	2010	2015
Índice de GINI	0,59	0,55	-
IDESE	0,637	0,736	0,709
Taxa de vulneráveis à pobreza	52,31%	30,92%	-

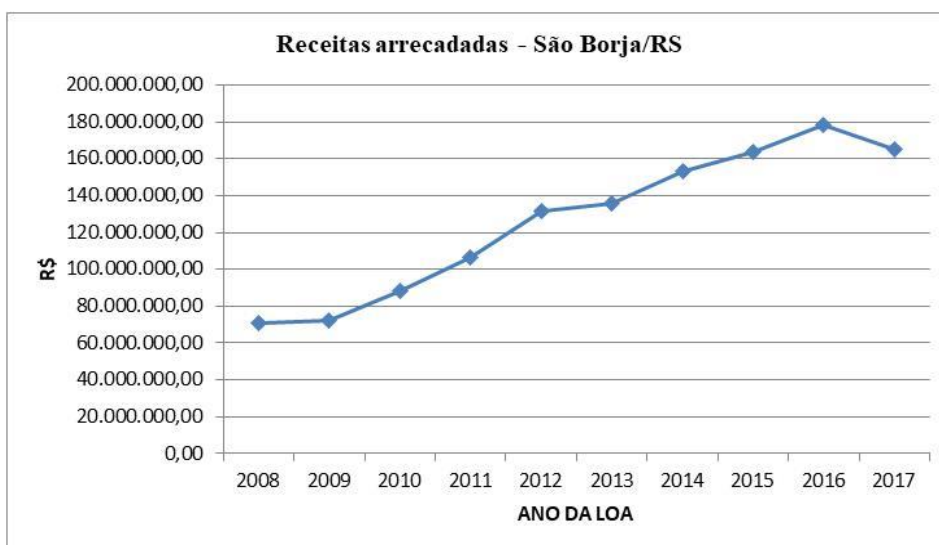
Elaboração própria. **Fonte:** MENDES et al (2019), com base nos dados do Plano Municipal de Saúde 2018-2021 de São Borja/RS. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FEE (2019b).

O índice de GINI quanto mais próximo de 1 (um) maior é a desigualdade e quanto mais próximo de 0 (zero) maior é a igualdade na concentração de renda da população em determinada localidade. Em São Borja, nos anos de 2000 e 2010 o índice de GINI representa níveis médios de desigualdade na concentração de renda entre os mais pobres e os mais ricos. A queda de 0,59 em 2000 para 0,55 em 2010 demonstra que São Borja vem aumentando seus níveis de igualdade e reduzindo sua concentração de renda populacional.

O IDESE é a média entre a soma dos índices de educação, renda e saúde das localidades, ele ainda divide os níveis como: alto (maior ou igual a 0,800), médio (entre 0,500 e 0,799) e baixo (menor que 0,499). Ainda observando o quadro 6, nota-se que São Borja apresentou variação positiva de 0,637 em 2000 para 0,736 em 2010, e variação negativa de 0,736 em 2010 para 0,709 em 2015, porém se manteve no nível médio do IDESE. E a taxa de vulnerabilidade apresenta diminuição de 52,31% em 2000 para 30,92% em 2010, podendo ser atribuída ao aumento de políticas públicas implementadas nesse período.

O município de São Borja é subordinado pela Lei Orgânica Municipal, “que respeita e admite os princípios estabelecidos pelas legislações citadas, definindo em seus artigos 128 a 133 normativas para o orçamento municipal” (MENDES et al, 2019, p. 11). A Lei Orçamentária Anual – LOA é “encaminhada sempre no segundo semestre anual para a votação pelo Poder Legislativo competente, devendo constar o projeto de lei orçamentária, tabelas explicativas, especificação dos programas de trabalho, bem como anexos da Lei 4320/1964 e LC 101/2000” (MENDES et al, 2019, p. 11).

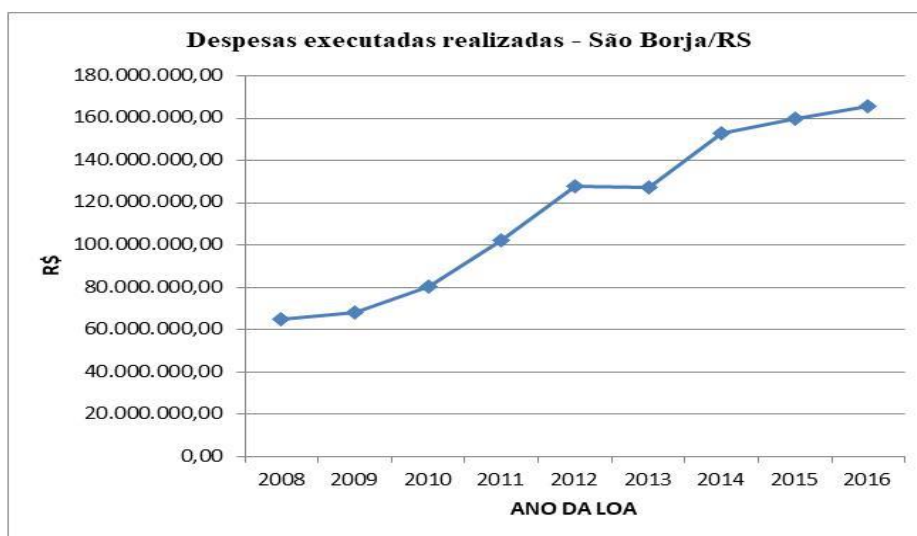
Gráfico 1 – Lei Orçamentária Anual – LOA: receitas arrecadadas de São Borja-RS de 2008 até 2017.



Fonte: MENDES et al (2019), com base no Site da Prefeitura municipal de São Borja-RS em 2019.

Analisando o Gráfico 4 acima, percebe-se que de 2008 a 2009 o valor das receitas arrecadadas se manteve estável, a partir de 2009 até 2016 houve um aumento significativo e caindo um pouco apenas em 2017. Dois dos inúmeros fatores que foram responsáveis pelo aumento das receitas arrecadadas em São Borja a partir de 2009 foram: a educação e a agricultura.

Gráfico 2 – Lei Orçamentária Anual – LOA: despesas executadas realizadas de São Borja-RS de 2008 até 2017.



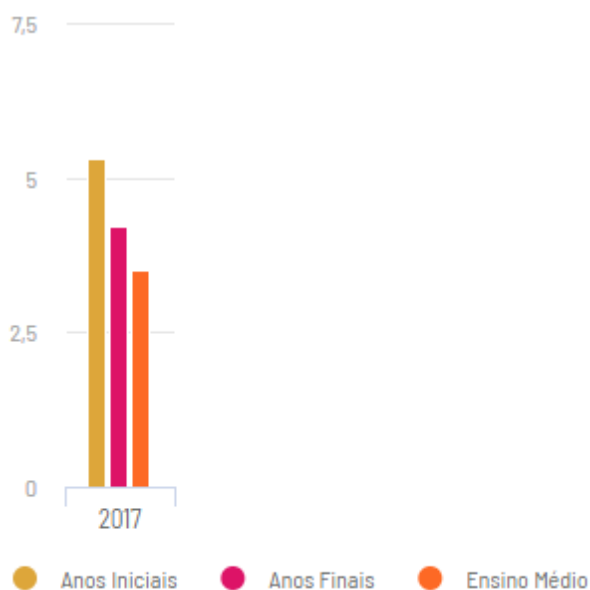
Fonte: MENDES et al (2019), com base no Site da Prefeitura municipal de São Borja-RS em 2019.

De acordo com o Gráfico 5 acima, percebe-se que a partir de 2008 até 2012 o valor das despesas executadas realizadas teve aumento, estabilizando de 2012 a 2013 e voltando a crescer até 2016. Estima-se que em São Borja a urbanização é mais forte em relação à ruralização, tornando assim, inevitável o aumento gradativo das despesas comerciais ao longo dos anos.

Ao observar os indicadores no quadro 7 e as linhas nos gráficos 1 e 2, evidencia-se que São Borja possui índices que condizem com a sua realidade socioeconômica, no qual, a renda e as políticas públicas são fatores que afetam nos índices educacionais do município, bem como é constatado nas estatísticas da educação em São Borja.

3.3.1 Análise estatística da educação em São Borja-RS

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB combina o rendimento escolar com as notas da Prova Brasil, aplicado nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, variando de 0 a 10. O município de São Borja em 2017, está na 3.333ª posição dos anos iniciais e na 3.163ª posição dos anos finais, entre os 5.570 municípios brasileiros (PORTAL ODS, 2019). No mesmo ano, o IDEB de São Borja dos anos iniciais (1º ao 5º ano) na rede pública e na rede municipal resultou em 5,3, e na rede estadual em 5,4. E o IDEB de São Borja dos anos finais (6º ao 9º ano) na rede pública e na rede municipal resultou em 4,2, e na rede estadual em 4,3. O Gráfico 6 e Quadro 7 reproduzem bem essas estatísticas:

Gráfico 3 – IDEB da rede pública de São Borja-RS em 2017.

Fonte: PORTAL ODS (2019), com base no Ministério da Educação – MEC.

Quadro 6 – IDEB e posição de São Borja em 2017 nos anos iniciais e finais da rede pública, municipal e estadual.

MUNICÍPIO (UF)	ETAPA ESCOLAR (ANOS)	REDE	IDEB 2017	POSIÇÃO
São Borja-RS	Inicial (1º - 5º ano)	Pública	5,3	374ª
São Borja-RS	Inicial (1º - 5º ano)	Municipal	5,3	243ª
São Borja-RS	Inicial (1º - 5º ano)	Estadual	5,4	309ª
São Borja-RS	Final (6º - 9º ano)	Pública	4,2	341ª
São Borja-RS	Final (6º - 9º ano)	Municipal	4,2	199ª
São Borja-RS	Final (6º - 9º ano)	Estadual	4,3	277ª

Elaboração própria. Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP (2019).

Ainda em 2017, entre os 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, os anos iniciais do município de São Borja ocupa 374ª posição na rede pública, a 243ª posição na rede municipal e a 309ª na rede estadual, dentre o IDEB dos 497 municípios do Rio Grande do Sul. E os anos finais do município de São Borja ocupa a 341ª posição na rede pública, a 199ª posição na rede municipal e a 277ª na rede estadual, dentre o IDEB dos 497 municípios do Rio Grande do Sul (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP, 2019).

Em 2019, o censo dos estudantes matriculados nas Instituições Superiores, Técnicas e formação de Professorado de São Borja, tais como: Anhanguera (EAD), Unintter (EAD), UNIPAMPA, UERGS e IFfar. Alguns dos cursos oferecem formações nas áreas de: Administração; Ciências Humanas; Ciência Política; Direito; Filosofia; Física; Gastronomia;

Gestão de Turismo; Jornalismo; Matemática; Pedagogia; Políticas Públicas; Relações Públicas; Serviço Social; Sistemas de Informações etc.

Quadro 7 – Censo de estudantes matriculados nas Instituições Superiores, Técnicas e formação de Professorado da cidade de São Borja-RS em 2019.

INSTITUIÇÕES	Nº DE MATRÍCULAS (2019)
Anhanguera (EAD)	480
Unintter (EAD)	400
UNIPAMPA	1990
UERGS	122
IFfar	1030
Total	4.022

Elaboração própria. **Fonte:** PINTO, M.; SIQUEIRA, A. I. (2019), com base nos dados repassados pelas próprias Instituições.

Conforme as estatísticas expostas no quadro 8 observa-se que no início de 2019 a cidade de São Borja possui 4.022 estudantes matriculados. Destes 4.022 estudantes, 3.142 matrículas são de instituições públicas (UNIPAMPA, UERGS e IFfar) e 880 (Anhanguera (EAD), Unintter (EAD)) matrículas são de instituições privadas. Os números de matriculados demonstram o aumento sucessivo dos cursos de Graduação, Pós-Graduação, Técnicos e Licenciaturas em São Borja.

Quadro 8 – Visão geral da educação no município de São Borja-RS.

INDICADORES	ANO	PORCENTAGEM/ NÚMERO
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos	2010	97,5%
IDEB dos Anos iniciais do Ens. Fundamental	2017	5,3
IDEB dos Anos finais do Ens. Fundamental	2017	4,2
IDEB do Ens. Médio	2017	3,5
Matrículas no Ens. Fundamental	2018	7.088 matriculados
Matrículas no Ens. Médio	2018	2.031 matriculados
Matrículas no Ens. Superior	2019	4.022 matriculados
Docentes no Ens. fundamental	2018	467 docentes
Docentes no Ens. Médio	2018	229 docentes
Nº de estabelecimentos de Ens. Fundamental	2018	35 Escolas
Nº de estabelecimentos de Ens. Médio	2018	11 Escolas
Nº de estabelecimentos de Ens. Superior	2019	4 Universidades e 1 Instituto

Elaboração própria. **Fonte:** MENDES et al (2019), com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. PINTO, M.; SIQUEIRA, A. I. (2019), com base nos dados repassados pelas próprias Instituições. PORTAL ODS (2019), com base no Ministério da Educação – MEC.

3.4 A criação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Para vigorar o acesso de estudantes nas Universidades e promover o desenvolvimento da educação superior foi necessário aumentar a quantidade de Universidades e ampliar a oferta de vagas (principalmente no turno da noite) através de transformações derivadas da mobilização do governo, das instituições de ensino e da sociedade. A expansão das Universidades no território nacional, criou condições para desenvolver melhor qualidade dos cursos e viabilizar a inserção social, estimulando a permanência dos estudantes na educação superior.

Pensando na efetivação de uma política no ensino superior que: diminuísse as taxas de evasão; remodelasse os cursos de graduação; associasse a educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; aprovasse programas de assistência estudantil e programas de inclusão e extensão universitária; entre outras medidas, foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI,

(...) instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ao definir como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. Este programa pretende congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. (REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI, 2007, p. 4)

Para isso, são oportunizados espaços que contenham ótimo funcionamento, tornando decisivo o condicionamento de uma educação de qualidade para todos. O REUNI também sugere que as Universidades federais contribuam com propostas constituídas em diretrizes que levam em consideração as diversidades regionais e as peculiaridades dos cursos para garantir a qualidade educacional. As metas elaboradas pelo Programa REUNI para as instituições de ensino superior cumprirem, servem como ações para garantir que a expansão e reestruturação das Universidades federais pelo programa terão impacto positivo no meio ambiente.

Com isso, o REUNI tem como principal objetivo

criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas

universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior. (REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI, 2007, p. 10)

O aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades federais, dizem respeito à sua organização estrutural interna, desde suas instalações, salas de aula, banheiros, biblioteca etc., até o acompanhamento dos profissionais de ensino diretores, professores, coordenadores e funcionários. Certamente, as Universidades federais que possuem em seu espaço esses aspectos para seu ótimo funcionamento, oportunizará uma educação de qualidade para todos aqueles que estiverem inseridos, transcendendo as adversidades trazidas para seu meio ambiente.

A UNIPAMPA foi estruturada em espaços que

(...) tem por característica um processo gradativo de perdas socioeconômicas que levaram a um desenvolvimento injusto e desigual. A história de formação do Rio Grande do Sul explica parte desse processo, porque com a destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou num sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos. Com o declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas que pudessem estimular a geração de trabalho e renda na região, levou-a, no final do século XX, a baixos índices econômicos e sociais. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA, 2013, p. 24)

Cabe destacar que esses espaços possuem baixo investimento público e baixa densidade populacional, além de sua base econômica diversificada que acaba afetando a criação de postos de trabalho, implicando desta maneira nos indicadores socioeconômicos e educacionais. Por isso, a UNIPAMPA em todas suas instâncias, no que diz respeito a suas ações sociais e territoriais, desenvolve mudanças estruturais juntamente com a comunidade e os atores locais e regionais para apoiar as transformações econômicas, educacionais, políticas e sociais.

As ações da UNIPAMPA executadas em parceria com os setores públicos e privados são importantes para o processo regional.

A Universidade tem contribuído com esse processo através da inserção de seus egressos no mercado de trabalho e através dos discentes que, uma vez inseridos em projetos de pesquisa, aprimoram o pensamento científico e a capacidade de gerar novos conhecimentos, estes os quais podem ser levados à prática pelos projetos de extensão também viabilizados pela atuação desses discentes juntamente com os servidores da instituição. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA, 2013, p. 25)

Em outras palavras, a UNIPAMPA busca capacitar os egressos por intermédio da pesquisa científica, preparando-os para enfrentarem os desafios que virão posteriormente com

o processo de inserção no mercado de trabalho, onde suas potencialidades serão empregadas e avaliadas.

A Política de Gestão da UNIPAMPA visa alcançar a excelência nas práticas acadêmicas e administrativas, cumprindo os objetivos institucionais de maneira dinâmica e sistemática conforme estão constituídos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, garantindo a interdependência de suas unidades institucionais acadêmicas. No PDI, os servidores estão incluídos como agentes responsáveis por promover a educação superior de qualidade, de forma a garantir o diálogo e o compromisso social com a comunidade, e a racionalização dos recursos econômicos e materiais.

O PDI da UNIPAMPA determina que princípios específicos de formação acadêmica sejam executados, em destaque estão:

- Educação compromissada com a articulação entre os sistemas de ensino e seus níveis: educação básica e educação superior;
- Qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e compromissado com os interesses públicos;
- Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;
- Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;
- Equidade de condições para acesso e permanência no âmbito da educação superior. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA, 2013, p. 30)

Portanto, os princípios estabelecidos pelo PDI da UNIPAMPA, objetivam impulsionar o desenvolvimento regional e são envolvidos pela(o): democracia institucional; decisão descentralizada; integração regional; planejamento colaborativo; avaliação institucional; transparência no orçamento e nos atos de gestão; busca da efetividade de acordo com a economicidade e; acesso à informação pública. E decididos pelos Órgãos da Administração Superior da UNIPAMPA, que são: 1) Conselho Universitário – CONSUNI; 2) Conselho Curador; 3) Comissões Superiores; 4) Reitoria. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA, 2013).

3.4.1 A Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA Campus de São Borja-RS

A instituição de ensino superior UNIPAMPA Campus de São Borja, foi uma conquista resultante da luta pela federalização da Universidade da Região da Campanha (URCAMP) que não foi possível ser federalizada. Então, houve a criação de UNIPAMPAs nos municípios

que continham URCAMPs no ano de 2005 a partir do Acordo de Cooperação Técnica no Ministério da Educação, tratado nas Universidades Federais de Santa Maria (UFSM) e de Pelotas (UFPel).

No segundo semestre do ano de 2006, a UNIPAMPA Campus de São Borja foi implantada no bairro do Passo com a finalidade de formar cidadãos capazes de maximizar o desenvolvimento regional através da educação. Os cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda deram início ao primeiro semestre letivo em outubro de 2006 e Serviço Social em novembro de 2006. Dessa forma, contribuindo para o crescimento da cidade de São Borja no que tange ao recebimento de estudantes de diversas partes do Brasil, assim como os cursos de graduação e técnicos do Instituto Federal Farroupilha – IFF e de medicina em Santo Tomé.

Com base nas estatísticas da execução orçamentária da UNIPAMPA Campus de São Borja, o Quadro 10 mostra as despesas na sua infraestrutura durante os anos de 2016 a 2018:

Quadro 9 – Orçamento executado pela UNIPAMPA Campus de São Borja em 2016 a 2018.

TIPO DE DESPESA	VALOR (R\$)		
	2016	2017	2018
Orçamento disponibilizado a Unidade Universitária (Matriz de Custeio)	71.955,16	111.169,58	125.126,21
Gastos com diárias (pessoal civil)	12.768,87	20.317,83	27.078,19
Gastos com aquisição de material de consumo	40.629,14	58.770,77	58.058,78
Gastos com passagens e despesas de locomoção	729,45	276,01	14.969,80
Gastos com serviços de terceiros: pessoa física	1.062,00	1.327,50	3.186,00
Gastos com serviços de terceiros: pessoa jurídica	291.343,51	301.365,88	301.170,99
Investimentos em obras na Unidade Universitária	937.388,84	13.337,59	306.830,60
Aquisição de equipamentos e material permanente	0,00	20.831,52	69.578,50

Elaboração própria. **Fonte:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA (2018), com base nos dados da Pró Reitoria de Planejamento – PROPLAN.

De modo geral, o ensino de qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela UNIPAMPA conforme seu o PDI no ano de 2013, possibilita que a instituição ofereça 60 cursos de graduações com 3.120 vagas. De modo específico, no Campus São Borja os cursos de graduação ofertados atualmente são: Ciências Humanas (de licenciatura, implantado em 2012); Ciências Sociais - Ciência Política (implantado em 2009); Direito (implantado em 2019); Jornalismo; Publicidade e Propaganda; Relações Públicas com ênfase em Produção Cultural (implantado em 2010) e; Serviço Social (de bacharelado). E dois mestrados profissionais em: Comunicação e Indústria Criativa; e Políticas Públicas.

A UNIPAMPA Campus de São Borja tem o objetivo geral e os 4 (quatro) objetivos específicos de:

Estruturar e garantir a gestão democrática a partir de um conjunto de experiências profissionais e acadêmicas, possibilitando o crescimento do Campus São Borja para que os cursos se estabeleçam enquanto excelência acadêmica, firmando políticas administrativas de gestão de pessoal qualificada com interação permanente com a comunidade regional. (...) 1. Garantir a manutenção e infraestrutura do campus São Borja; (...) 2. Estruturar e garantir os cursos ofertados com excelência acadêmica, discutindo junto à comunidade a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação; (...) 3. Estruturar e integrar a UNIPAMPA com a comunidade de São Borja, os órgãos públicos, os demais campi e a reitoria; (...) 4. Programar ferramentas de gestão necessárias para gestão democrática de pessoal. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA, p. 13-14, 2018)

E as perspectivas da UNIPAMPA Campus de São Borja para o ano de 2018 foram de:

(...) 1- Consolidar e ampliar a estrutura física do Campus; (...) 2- Reestruturar novas frentes de atuação da coordenação acadêmica, fortalecer graduação e ampliar os programas Lato Sensu e Stricto Sensu; (...) 3- Fortalecer o relacionamento institucional com a comunidade local, regional, nacional e internacional; 4- Aprimoramento e melhoria nas condições de trabalho dos servidores do Campus São Borja. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA, p. 54-55, 2018)

O Quadro 11 a seguir, representa bem a situação dos cursos de graduação da UNIPAMPA Campus de São Borja nos anos de 2016, 2017 e 2018:

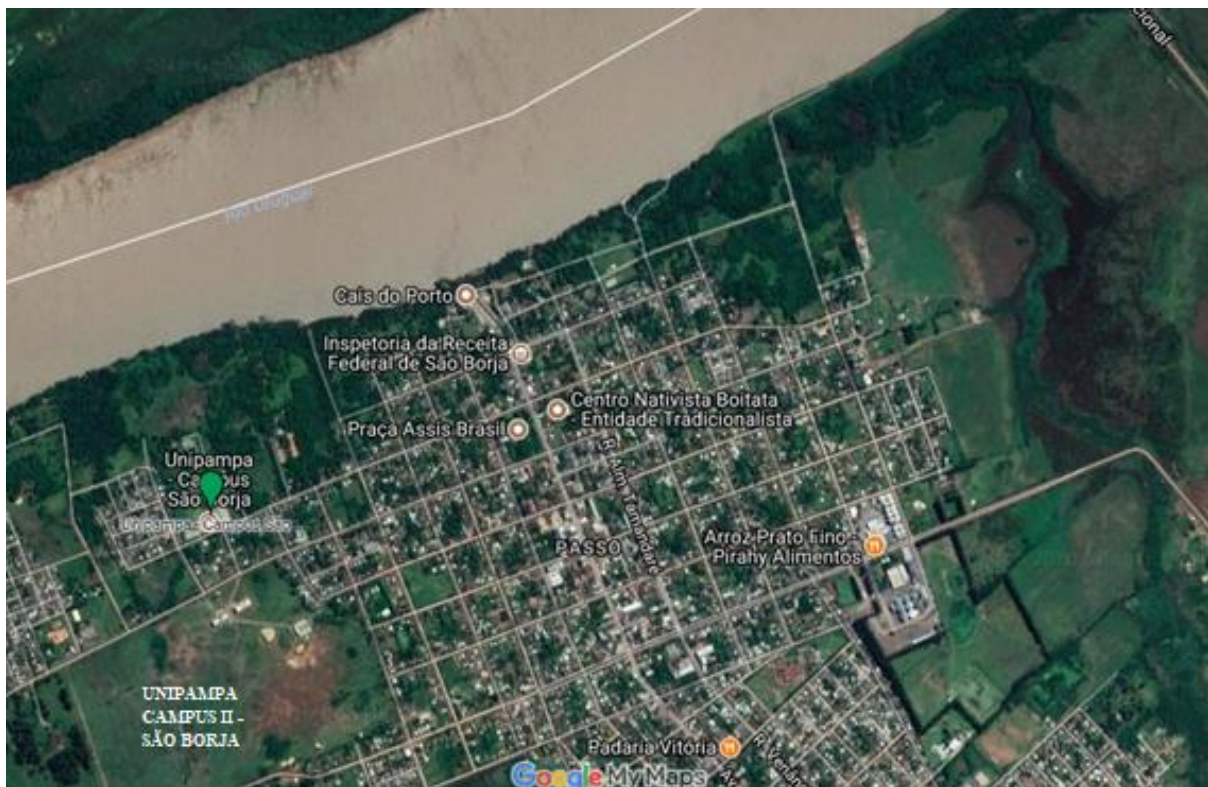
Quadro 10 – Número de alunos matriculados e concluintes nos cursos de graduação da UNIPAMPA Campus de São Borja em 2016, 2017 e 2018.

CURSOS DE GRADUAÇÃO	MATRICULADOS			CONCLUINTE		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Relações Públicas	145	186	132	14	27	19
Ciências Humanas	166	205	161	27	23	23
Publicidade e Propaganda	154	171	140	9	31	24
Serviço Social	171	186	147	6	32	32
Ciência Política	145	162	125	16	9	21
Jornalismo	154	147	130	03	19	31
Direito	-	-	-	-	-	-

Elaboração própria. **Fonte:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA (2018), com base nos dados do Sistema de Informações para o Ensino – SIE e da Secretaria Acadêmica da UNIPAMPA Campus de São Borja.

Portanto, a UNIPAMPA Campus de São Borja possui 2 (dois) Campus acadêmicos: o Campus I é utilizado para a biblioteca, estúdio, laboratório, salas de aula, de estágios e de informática, em sua parte de trás está instalado o restaurante universitário. O Campus II é utilizado para os gabinetes do setor administrativo e dos professores. O Campus I e II possuem 2 (dois) prédios, como mostrado nas próximas Imagens:

Imagem 1 – Localização da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA Campus I e II de São Borja-RS.



Fonte: GOOGLE MAPS. 10 Campi da Universidade Federal do Pampa. 2019.

Imagem 2 – Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA Campus I de São Borja-RS.



Fonte: COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA DA UNIPAMPA. Pró-reitoria de Planejamento e Infraestrutura. 2016.

Imagem 3 – Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA Campus II de São Borja-RS.



Fonte: COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA DA UNIPAMPA. **Pró-reitoria de Planejamento e Infraestrutura.** 2016.

4 ANÁLISE SOBRE AS AÇÕES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO DA UNIPAMPA CAMPUS DE SÃO BORJA-RS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Neste último capítulo, com base nas respostas dos atores institucionais e sociais questionados, o autor apresenta a análise qualitativa e quantitativa referente às ações sociais de educação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA Campus de São Borja para o desenvolvimento territorial de São Borja e do bairro do Passo em 2019.

Para tanto, aplicou-se questionários relacionados à situação educacional e de desenvolvimento territorial em três (3) momentos distintos, com a intenção de extrair a opinião dos: egressos da graduação em Ciência Política e egressos do mestrado em Políticas Públicas; docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja; diretores e docentes das Escolas no bairro do Passo (bairro em que a UNIPAMPA Campus de São Borja está localizada).

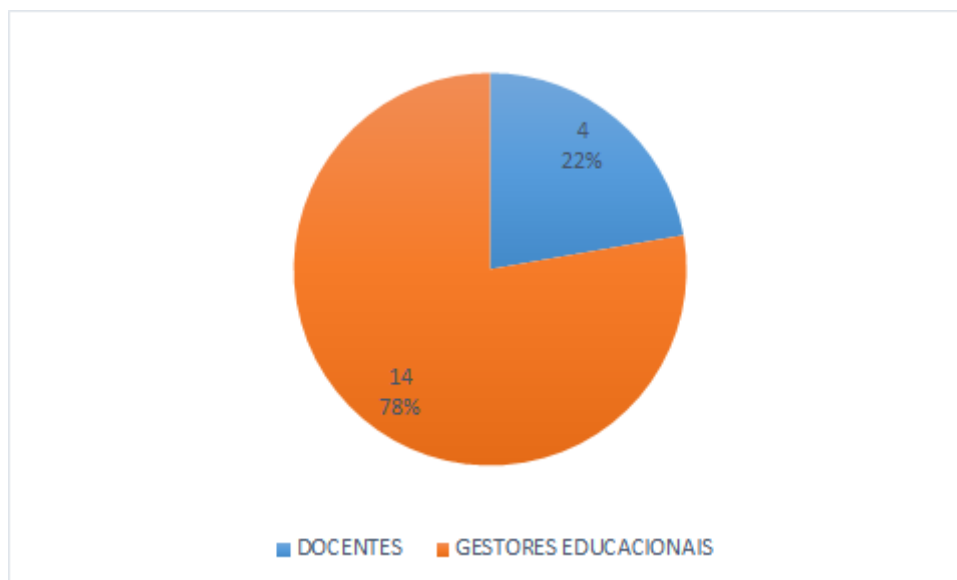
No total, cinquenta e sete (57) questionários foram aplicados para esta análise, sendo vinte e sete (27) dirigidos aos egressos da graduação em Ciência Política e mestrado em Políticas Públicas, dezoito (18) dirigidos aos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja e doze (12) dirigidos aos diretores e docentes das Escolas: Estadual de Ensino Fundamental Tuscelda Lima Barbosa, Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha da Costa, Estadual Técnica Olavo Bilac e Instituto Estadual Padre Francisco Garcia.

4.1 Análise da opinião dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja

A primeira questão do questionário verificou a quantidade de docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja. Dos atores institucionais que responderam a este questionário, 22% trabalham na docência e 78% trabalham na gestão educacional.

Contabilizando dessa forma no **Gráfico 7**, 4 (quatro) docentes e 14 (catorze) gestores educacionais que entre eles, exercem as funções de: assistente estudantil, coordenador(a) acadêmico(a), diretor(a), gestor(a) de comunicação, produtor(a) cultural, secretário(a) acadêmico(a), secretário(a) administrativo(a) e secretário(a) da direção do Campus.

Gráfico 4 – Número de docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja que responderam ao questionário.



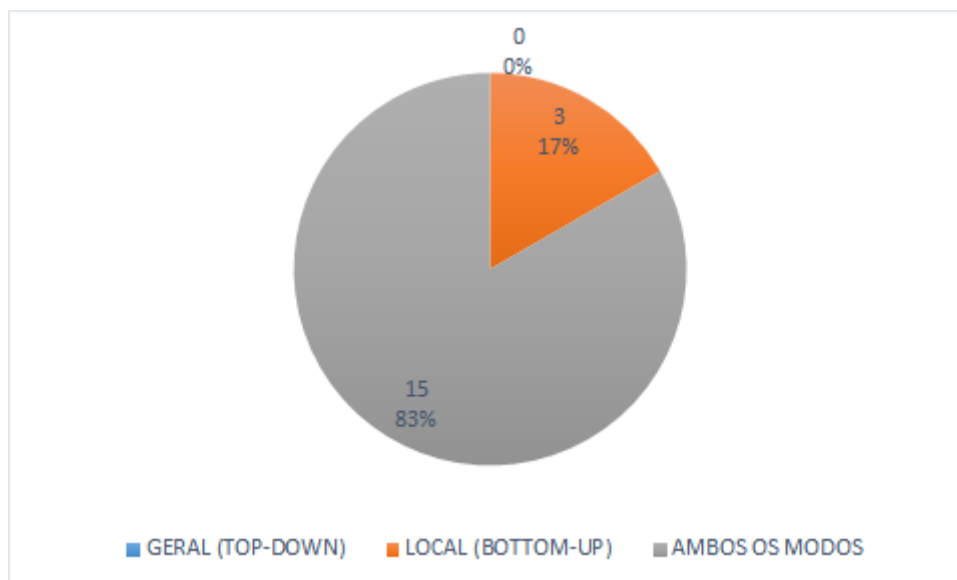
Elaboração própria.

A segunda questão do questionário expôs o modo como os docentes e os gestores da educacionais UNIPAMPA Campus de São Borja acreditam que as ações sociais de educação para o ensino superior são melhores desenvolvidas.

No total, 0% dos docentes e gestores educacionais acreditam que as ações sociais de educação para o ensino superior são melhores desenvolvidas de modo geral (*top-down*), 17% acreditam que as ações sociais de educação para o ensino superior são melhores desenvolvidas modo local (*bottom-up*) e 83% acreditam que as ações sociais de educação para o ensino superior são melhores desenvolvidas de ambos os modos.

Calculando no **Gráfico 8**, ninguém escolheu o modo geral (*top-down*), 3 (três) escolheram o modo local (*bottom-up*) e 15 (quinze) escolheram ambos os modos. Sendo mais específico, 1 (um) docente e 2 (dois) gestores educacionais escolheram o modo local (*bottom-up*) e 3 (três) docentes e 12 (doze) gestores educacionais escolheram ambos os modos.

Gráfico 5 – Escolha dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja entre os modos: geral (*top-down*), local (*bottom-up*) ou ambos os modos.



Elaboração própria.

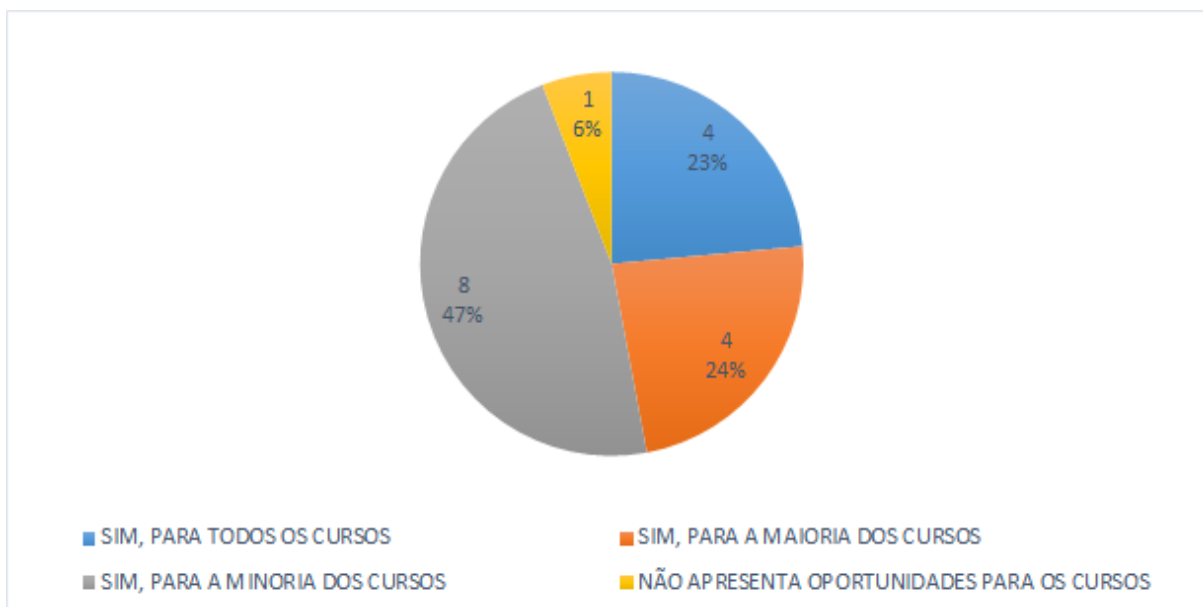
A terceira questão do questionário explorou na perspectiva dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja, se o município de São Borja apresenta oportunidades nas áreas: acadêmica e profissional.

Na área acadêmica, a porcentagem maior indicada pelos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja foi de 47% que “sim, para a minoria dos cursos”. Também na área profissional, a porcentagem maior indicada foi de 59% que “sim, para a minoria dos cursos”.

Conforme o **Gráfico 9**, relacionado a São Borja apresentar oportunidades na área acadêmica para os cursos da UNIPAMPA Campus de São Borja, 4 (quatro) apontaram que São Borja apresenta oportunidades para todos os cursos, 4 (quatro) apontaram que São Borja apresenta oportunidades para a maioria dos cursos; 8 (oito) apontaram que São Borja apresenta oportunidades para a minoria dos cursos e 1 (um) apontou que São Borja não apresenta oportunidades para os cursos. 1 (um) gestor educacional não respondeu.

Para ser mais específico, 1 (um) docente e 3 (três) gestores educacionais apontaram que São Borja apresenta oportunidades para todos os cursos da UNIPAMPA Campus de São Borja, 4 (quatro) gestores educacionais apontaram que São Borja apresenta oportunidades para a maioria dos cursos, 3 (três) docentes e 5 (cinco) gestores educacionais apontaram que São Borja apresenta oportunidades para a minoria dos cursos e 1 (um) gestor educacional apontou que São Borja não apresenta oportunidades para os cursos. O gestor educacional número 14 não respondeu.

Gráfico 6 – Perspectiva dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja sobre as oportunidades em São Borja na área acadêmica.

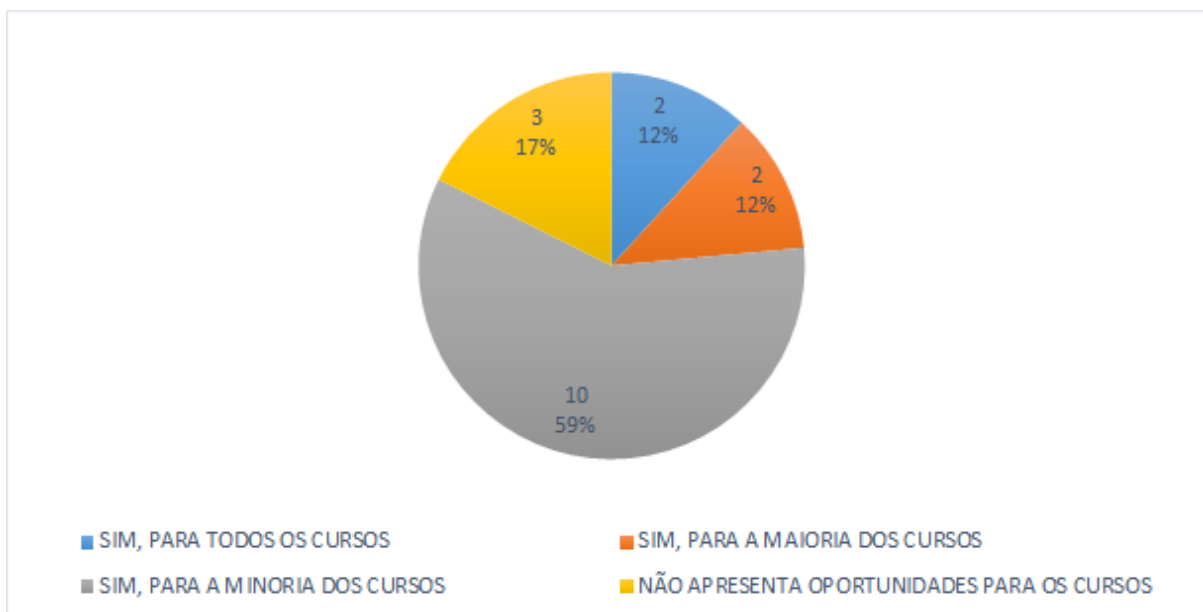


Elaboração própria.

E conforme o **Gráfico 10** relacionado a São Borja apresentar oportunidades na área profissional, 2 (dois) apontaram que São Borja apresenta oportunidades para todos os cursos da UNIPAMPA Campus de São Borja, 2 (dois) apontaram que São Borja apresenta oportunidades para a maioria dos cursos; 10 (dez) apontaram que São Borja apresenta oportunidades para a minoria dos cursos, e 3 (três) apontaram que São Borja não apresenta oportunidades para os cursos. 1 (um) gestor educacional não respondeu.

Para ser mais específico, 1 (um) docente e 1 (um) gestor educacional apontaram que São Borja apresenta oportunidades para todos os cursos da UNIPAMPA Campus de São Borja, 2 (dois) gestores educacionais apontaram que São Borja apresenta oportunidades para a maioria dos cursos, 2 (dois) docentes e 8 (oito) gestores educacionais apontaram que São Borja apresenta oportunidades para a minoria dos cursos e 1 (um) docente e 2 (dois) gestores educacionais apontaram que São Borja não apresenta oportunidades para os cursos. O gestor educacional número 11 não respondeu.

Gráfico 7 – Perspectiva dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja sobre as oportunidades em São Borja na área profissional.



Elaboração própria.

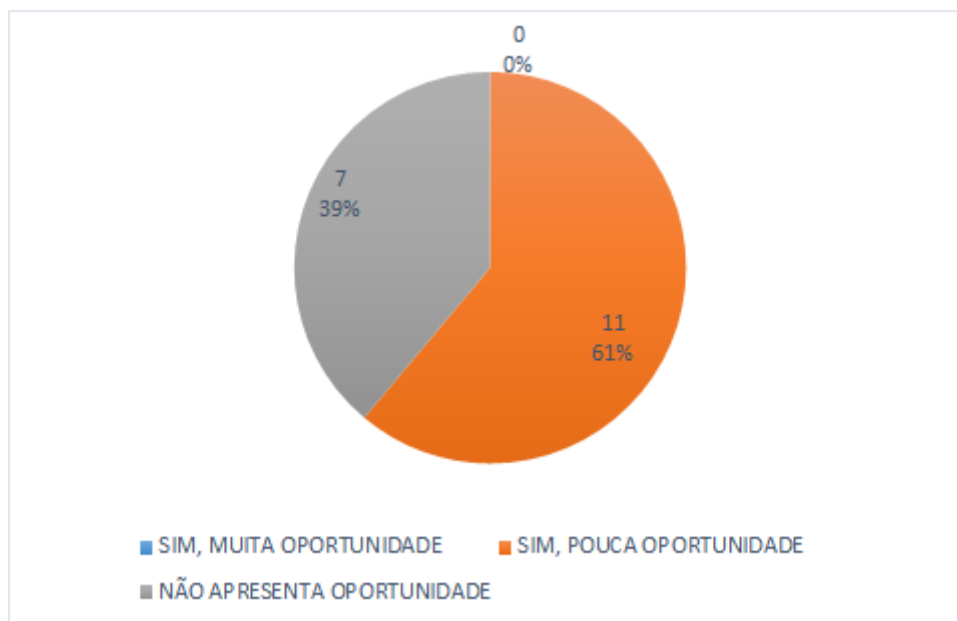
A quarta questão do questionário investigou a opinião dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja, sobre o bairro do Passo apresentar ou não oportunidades para os egressos dos cursos da UNIPAMPA Campus de São Borja.

Por completo, 0% dos docentes e gestores educacionais reconheceram que “sim, muita oportunidade”, 61% reconheceram que “sim, pouca oportunidade” e 39% reconheceram que “não apresenta oportunidade”.

Constatou-se que no **Gráfico 11**, ninguém afirmou que o bairro do Passo tem muita oportunidade para os egressos da UNIPAMPA Campus de São Borja, 11 (onze) afirmaram que o bairro do Passo tem pouca oportunidade para os egressos da UNIPAMPA Campus de São Borja e 7 (sete) afirmaram que o bairro do Passo não tem oportunidade para os egressos da UNIPAMPA Campus de São Borja.

De modo específico, 2 (dois) docentes e 9 (nove) gestores educacionais afirmaram que “sim, o bairro do Passo tem pouca oportunidade para os egressos” e 2 (dois) docentes e 5 (cinco) gestores educacionais afirmaram que “não, o bairro do Passo não tem oportunidade para os egressos”.

Gráfico 8 – Opinião dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja sobre as oportunidades para os egressos no bairro do Passo.



Elaboração própria.

A quinta questão do questionário observou a participação dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja, nas ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja.

Em geral, 33% dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja participaram e 67% não participaram das ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja.

De acordo com o **Gráfico 12**, 6 (seis) salientaram que “sim” e 12 (doze) salientaram que “não”. Especificando, 1 (um) docente e 5 (cinco) gestores educacionais de outras funções (assistência estudantil, diretoria, produção cultural, secretaria acadêmica e secretaria administrativa) participaram nas ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja direcionada ao bairro do Passo.

Dos docentes e gestores educacionais que responderam “sim”, o **docente número 4** respondeu: “*Sim, fórum da educação, cultura e comunicação*”.

O **gestor educacional número 2** respondeu: “*Sim, feira de profissões e mateadas integra Passo*”.

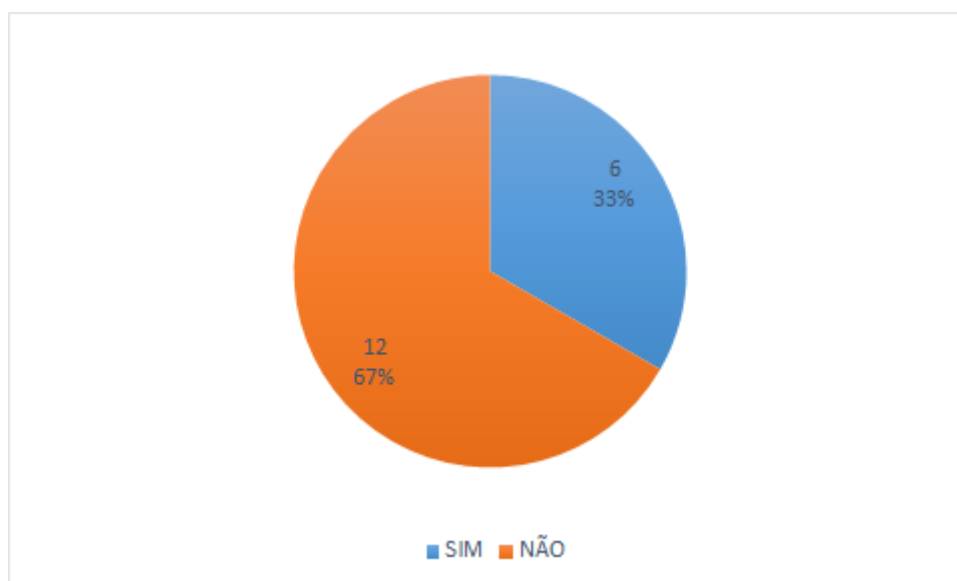
O **gestor educacional número 3** respondeu: “*Sim, já participei da organização da Cooperativa dos recicladores*”.

O **gestor educacional número 4** respondeu: “*Sim, projeto de territorialidade na COOPUV, no ano de 2015*”.

O **gestor educacional número 9** respondeu: “*Sim, atuei com alunos em ação do projeto Interbixos e num brechó solidário*”.

O **gestor educacional número 14** respondeu: “*Sim, projeto Educom, educação ambiental e cidadania*”.

Gráfico 9 – Participação dos docentes e gestores educacionais em alguma ação social da UNIPAMPA Campus de São Borja direcionada ao bairro do Passo.



Elaboração própria.

E a sexta e última questão do questionário identificou de acordo com a experiência dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja, como a UNIPAMPA Campus de São Borja tem contribuído para o desenvolvimento territorial de São Borja.

O **docente número 1** respondeu: “*Através dos Projetos de Extensão, Programas Institucionais, Pibid, Pet e Estágios Supervisionados*”.

O **docente número 2** respondeu: “*Na área da educação tem contribuído com a qualificação dos profissionais da educação e assim reverbera na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem nas Escolas locais públicas ou privadas*”.

O **docente número 3** respondeu: “*Em muitos projetos de extensão e de pesquisa que se articulam com a comunidade*”.

E o **docente número 4** respondeu: “*Com parcerias sociais na área da extensão. E pela sua existência no momento ela agrega população a cidade e logo incrementa seu PIB e seu desenvolvimento socioeconômico*”.

Os **gestores educacionais números 1, 4 e 13** responderam: “*Sim*”.

O **gestor educacional número 2** respondeu: *“Contribui através de projetos de extensão e ensino, elevação de nível cultural da população, troca de experiências culturais regionais, melhoria do nível educacional da população e melhoria na parte econômica da cidade”*.

O **gestor educacional número 3** respondeu: *“Ações culturais positivas, ações econômicas como valorização de imóveis e dinamismo do comércio”*.

O **gestor educacional número 5** respondeu: *“A UNIPAMPA tem contribuído para o crescimento, a renovação, a expansão e a diversidade da cidade de São Borja”*.

O **gestor educacional número 6** respondeu: *“A UNIPAMPA desde sua fundação contribuiu nos aspectos de socialização, troca de culturas, na área financeira de habitação (investimento). Na formação social da cidade. Na educação cidadã e no oferecimento de perspectiva de formação qualificada e sem custos para a população”*.

O **gestor educacional número 7** respondeu: *“Ao oferecer educação gratuita e de qualidade a UNIPAMPA exerce papel fundamental, mesmo que alguns cursos ofereçam oportunidades fora da cidade e do estado. Ao aquecer a economia local, penso que a sociedade São-borjense num todo teve um ganho significativo”*.

O **gestor educacional número 8** respondeu: *“A Universidade contribui de forma direta, com os cursos e eventos que oferece à comunidade de forma pública e gratuita, e indiretamente, pois, com a vinda da Universidade e a oferta de novos cursos de graduação e pós-graduação, atrai novos alunos e servidores para a localidade, o que incrementa o mercado local e cria novas oportunidades. O comércio local e a cultura de São Borja só têm a ganhar com a vinda de novos estudantes, novas demandas e ideias. A comunidade também se beneficia das ações de extensão, das atividades desenvolvidas em estágios curriculares, eventos, etc”*.

O **gestor educacional número 9** respondeu: *“Não tenho dados objetivos para fornecer”*.

O **gestor educacional número 10** respondeu: *“A UNIPAMPA tem contribuído para o desenvolvimento territorial através do tripé: ensino, pesquisa e extensão”*.

O **gestor educacional número 11** respondeu: *“Acredito que a nossa contribuição nesses 13 anos foi grande no que se refere ao aspecto de crescimento econômico do município. Muito lentamente se percebe também uma mudança no aspecto cultural, ou seja, as pessoas estão mais cientes de seus direitos e deveres, e isso é reflexo da expansão do ensino superior e da grande vinda de pessoas de fora para a cidade”*.

O **gestor educacional número 12** respondeu: “A UNIPAMPA tem contribuído para o desenvolvimento territorial de muitas formas, o bairro do Passo, por exemplo, a partir da presença da UNIPAMPA recebeu inúmeros investimentos públicos, os quais de outra maneira jamais teriam sido feitos”.

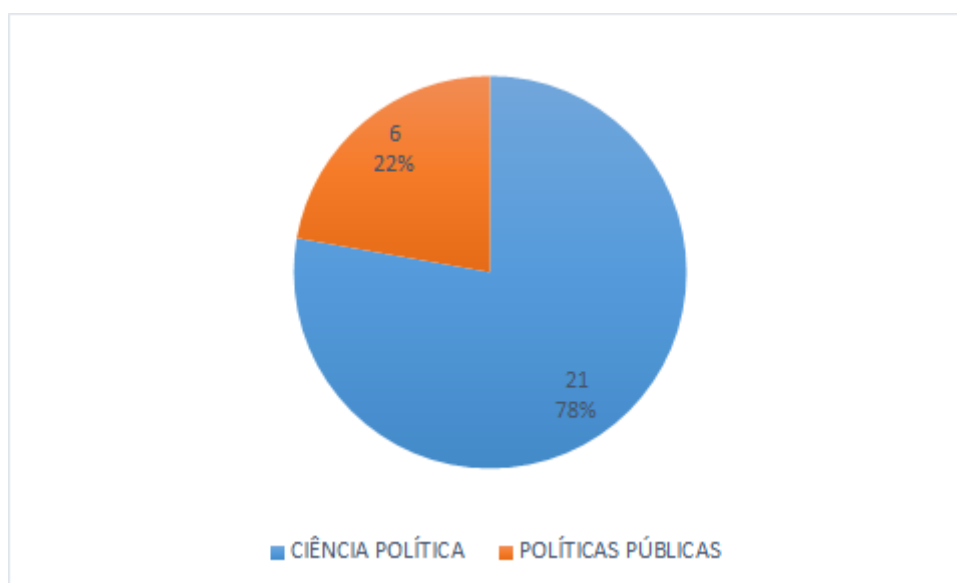
E o **gestor educacional número 14** respondeu: “Na elaboração de projetos de extensão e pesquisa com foco na necessidade regional”.

4.2 Análise da opinião dos egressos da graduação em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas

A primeira questão do questionário verificou a quantidade de egressos nas áreas de Ciência Política e Políticas Públicas. Dos atores sociais que responderam a este questionário, 78% são egressos da graduação em Ciência Política e 22% são egressos do mestrado em Políticas Públicas.

Contabilizando dessa forma no **Gráfico 13**, 21 (vinte e um) egressos da graduação em Ciência Política²⁷ e 6 (seis) egressos do mestrado em Políticas Públicas.

Gráfico 10 – Número de egressos da graduação em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas que responderam ao questionário.



Elaboração própria.

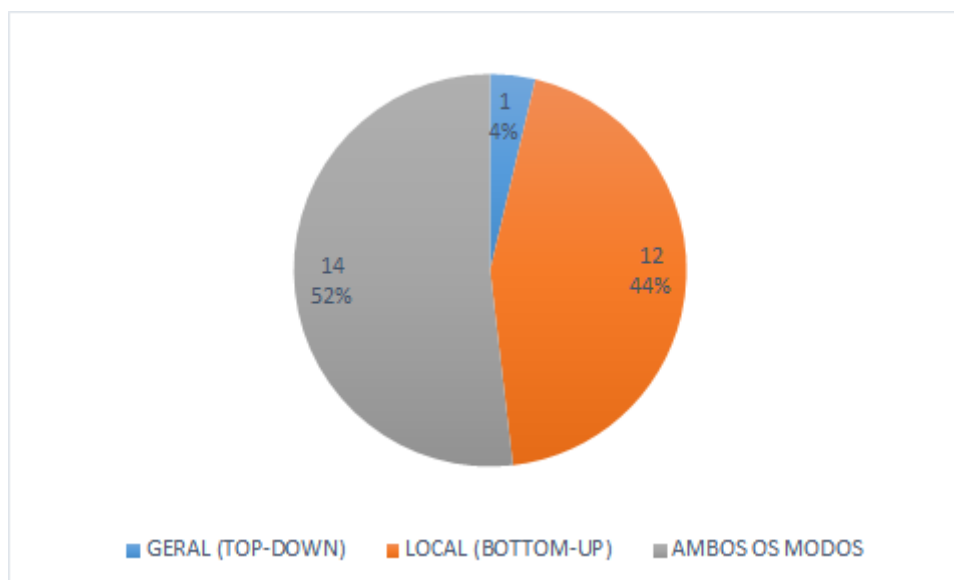
²⁷ Dois alunos da graduação em Ciência Política que já completaram o 8º semestre participaram da pesquisa de opinião contida no questionário, que são os egressos número 8 e 12, neste caso, os mesmos foram incluídos no grupo dos egressos em Ciência Política.

A segunda questão do questionário expôs o modo como os egressos da graduação em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas acreditam que as ações sociais de educação para o ensino superior são melhores desenvolvidas.

No total, 4% dos egressos acreditam que as ações sociais de educação para o ensino superior são melhores desenvolvidas de modo geral (*top-down*), 44% acreditam que as ações sociais de educação para o ensino superior são melhores desenvolvidas modo local (*bottom-up*) e 52% acreditam que as ações sociais de educação para o ensino superior são melhores desenvolvidas de ambos os modos.

Constatou-se que no **Gráfico 14**, 1 (um) escolheu o modo geral (*top-down*), 12 (doze) escolheram o modo local (*bottom-up*) e 14 (catorze) egressos escolheram ambos os modos. Sendo mais específico, dos egressos do mestrado em Políticas Públicas, 1 (um) escolheu o modo geral, 1 (um) escolheu o modo local e 4 (quatro) escolheram ambos os modos. Dos egressos da graduação em Ciência Política, 11 (dez) escolheram o modo local e 10 (dez) escolheram ambos os modos.

Gráfico 11 – Escolha dos egressos da graduação em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas entre os modos: geral (*top-down*), local (*bottom-up*) ou ambos os modos.



Elaboração própria.

A terceira questão do questionário explorou em que área a graduação em Ciência Política ou o mestrado em Políticas Públicas na UNIPAMPA Campus de São Borja está colaborando atualmente para o progresso deles em São Borja.

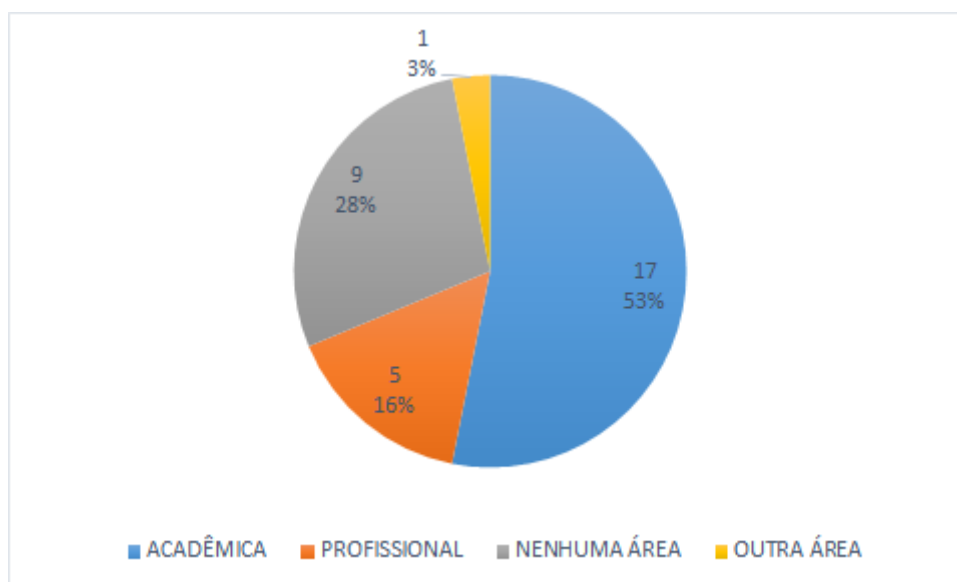
Alguns dos egressos indicaram mais de uma área, outros egressos indicaram apenas uma área. Na totalidade, 53% dos egressos indicaram que está colaborando atualmente em

São Borja na “área acadêmica”, 16% indicaram que está colaborando em São Borja na “área profissional”, 28% indicaram que está colaborando em São Borja “em nenhuma área” e 3% indicaram que está colaborando em São Borja “em outra área”: social.

Conforme o **Gráfico 15**, relacionado a graduação em Ciência Política ou o mestrado em Políticas Públicas na UNIPAMPA Campus de São Borja estar colaborando atualmente para o progresso deles em São Borja, 17 (dezesete) apontaram que está colaborando na área acadêmica, 5 (cinco) apontaram que está colaborando na área profissional, 9 (nove) apontaram que não está colaborando em nenhuma área e 1 (um) apontou está colaborando em outra área.

Para ser mais específico e considerando que alguns dos egressos indicaram mais de uma área, dos egressos do mestrado em Políticas Públicas, 2 (dois) apontaram a área acadêmica, 1 (um) apontou a área profissional e 3 (três) apontaram nenhuma área. Dos egressos da graduação em Ciência Política, 15 (quinze) apontaram a área acadêmica, 4 (quatro) apontaram a área profissional, 6 (seis) apontaram nenhuma área e 1 (um) apontou outra área.

Gráfico 12 – Perspectiva dos egressos da graduação em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas sobre as áreas em que estão progredindo atualmente em São Borja.



Elaboração própria.

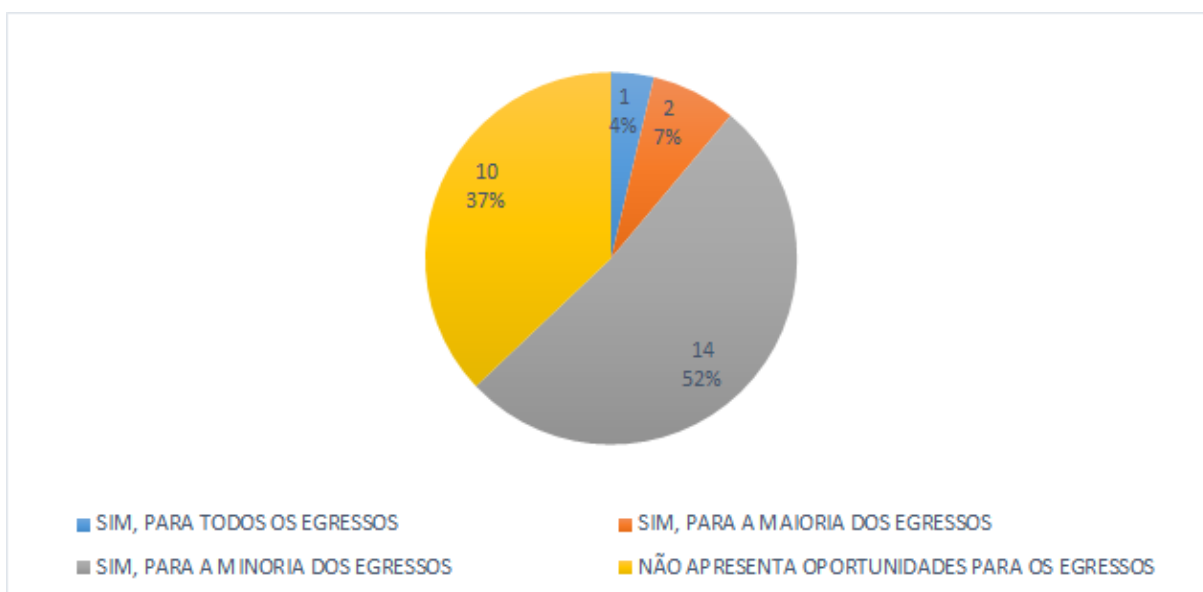
A quarta questão do questionário investigou a opinião dos egressos da graduação em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas, sobre a cidade de São Borja apresentar ou não oportunidades para os egressos dos cursos da UNIPAMPA Campus de São Borja.

Por completo, 4% dos egressos reconheceram que “sim, para todos os egressos”, 7% reconheceram que “sim, para a maioria dos egressos”, 52% reconheceram que “sim, para a minoria dos egressos” e 37% reconheceram que “não apresenta oportunidades para os egressos”.

Constatou-se que no **Gráfico 16**, 1 (um) egresso afirmou que São Borja tem oportunidades para todos egressos da UNIPAMPA Campus de São Borja, 2 (dois) egressos afirmaram que São Borja tem oportunidades para a maioria dos egressos da UNIPAMPA Campus de São Borja, 14 (catorze) egressos afirmaram que São Borja tem oportunidades para a minoria dos egressos da UNIPAMPA Campus de São Borja e 10 (dez) egressos afirmaram que São Borja não apresenta oportunidades para os egressos da UNIPAMPA Campus de São Borja.

De modo específico, dos egressos do mestrado em Políticas Públicas, 3 (três) afirmaram que “sim, para a minoria dos egressos” e 3 (três) afirmaram que “não apresenta oportunidades para os egressos”. Dos egressos da graduação em Ciência Política, 1 (um) afirmou que “sim, para todos os egressos”, 2 (dois) afirmaram que “sim, para a maioria dos egressos”, 11 (onze) afirmaram que “sim, para a minoria dos egressos” e 7 (sete) afirmaram que “não apresenta oportunidades para os egressos”.

Gráfico 13 – Opinião dos egressos em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas sobre São Borja oferecer ou não oportunidades para os egressos dos cursos da UNIPAMPA Campus de São Borja.



Elaboração própria.

A quinta e última questão do questionário observou a participação dos egressos da graduação em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas, nas ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja.

Em geral, 37% dos egressos da graduação em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas participaram e 63% não participaram das ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja.

De acordo com o **Gráfico 17**, 10 (dez) egressos salientaram que “sim” e 17 (dezesete) egressos salientaram que “não”. Especificando, dos egressos do mestrado em Políticas Públicas, 5 (cinco) disseram que participaram e 1 (um) disse que não participou. Dos egressos da graduação em Ciência Política, 5 (cinco) disseram que participaram e 16 (dezesesseis) disseram que não participaram.

Dos egressos que responderam “sim”, o **egresso número 3** respondeu: “*Sim, já participei do LEME, que desenvolve aulas preparatórias para o ENEM com alunos oriundos de Escolas públicas do município*”.

O **egresso número 5** respondeu: “*Sou professora convidada de um curso de especialização e mediadora e conciliadora judicial certificada, também faço parte de grupos de pesquisa e extensão da Universidade. Acredito que minha participação nestes projetos é/configura ação social de educação na entidade*”.

O **egresso número 9** respondeu: “*Sim, palestras, Interbixos que lembro agora*”.

O **egresso número 10** respondeu: “*Sim, de 2 projetos: Acolhida Pedagogia-2019, Muriel Pinto e Projeto saúde mental, Juliana Rhoden*”.

O **egresso número 12** respondeu: “*Sim. Lembro que em outubro de 2018, participei juntamente com a turma do mestrado em Políticas Públicas na organização do I Seminário de Políticas Públicas e Cultura Política nas Missões Jesuítico-Guarani, onde foi debatida a promoção de novas ações sociais para o município de São Borja. No momento não estou participando*”.

O **egresso número 15** respondeu: “*Sim, fui bolsista de iniciação científica durante seis meses na graduação, com carga horária de 12 horas semanais no ano de 2014 com o projeto de pesquisa intitulado: “O povoado da Capela de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Formação e relações étnicas e sociais (1816-1834)”. Após, com o Mestrado Profissional em Políticas Públicas em andamento, fui bolsista do Programa de Auxílio da Pós-Graduação (PAPG) com carga horária de 20 horas semanais, de Setembro de 2017 a Julho de 2019, desenvolvendo atividades no site do programa, organizando eventos, auxiliando a coordenação, bem como preenchendo a Coleta da Capes na Plataforma*

Sucupira. Além disso, realizei estágio docente obrigatório para bolsistas do mestrado na disciplina de “Partidos Políticos, Sistemas Partidários e Eleitorais I”, no curso de Ciências Sociais – Ciência Política sob supervisão da orientadora”.

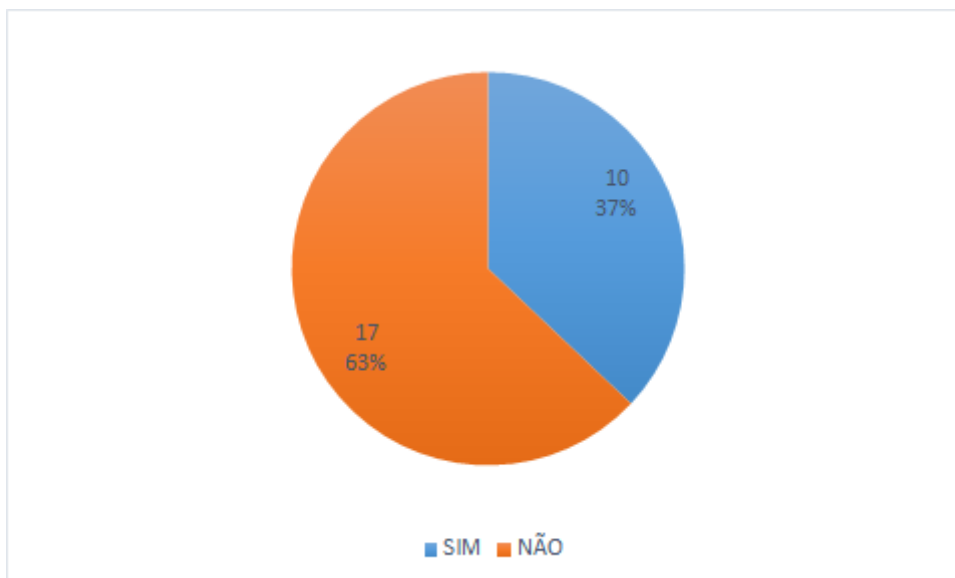
O egresso número 17 respondeu: “*Sim, participei quando fui bolsista de extensão em 2014, durante a graduação em Ciências Sociais – Ciência política. O projeto que participei, se dava por meio de oficinas sobre diversos temas em Escolas mais periféricas do município de São Borja”.*

O egresso número 21 respondeu: “*Sim, os Seminários Internacionais de Ciências Sociais/Ciência Política - Buscando o Sul”.*

O egresso número 22 respondeu: “*Sim, Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico, “Filosofia; didática e construção da ação docente; estrutura e funcionamento do ensino”.*

E o egresso número 23 respondeu: “*Sim, participei de um trabalho de campo sobre a temática sustentabilidade, onde tivemos a oportunidade de colaborar com algumas pessoas que trabalham na Cooperativa Unidos Venceremos – COOPUV. No momento não estou participando”.*

Gráfico 14 – Participação dos egressos em alguma ação social da UNIPAMPA Campus de São Borja.



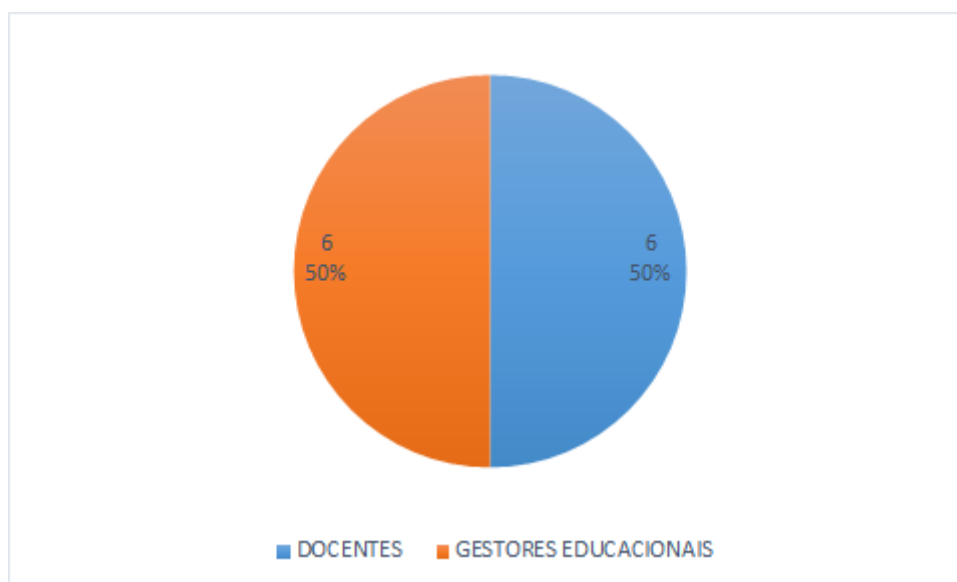
Elaboração própria.

4.3 Análise da opinião dos docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo

A primeira questão do questionário verificou a quantidade de docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo (bairro em que a UNIPAMPA Campus de São Borja está localizada). Dos atores institucionais que responderam a este questionário, 50% trabalham na docência e 50% trabalham na gestão educacional.

Contabilizando dessa forma no **Gráfico 18**, 6 (seis) docentes e 6 (seis) gestores educacionais que entre eles, exercem as funções de: agente educacional, diretor(a), gestor(a) geral e orientador(a) estudantil.

Gráfico 15 – Número de docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo que responderam ao questionário.



Elaboração própria.

A segunda questão do questionário investigou a opinião dos docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo, sobre o bairro do Passo apresentar ou não oportunidades para os egressos dos cursos da UNIPAMPA Campus de São Borja.

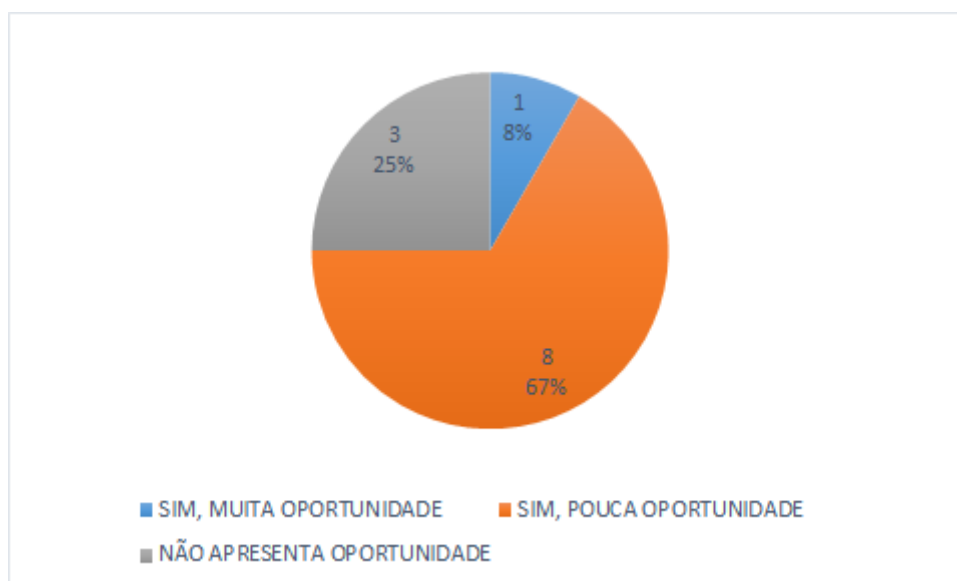
Por completo, 8% dos docentes e gestores educacionais reconheceram que “sim, muita oportunidade”, 67% reconheceram que “sim, pouca oportunidade” e 25% reconheceram que “não apresenta oportunidade”.

Constatou-se que no **Gráfico 19**, que 1 (um) afirmou que o bairro do Passo tem muita oportunidade para os egressos da UNIPAMPA Campus de São Borja, 8 (oito) afirmaram que o bairro do Passo tem pouca oportunidade para os egressos da UNIPAMPA Campus de São

Borja e 3 (três) afirmaram que o bairro do Passo não tem oportunidade para os egressos da UNIPAMPA Campus de São Borja.

De modo específico, 1 (um) docente afirmou que “sim, o bairro do Passo tem muita oportunidade para os egressos”, 2 (dois) docentes e 6 (seis) gestores educacionais afirmaram que “sim, o bairro do Passo tem pouca oportunidade para os egressos” e 3 (três) docentes afirmaram que “não, o bairro do Passo não tem oportunidade para os egressos”.

Gráfico 16 – Opinião dos docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo, sobre as oportunidades para os egressos no bairro do Passo.



Elaboração própria.

A terceira questão do questionário explorou se os docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo, conhecem pessoas que moram no bairro do Passo que após formadas na UNIPAMPA Campus de São Borja permaneceram ou não na cidade de São Borja.

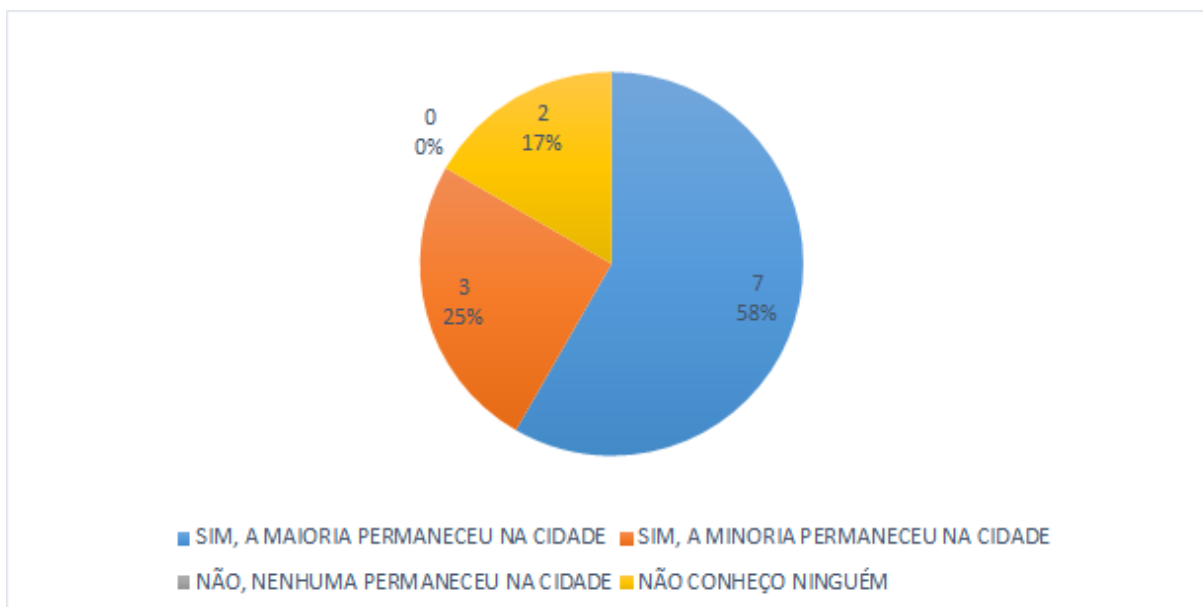
Na totalidade, 58% dos docentes e gestores educacionais das Escolas indicaram que “sim, a maioria delas permaneceu em São Borja”, 25% indicaram que “sim, a minoria delas permaneceu em São Borja”, 0% indicaram que “não, nenhuma delas permaneceu em São Borja” e 17% indicaram que “não conhecem pessoas que moram no bairro do Passo e que estudam na UNIPAMPA Campus de São Borja”.

Conforme o **Gráfico 20**, relacionado as pessoas formadas que os docentes e gestores educacionais das Escolas conhecem e que moram no bairro do Passo, após formadas permaneceram ou não na cidade de São Borja, 7 (sete) apontaram que a maioria permaneceu, 3 (três) apontaram que a minoria permaneceu, 0 (zero) apontaram que nenhuma permaneceu e

2 (dois) apontaram que não conhecem pessoas que moram no bairro do passo e estudam na UNIPAMPA Campus de São Borja.

Para ser mais específico, 3 (três) docentes e 4 (quatro) gestores educacionais apontaram que a maioria delas permaneceu na cidade, 2 (dois) docentes e 1 (um) gestor educacional apontaram que a minoria delas permaneceu na cidade, ninguém apontou que nenhuma delas permaneceu na cidade e 1 (um) docente e 1 (um) gestor educacional apontaram que não conhecem ninguém.

Gráfico 17 – Perspectiva dos docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo sobre conhecerem pessoas que moram no bairro do Passo, que após formadas na UNIPAMPA Campus de São Borja permaneceram ou não na cidade de São Borja.



Elaboração própria.

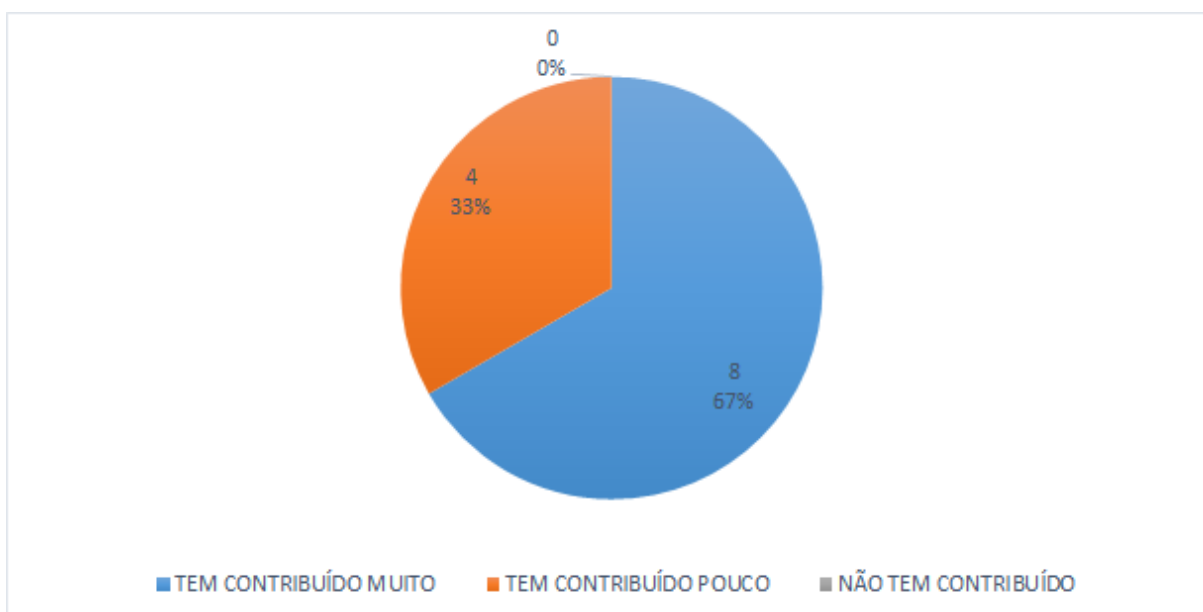
A quarta questão do questionário expôs o modo como os docentes e os gestores educacionais das Escolas acreditam que a UNIPAMPA Campus de São Borja tem contribuído para o desenvolvimento do bairro do Passo.

No total, 67% dos docentes e gestores educacionais acreditam que a UNIPAMPA Campus de São Borja tem contribuído muito para o desenvolvimento do bairro do Passo, 33% acreditam que a UNIPAMPA Campus de São Borja tem contribuído pouco para o desenvolvimento do bairro do Passo e 0% acredita que a UNIPAMPA Campus de São Borja não tem contribuído para o desenvolvimento do bairro do Passo.

Calculando no **Gráfico 21**, 8 (oito) disseram que tem contribuído muito, 4 (quatro) disseram que tem contribuído pouco e ninguém disse que não tem contribuído. Sendo mais específico, 3 (três) docentes e 5 (cinco) gestores educacionais disseram que a UNIPAMPA

Campus de São Borja tem contribuído muito para o desenvolvimento do bairro do Passo, 3 (três) docentes e 1 (um) gestor educacional disseram que a UNIPAMPA Campus de São Borja tem contribuído pouco para o desenvolvimento do bairro do Passo e ninguém disse que a UNIPAMPA Campus de São Borja não tem contribuído para o desenvolvimento do bairro do Passo.

Gráfico 18 – Contribuição da UNIPAMPA Campus de São Borja para o desenvolvimento do bairro do Passo, no entendimento dos docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo.



Elaboração própria.

A quinta questão do questionário identificou de acordo com a experiência dos docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo, se está sendo desenvolvida alguma perspectiva ou nota-se algum interesse dos estudantes em relação a eles ingressarem futuramente na UNIPAMPA Campus de São Borja.

O **docente número 1** respondeu: “*Acredito que os alunos possuem perspectiva de ingressarem na UNIPAMPA, por serem moradores do bairro*”.

O **docente número 2** respondeu: “*Sim, os alunos possuem interesse*”.

O **docente número 3** respondeu: “*Sim*”.

O **docente número 4** respondeu: “*Sim, através do LEME, incentivo dos estagiários, dos professores dessa Escola*”.

O **docente número 5** respondeu: “*Apesar do pouco interesse percebo uma crescente vontade de ingresso na UNIPAMPA por parte do alunado do PFG*”.

E o **docente número 6** respondeu: “*Não noto muita empolgação dos alunos*”.

O **gestor educacional número 1** respondeu: “*Sim, há alguma perspectiva nos estudantes em ingressarem na UNIPAMPA*”.

O **gestor educacional número 2** respondeu: “*Sim, acredito que a maioria dos estudantes de São Borja demonstram interesse em ingressarem nos cursos da UNIPAMPA*”.

O **gestor educacional número 3** respondeu: “*Sim, principalmente por os alunos residirem no mesmo bairro da Instituição, eles são incentivados a buscar uma formação de ensino superior*”.

O **gestor educacional número 4** respondeu: “*Sim. Nossos alunos são do ensino fundamental, mas, muitos já demonstraram interesse, e esse professor é um fomentador e incentivador para que eles usufruam desta bela Universidade situada no nosso bairro*”.

O **gestor educacional número 5** respondeu: “*Sim, já estão demonstrando interesse em ingressarem na UNIPAMPA. Estão vislumbrando novos horizontes e oportunidades*”.

E o **gestor educacional número 6** respondeu: “*Sim, pois eu percebo que os alunos estão demonstrando interesse, por causa do trabalho da UNIPAMPA de São Borja que alia a teoria à prática, fazendo trabalhos de campo nas Escolas, despertando nos alunos a educação integral, em prol de um mundo melhor*”.

A sexta e última questão do questionário observou a participação das Escolas: Estadual de Ensino Fundamental Tuscelda Lima Barbosa, Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha da Costa, Estadual Técnica Olavo Bilac e Instituto Estadual Padre Francisco Garcia, nas ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja.

Em geral, 100% das Escolas do bairro do Passo participaram e 0% não participaram das ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja.

De acordo com o **Gráfico 22**, 12 (doze) salientaram que “sim” e 0 (zero) salientaram que “não”. Especificando, dos 6 (seis) docentes e 6 (seis) gestores educacionais, o **docente número 1** respondeu: “*Sim, já participou, mas no momento não, mas nenhuma teve sequência*”.

O **docente número 2** respondeu: “*Sim, mas não tem continuidade*”.

O **docente número 3** respondeu: “*Sim, parcerias em projetos*”.

O **docente número 4** respondeu: “*Sim, parcerias e projetos educacionais*”.

O **docente número 5** respondeu: “*Sim. Participa ou participou de vários projetos, como por exemplo, o Pibid, visando possibilitar uma maior integração do processo ensino-aprendizagem com o mundo do trabalho*”.

E o **docente número 6** respondeu: “*Sim, a Escola acolhe todos os projetos da UNIPAMPA*”.

O **gestor educacional número 1** respondeu: “*Sim. Participou e participa sempre que possível. O que sentimos é que, algumas propostas não são concluídas, devido ao término dos semestres, talvez; muitas ideias bem interessantes; muitas vezes não retornam. Tivemos vários projetos legais, com boa participação com início, meio e fim*”.

O **gestor educacional número 2** respondeu: “*Sim, vários projetos desenvolvidos pelos alunos da UNIPAMPA na nossa Escola: “bullying”, entre outros*”.

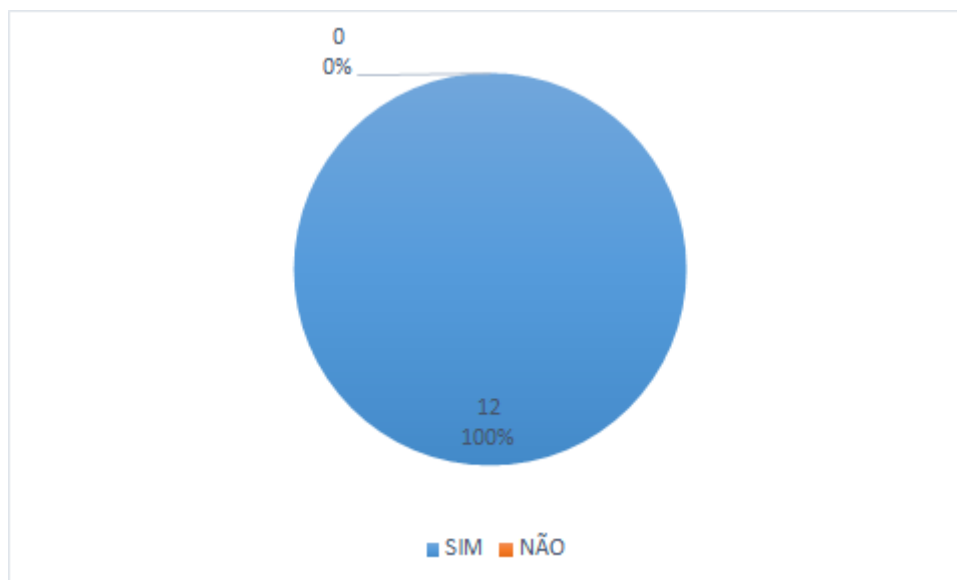
O **gestor educacional número 3** respondeu: “*Sim, participa de projetos de combate ao preconceito e discriminação étnica. Integração Escola Estadual e Universidade para visitação ao planetário. Atividades de extensão sobre a questão voltada para a preservação do patrimônio histórico de São Borja (Missões, Terra dos Presidentes). Aguardamos mais propostas de projetos de extensão entre Universidade e Escola*”.

O **gestor educacional número 4** respondeu: “*Sim, várias atividades de extensão foram e são desenvolvidas em parceria na nossa Escola em quase todos os cursos que existem na UNIPAMPA (Ciências Humanas, Jornalismo e Serviço Social) e somos muito gratos à Universidade por isso*”.

O **gestor educacional número 5** respondeu: “*Sim, realizamos trabalhos em parcerias com serviço social, jornalismo, ciências humanas... também entrevistas na Escola com professores da Ed. Especial (entrevista na rádio da UNIPAMPA) e curso para surdos (prof. Wiliam)*”.

E o **gestor educacional número 6** respondeu: “*Sim. Em nossa Escola, o Pibid, trabalha ações que auxiliam no desenvolvimento da educação como um todo, visando perspectivas futuras*”.

Gráfico 19 – Participação das Escolas do bairro do Passo em alguma ação social da UNIPAMPA Campus de São Borja.



Elaboração própria.

4.4 Análise sobre as ações sociais de educação da UNIPAMPA para o desenvolvimento territorial de São Borja e do bairro do Passo

Analisando qualitativamente e quantitativamente, 29 (vinte e nove) dos 45 (quarenta e cinco) docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja e egressos da graduação em Ciência Política e mestrado em Políticas Públicas, acreditam que as ações sociais de educação para o ensino superior são melhores desenvolvidas de **ambos os modos**: geral (*top-down*) e local (*bottom-up*). Isto demonstra que a implementação mesclada de políticas públicas *top-down* e políticas territoriais *bottom-up* voltadas para o ensino superior, estão tendo impacto positivo no município de São Borja.

Da maioria dos egressos questionados, 17 (dezessete) egressos afirmaram que a graduação em Ciência Política ou o mestrado em Políticas Públicas na UNIPAMPA Campus de São Borja está colaborando atualmente para o progresso deles na **área acadêmica** em São Borja. Ainda a maioria deles, 14 (catorze) afirmaram que São Borja tem oportunidades para a minoria dos egressos. Isto revela um problema com relação à inserção dos egressos na área profissional de São Borja, tornando necessário, mais incentivo durante a graduação na Universidade e a elaboração de políticas de empregabilidade por parte da governança local.

Da maioria dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja quando questionados, sobre São Borja apresentar oportunidades na **área acadêmica** para os cursos da UNIPAMPA Campus de São Borja, 3 (três) docentes e 5 (cinco) gestores educacionais apontaram apresenta oportunidades para a minoria dos cursos. Ainda a maioria deles, sobre São Borja apresentar oportunidades na **área profissional**, 2 (dois) docentes e 8 (oito) gestores educacionais apontaram que apresenta oportunidades para a minoria dos cursos. Constatando novamente, que há um problema com relação à inserção dos egressos na área profissional de São Borja, e que nem todos os egressos dos cursos terão oportunidades na mesma localidade.

Relacionado aos egressos que os docentes e gestores educacionais das Escolas conhecem e que moram no bairro do Passo, após formados permaneceram ou não na cidade de São Borja, a maioria, 3 (três) docentes e 4 (quatro) gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo apontaram que a maioria dos egressos permaneceram em São Borja. Eventualmente, a maioria dos egressos conhecidos pelos docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo conseguiram aproveitar algumas oportunidades em São Borja e permanecer na cidade, no entanto, a oportunidade não estava absolutamente no bairro do Passo, pois, de acordo com 19 (dezenove) dos 30 (trinta) docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja e das escolas do bairro do Passo, foi destacado que o bairro do Passo tem pouca oportunidade para os egressos da UNIPAMPA Campus de São Borja.

E a maioria, 3 (três) docentes e 5 (cinco) gestores educacionais das Escolas do bairro do Passo disseram que a UNIPAMPA Campus de São Borja tem contribuído muito para o desenvolvimento do bairro do Passo. E de acordo com a experiência deles, a maioria nota que está sendo desenvolvida perspectivas e interesses dos estudantes das Escolas do bairro do Passo em relação a eles ingressarem futuramente na UNIPAMPA Campus de São Borja, através do LEME, do incentivo dos estagiários, dos professores das Escolas, por os alunos residirem no mesmo bairro da Instituição e pelos trabalhos de campo nas Escolas.

Em virtude disso, começa a ser respondida a problemática da pesquisa: como as ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja têm contribuído para o desenvolvimento territorial de São Borja e do bairro do Passo?

Analisando as respostas dos egressos da graduação em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas percebe-se que, **as ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja contribuíram de maneira positiva para o desenvolvimento territorial de São Borja**. Algumas dessas ações sociais de educação que os egressos da

graduação em Ciência Política e do mestrado em Políticas Públicas participaram foi: o LEME, grupos de pesquisa e extensão da Universidade, palestras, eventos, projetos, projetos de pesquisa, seminários, programas de bolsas de desenvolvimento acadêmico, organização de eventos, estágio docente, oficinas sobre diversos temas em Escolas mais periféricas do município de São Borja, didática e construção da ação docente e colaboração na área de trabalho dos diversos grupos sociais.

Analisando as respostas dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja percebe-se que, **a UNIPAMPA Campus de São Borja está contribuindo positivamente para o desenvolvimento territorial de São Borja**. A contribuição se dá através de: programas Institucionais, Pibid, Pet, qualificação dos profissionais da educação, elevação de nível cultural da população, troca de experiências culturais regionais, melhoria do nível educacional da população, ações econômicas como valorização de imóveis e dinamismo do comércio, aspectos de socialização, oferecimento de perspectiva de formação qualificada e sem custos para a população, o comércio local e a cultura de São Borja ganha com a vinda de novos estudantes, das atividades desenvolvidas em estágios curriculares, eventos, inúmeros investimentos públicos, projetos de extensão e pesquisa com foco na necessidade regional.

Analisando as respostas dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja percebe-se que, **as ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja contribuíram de maneira positiva para o desenvolvimento territorial do bairro do Passo**. Algumas dessas ações sociais de educação que os docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja participaram foi: o fórum da educação, cultura e comunicação, feira de profissões e mateadas integra Passo, organização da Cooperativa dos recicladores, projeto de territorialidade na COOPUV, projeto Interbixos, brechó solidário, projeto Educom, educação ambiental e cidadania.

Por último, analisando as respostas dos docentes e gestores educacionais das Escolas: Estadual de Ensino Fundamental Tusnelda Lima Barbosa, Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha da Costa, Estadual Técnica Olavo Bilac e Instituto Estadual Padre Francisco Garcia percebe-se que, todas as Escolas do bairro do Passo participam ou participaram **das ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja que contribuem ou contribuíram positivamente para o desenvolvimento territorial do bairro do Passo**.

Algumas dessas ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja que as Escolas do bairro do Passo participam ou participaram são: parcerias e projetos educacionais, como por exemplo, o Pibid, “bullying”, projetos de combate ao preconceito e discriminação étnica. Integração Escola Estadual e Universidade para visitação ao planetário.

Atividades de extensão sobre a questão voltada para a preservação do patrimônio histórico de São Borja (Missões, Terra dos Presidentes), várias atividades de extensão foram e são desenvolvidas em parceria na nossa Escola em quase todos os cursos que existem na UNIPAMPA (Ciências Humanas, Jornalismo e Serviço Social), entrevistas na Escola com professores da Ed. Especial (entrevista na rádio da UNIPAMPA) e curso para surdos (prof. Wiliam), entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo geral analisar as ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja para o desenvolvimento territorial de São Borja e do bairro do Passo, seguindo o modelo de baixo para cima (*bottom-up*). E isto, foi possível devido à associação de território (localidade) e instituição com atores institucionais e atores sociais, destacando a importância dos laços entre município, bairro, Universidade, egressos da Universidade, docentes e gestores educacionais da Universidade e docentes e gestores educacionais das Escolas do bairro em que a Universidade está localizada.

Quanto aos objetivos específicos planejados na dissertação, o primeiro foi compreender o desenvolvimento da Política Pública para entender o papel da política social de educação e territorial no desenvolvimento educacional. A compreensão teórica dos pontos que unem ou fragmentam a sociedade a partir dos interesses políticos, padronizam a implementação das políticas sociais e territoriais nas distintas localidades, e ainda, transformam o meio ambiente por intermédio da criação de programas governamentais para o desenvolvimento educacional, propiciando dessa forma, que mais pessoas tenham acesso ao ensino superior.

O segundo objetivo específico, foi abordar os processos políticos de um território fronteiriço e as dinâmicas territoriais de São Borja-RS que permitem promover a educação de ensino superior para a sociedade. À vista disso, os processos e as dinâmicas: econômica, educacional, política e social, foram compreendidas através do estudo de caso sobre o município de São Borja e a UNIPAMPA Campus de São Borja, ajudando a constatar que a implementação de programas governamentais descentralizados para a criação de Universidades públicas, neste caso o REUNI, que expandiu a rede federal nas regiões interiorizadas do Brasil com o processo de institucionalização, tem viabilizado o progresso do desenvolvimento educacional e socioeconômico de São Borja que está localizado em território de fronteira.

E o terceiro objetivo específico, foi verificar a participação dos atores institucionais e sociais nas ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja para o desenvolvimento territorial da localidade em que está inserida. Demonstrando assim, que várias ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja para o desenvolvimento territorial de São Borja e do bairro do Passo estão sendo executadas. Nesta parte, foram fundamentais as respostas dos atores institucionais e sociais presentes nos

questionários, que são os: egressos da graduação em Ciência Política e mestrado em Políticas Públicas, os docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja e os diretores e docentes das Escolas: Estadual de Ensino Fundamental Tusnelde Lima Barbosa, Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha da Costa, Estadual Técnica Olavo Bilac e Instituto Estadual Padre Francisco Garcia, pois eles atribuíram o ponto de vista deles sobre a temática de educação que está relacionada ao desenvolvimento local.

A problemática de como as ações de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja têm contribuído para o desenvolvimento territorial de São Borja e do bairro do Passo, teve a seguinte resposta: de maneira positiva. Os convênios em vigor para estágios e cooperação técnica nas Escolas (projetos de extensão), o cumprimento de obrigações, a criação de políticas educacionais: o ensino de libras que se tornou uma Lei Municipal é um exemplo disso, deixando claro que as políticas de inclusão estão sendo ampliadas para garantir a igualdade das oportunidades educacionais, entre outras ações citadas pelos atores institucionais e sociais anteriormente. Evidenciando assim, que as ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja têm contribuído para o desenvolvimento territorial de São Borja e principalmente para o desenvolvimento territorial do bairro do Passo.

Ao analisar as ações sociais de educação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA Campus de São Borja para o desenvolvimento territorial, foi possível identificar 3 (três) fatores: primeiro, que a UNIPAMPA Campus de São Borja atua como governança local na área educacional sendo muitas vezes mais influente do que a prefeitura, pois, contém atores institucionais com mais participação educacional. E promove a capacitação dos atores sociais, envolvendo os mesmos nas iniciativas descentralizadas do ensino superior, e dessa forma, melhorando as condições de vida e a ampliando as oportunidades.

Segundo, que a UNIPAMPA Campus de São Borja possui grande influência nas redes colaborativas atuando por meio da Extensão com a execução de atividades, diálogo com a comunidade escolar, programas e projetos. A relação estabelecida pelos docentes, estudantes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja com os mesmos das Escolas, demonstra a importância da UNIPAMPA Campus de São Borja para o desenvolvimento educacional no bairro do Passo. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, é um exemplo que causa a proximidade entre Escolas e Universidades.

E terceiro, que na integração local da UNIPAMPA Campus de São Borja com o município de São Borja existe um empecilho por parte de São Borja oferecer oportunidades para a minoria dos cursos da UNIPAMPA Campus de São Borja nas áreas: acadêmica e profissional, isto na concepção dos egressos da graduação em Ciência Política e do mestrado

em Políticas Públicas e dos docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja. Em relação a São Borja, os egressos de Ciência Política e Políticas Públicas, e os docentes e gestores educacionais da UNIPAMPA Campus de São Borja têm visto mais oportunidades na área acadêmica do que na área profissional.

Durante a realização da pesquisa, foi descoberta a falta de continuidade por parte de algumas ações sociais da UNIPAMPA Campus de São Borja em algumas Escolas, talvez pelo término dos semestres ou por parte dos estudantes que estão executando as ações atingirem os seus objetivos pessoais. Deve-se ponderar, também que alguns cursos devem dar mais atenção para a o desenvolvimento das atividades profissionais, como a extensão, pois a maioria dos egressos têm a visão de que o município de São Borja oferece mais oportunidades na área acadêmica, enquanto sua formação em alguns casos, além de capacitar para se inserirem no mercado de trabalho, também os capacitam para criar novas oportunidades de trabalho na área profissional.

No momento, não existe um documento de monitoramento educacional da UNIPAMPA Campus de São Borja, o único documento é o Relatório da Gestão Anual, que trata do monitoramento econômico. É significativo salientar também que a UNIPAMPA Campus de São Borja possui suporte e representatividade nas arenas decisórias e nas redes colaborativas tais como: o Comitê de Integração Fronteiriça – CIF São Borja-Brasil e Santo Tomé-Argentina e a Conferência Nacional de Educação – CONAE.

O significado deste trabalho para o lado profissional de um pesquisador na área das Políticas Públicas está em entender as dinâmicas locais e as ações realizadas pelas instituições públicas de sua localidade, que neste caso, foi desde as políticas governamentais até as atividades locais que auxiliam no desenvolvimento educacional. E a realização deste trabalho contribui para as Políticas Públicas no tocante da busca pela maximização das ações sociais de educação que são direcionadas ao desenvolvimento territorial.

Em síntese, este estudo no campo das Políticas Públicas que se refere às políticas territoriais, serve como referência para a análise em outras localidades semelhantes, desde que o intuito seja de observar as ações educação das Instituições de ensino superior para o desenvolvimento local. Ainda, é possível dar continuidade no assunto exposto através da “influência das Instituições de educação superior no desenvolvimento de ações socioeconômicas em localidades fronteiriças”, estudo que gera a importância do envolvimento de uma Universidade ou Instituto no impacto socioeconômico de comerciantes ou até mesmo de empresas nas localidades fronteiriças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, Sarita. **Território e territorialidade**. In: Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Org: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, p. 25-69, 2004. Disponível em: <<http://inspirebr.com.br/uploads/midiateca/d64c55dfd943251ede2b6330035a5994.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2019, 15:20:00.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Análise de conjuntura: teoria e método**. p. 1-11, 2008. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/analiseconjuntura_teoriametodo_01jul08.pdf>. Acesso em 27 ago. 2018, 00:04:00.

ANDREATTA, Alexandre. **Cooperação transfronteiriça e integração regional: O Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF)**. Foz do Iguaçu: UNILA (Dissertação de Mestrado. p. 1-91, 2016. Disponível em: <[https://programas.unila.edu.br/sites/default/files/ckfinder/files/Andreatta_%20A_%20%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20TRANSFRONTEIRI%C3%87A%20E%20INTEGR%C3%87%C3%83O%20REGIONAL%20O%20Cons%C3%B3rcio%20Intermunicipal%20da%20Fronteira%20\(CIF\).pdf](https://programas.unila.edu.br/sites/default/files/ckfinder/files/Andreatta_%20A_%20%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20TRANSFRONTEIRI%C3%87A%20E%20INTEGR%C3%87%C3%83O%20REGIONAL%20O%20Cons%C3%B3rcio%20Intermunicipal%20da%20Fronteira%20(CIF).pdf)> Acesso em: 25 jul. 2019, 20:41:00.

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos?** Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, no. 3, p. 587-620, 2010. Disponível em: <<http://www.ocpf.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Federalismo-e-Igualdade-Territorial-Uma-Contradicao-em-Termos.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017, 17:50:00.

BENTO, Fábio Régio. **O papel das cidades-gêmeas de fronteira na integração regional sul-americana**. Revista Conjuntura Austral. Vol. 6, nº. 27 – 28. p. 40-53, 2014. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2015/2137-1438877442.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019, 22:02:00.

BORBA, Vanderlei. **Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa**. História, Rio Grande, v. 4, n. 2: 59-78, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/viewFile/4131/2524>>. Acesso em: 25 jul. 2019, 15:20:00.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Xadrez internacional e social-democracia**. São Paulo : Paz e Terra, 2010.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Notas estatísticas 2017**. Diretoria de Estatísticas Educacionais – DEED. p. 1-28, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf>. Acesso em: 03 set. 2019, 21:15:00.

COLLET, Jordi Sabé; SUBIRATS, Joan Humet. **Educación y territorio: 15 años de proyectos educativos de ciudad en Cataluña (España). Antecedentes, evaluaciones y perspectivas actuales**. Scripta Nova, vol. XIX, nº 532, p. 1-23, 2016. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-532.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017, 13:42:00.

COLVERO, Ronaldo; MAURER, Rodrigo. **São Borja e seu patrimônio “quase” esquecido: o caso das Missões Jesuíticas na Terra dos Presidentes.** In: Congresso internacional de história. Anais do IV Congresso Internacional de História, Maringá: Universidade Estadual de Maringá, p. 4331-4342, 2009. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/2322780-Sao-borja-e-seu-patrimonio-quase-esquecido-o-caso-das-missoes-jesuisticas-na-terra-dos-presidentes.html>>. Acesso em: 12 jul. 2019, 18:35:00.

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA DA UNIPAMPA. **Pró-reitoria de Planejamento e Infraestrutura.** URL, 2016. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/proplan/coordenadoria-de-infraestrutura/>>. Acesso em: 19 set. 2019, 22:31:00.

CORAGGIO, José Luis. **Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção?** In: Banco Mundial e as políticas educacionais. Organizadores: TOMMASI, L.; WARDE, J. M.; HADDAD, S. O. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/ PUC-SP, p. 75-124, 1996.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática.** Análise Social, p. 304-328, 2015. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_215_a04.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019, às 09:40:00.

DE PAULA, Juarez. **Territórios, redes e desenvolvimento.** In: Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Org: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, p. 73-84, 2004. Disponível em: <<http://inspirebr.com.br/uploads/midioteca/d64c55dfd943251ede2b6330035a5994.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2019, 15:40:00.

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade.** 6ª ed. São Paulo: Papirus, 2001.

DIEHL, Astor Antônio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea.** In: Políticas públicas no Brasil. Organizadores: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 27-64, 2007.

DYE, Thomas Roy. **Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas.** 2005. In: Políticas Públicas e Desenvolvimento. Orgs: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. Brasília: Editora UnB, cap. 3, p. 98-129, (2010). Disponível em: <https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/02/dye_20052010_mapeamento-dos-modelos-de-anc3a1lise-de-pp.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2019, 19:25:00.

ESTRADA, Adrian Alvarez. **Burocracia e educação: considerações preliminares.** Revista Ibero-americana de Educação. nº 60/2, p. 1-12, 2012. Disponível em: <<http://rioei.org/deloslectores/4960Alvarez.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017, 23:04:00.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FEE. **Resumo Estatístico do Município de São Borja-RS**. 2019 (a). Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%E3o+Borja>>. Acesso em: 28 jun. 2019, 14:52:00.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FEE. **Série Histórica Nova Metodologia**. 2019 (b). Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/?ano=2015&ordem=idese>>. Acesso em: 28 jul. 2019, 23:00:00.

FERNANDES, Fabiana Silva. **Políticas públicas e monitoramento na educação infantil**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 25, n. 58, p. 44-72, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/download/2796/2769>>. Acesso em: 14 ago. 2018, 12:45:00.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. In: Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper21.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018, 04:07:00.

GENHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 1-120, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2018, 01:54:00.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. – São Paulo. Editora Atlas, p. 1-220, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-ac-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso: em 06 abr. 2018, 02:04:00.

GOOGLE MAPS. **10 Campi da Universidade Federal do Pampa**. URL, 2019. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1GQEyPBecgar7r-aom0500RI8y88&hl=pt-br&ie=UTF8&msa=0&t=h&z=15&ll=-28.6259429165003%2C-56.02562767344972>>. Acesso em: 10 set. 2019, 23:25:00.

HAM, Christopher; HILL, Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. 2ª ed. Harvester Wheatsheaf, Londres. Tradução: AMORIM, Renato; DAGNINO, Renato. Adaptação e revisão: DAGNINO, Renato, 1993.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, n° 55, p. 30-41, novembro/2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2017, 18:49:00.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região ainda persistem**. Editora: Estatísticas Sociais, URL, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem?fbclid=IwAR1jJ_oulg-iE1sbSXn1hsbrdjMfGvdhq-tgGYwh5oeakpGWtr2MGLJIEX8>. Acesso em: 01/07/2019, às 20:32:00.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Municípios: ensino fundamental regular - anos iniciais e anos finais / IDEB 2017 de São Borja-RS.** 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Acesso em: 29 jun. 2019, 02:55:00.

KINGDON, John. **Agendas, alternatives, and public policies.** 1984. 3ª ed. Nova York, Harper Collins, (2003).

LAKATOS, Eva Maria; et al. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIPSKY, Michael. **Street-level Bureaucracy.** In: Dilemmas of the individual in public services. Russell Sage Foundation, New York, 1980.

LOUREIRO, Maria Rita; OLIVIERI, Cecília; MARTES, Ana Cristina Braga. **Burocratas, partidos e grupos de interesse: o debate sobre política e burocracia no Brasil.** In: Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI. Orgs: LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silva. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, cap. 2, p. 73-108, 2010. Disponível em: <https://gbapufabc2014.files.wordpress.com/2014/06/loreira_2010_burocratas-partidos-e-grupos-de-interesse.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2017, 11:38:00.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa.** p. 1-17, 2002. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018, 21:46:00.

MARCH, James Gardner. **Como as decisões realmente acontecem: princípios das tomadas de decisões nas organizações.** 1ª ed. São Paulo, Tradução: MACHADO, André Alonso. Leopardo Ed. Ltda, p. 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Angela Maria. **O campo das políticas públicas de educação: uma revisão da literatura.** Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 56, p. 276-299, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1875/1875.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2017, 10:25:00.

MENDES, Thais Zanela; et al. **Relatório técnico de análise socioeconômica do município de São Borja/RS.** p. 1-18, 2019.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL; SECRETARIA DE PROGRAMAS REGIONAIS – SPR. **Estratégia e implementação do programa.** In: Faixa de Fronteira. Orgs: LEITE, Ana Maria Ferreira; RONCARATTI, Luanna Sant'Anna; et al. Cap. 4, p. 24-44, 2009. Disponível em: <<http://ois.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2013/06/cartilha-faixa-de-fronteira.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2019, 13:04:00.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf>. Acesso em: 24 set. 2019, 18:00:00.

PINTO, Muriel. **A identidade socioterritorial missioneira da cidade histórica de São Borja-RS: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas reduções Jesuítico-Guarani**. Porto Alegre: UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Geografia, (Tese de Doutorado). p. 1-368, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131160/000980214.pdf?sequence=1>> Acesso em: 04 jul. 2019, 19:07:00.

PINTO, Muriel. **A construção da identidade missioneira no Rio Grande do Sul e Políticas Culturais no Sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: UNISC (Dissertação de Mestrado). p. 1-154, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/301/1/MurielPinto.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2019, 15:22:00.

PINTO, Muriel. SIQUEIRA, André Iser. **Políticas educacionais transfronteiriças: um estudo nas cidades gêmeas de São Borja-Brasil e Santo Tomé-Argentina**. In: Buscando o sul. Anais do V Seminário Internacional de Ciências Sociais - Ciência Política, São Borja: Universidade Federal do Pampa, p. 1-18, 2019.

PORTAL ODS. **Educação Infantil**. URL, 2019. Disponível em: <<http://rd.portalods.com.br/relatorios/13/educacao-de-qualidade/BRA004043381/sao-borja---rs>>. Acesso em: 30 jul. 2019, 17:08:00.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Plano Municipal de Saúde de São Borja 2014-2017**. Prefeitura Municipal de São Borja, p. 2-165, 2017. Disponível em: <https://www.saoborja.rs.gov.br/images/conteudo/ARQUIVOS2017/Plano_Municipal_de_Saude_2014_2017.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019, 16:38:00.

REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI. **Diretrizes Gerais**. Plano de desenvolvimento da educação, p. 1-45, 2007. Disponível em: <<http://www.reuni.ufscar.br/diretrizes-reuni>>. Acesso em: 08 ago. 2019, 16:05:00.

RICHARD, Yann. **Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas**. *Revista franco-brasileira de geografia*, n. 20, p. 1-24, 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/8939>>. Acesso em: 26 jun. 2019, 15:25:00.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas públicas**. 1ª ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Washington, DC: Indes/BID, p. 1-19, 1997. Disponível em: <<http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20%20analise%20depoliticaspUBLICAS.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2018, 22:15:00.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública**. In: Políticas Públicas. Orgs: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. Brasília: ENAP, v. 1, p. 21-42, 2006. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3132/1/Coletanea_pp_v1.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018, 21:47:00.

SAVIANI, Demerval. **O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2018, 01:12:00.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Reimpr. da 1ª ed. 2010. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **A mobilização dos territórios para o desenvolvimento: novas dinâmicas de inclusão**. In: Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Org: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, p. 281-299, 2004. Disponível em: <<http://inspirebr.com.br/uploads/midioteca/d64c55dfd943251ede2b6330035a5994.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2019, 17:25:00.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias. vol. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 16 ago. 2018, 22:57:00.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência social: de ação individual a direito social**. Revista Brasileira de Direito Constitucional, n.10, p. 435-458, 2007. Disponível em: <http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018, 00:56:00.

SUBIRATS, Joan. **El papel de la burocracia en el proceso de determinación e implementación de las políticas publicas**. In: Políticas públicas. Orgs: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Brasília: ENAP, v. 1, p. 113-126, 2006. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1264/1/cppv2_0301_subirats.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017, 16:57:00.

SUBIRATS, Joan. **Catorce puntos esenciales sobre la evaluación de políticas públicas con especial referencia al caso de las políticas sociales**. Ekonomiaz, N.º 60, Vol I 3er Cuadrimestre, p. 18-37, 2005. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/download/articulo/2119113.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018, 19:31:00.

TGL SIMPSONS CORP. **Página Brasão de São Borja**. URL, 2012. Disponível em: <<https://tglsimpsons.wordpress.com/2012/04/01/pagina-brasao-de-sao-borja/>>. Acesso em: 12 jul. 2019, 21:05:00.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Bagé: UNIPAMPA, p. 1-110, 2013. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2014/01/PDI-UNIPAMPA-2014-2018.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2019, 02:25:00.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA. **Relatório de Gestão Campus São Borja**. São Borja: UNIPAMPA, p. 1-55, 2018. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/proplan/coordenadoria-de-planejamento-e-desenvolvimento/planejamento/relatorio-de-gestao-dos-campi/>>. Acesso em 12 set. 2019, 22:29:00.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Rev SOCERJ. 20(5) p. 383-386, 2007. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018, 17:40:00.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – Questionário aos Gestores Educacionais da UNIPAMPA Campus de
São Borja-RS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
MESTRANDO: BRUNO NABOLOTNYJ NUNES
ORIENTADOR: PROF. DR. MURIEL PINTO**

GESTOR EDUCACIONAL Nº _____

1. Em qual função você é gestor educacional?

- Diretoria
- Docência
- Secretaria Acadêmica
- Outra função: _____

2. Você acredita que as ações sociais de educação para o ensino superior são melhores desenvolvidas de modo:

- Geral (*top-down* – de cima para baixo)
- Local (*bottom-up* – de baixo para cima)
- De ambos os modos

3. Sob a sua perspectiva, a cidade de São Borja apresenta oportunidades para os cursos da UNIPAMPA Campus de São Borja nas áreas: acadêmica e profissional?

Acadêmica:

- A cidade apresenta progresso para todos os cursos na área acadêmica
- A cidade apresenta progresso para a maioria dos cursos na área acadêmica
- A cidade apresenta progresso para a minoria dos cursos na área acadêmica
- A cidade não apresenta progresso para os cursos na área acadêmica

Profissional:

- () A cidade apresenta progresso para todos os cursos na área profissional
- () A cidade apresenta progresso para a maioria dos cursos na área profissional
- () A cidade apresenta progresso para a minoria dos cursos na área profissional
- () A cidade não apresenta progresso para os cursos na área profissional

4. Na sua opinião, o bairro do Passo apresenta oportunidades para os estudantes da UNIPAMPA após formados?

- () Sim, muita oportunidade
- () Sim, pouca oportunidade
- () Não apresenta oportunidade

5. Você já participou ou participa de alguma ação social de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja direcionada ao bairro do Passo? Se a resposta for “Sim”, qual ou quais?

6. De acordo com a sua experiência de gestor educacional, como a UNIPAMPA Campus de São Borja tem contribuído para o desenvolvimento territorial da cidade de São Borja?

**APÊNDICE B – Questionário aos Egressos em Ciência Política e do Mestrado em
Políticas Públicas da UNIPAMPA Campus de São Borja-RS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
MESTRANDO: BRUNO NABOLOTNYJ NUNES
ORIENTADOR: PROF. DR. MURIEL PINTO**

EGRESSO Nº _____

1. De qual área você é egresso?

- Ciência Política
- Mestrado em Políticas Públicas

2. Você acredita que as ações sociais de educação para o ensino superior são melhores desenvolvidas de modo:

- Geral (*top-down* – de cima para baixo)
- Local (*bottom-up* – de baixo para cima)
- De ambos os modos

3. Atualmente, o curso de Ciência Política ou o mestrado em Políticas Públicas na UNIPAMPA Campus de São Borja está colaborando para o seu progresso em que área em São Borja?

- Acadêmica
- Profissional
- Nenhuma área
- Outra área: _____

4. Na sua opinião, a cidade de São Borja apresenta bastante oportunidades para os egressos dos cursos da UNIPAMPA Campus de São Borja?

- Sim, para todos os egressos dos cursos
- Sim, para a maioria dos egressos dos cursos
- Sim, para a minoria dos egressos dos cursos
- Não apresenta oportunidades para os egressos dos cursos

5. Você já participou/participa de alguma ação social de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja? Se a resposta for “Sim”, qual ou quais?

**APÊNDICE C – Questionário aos Gestores Educacionais das Escolas do Bairro do
Passo, próximos à UNIPAMPA Campus de São Borja-RS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
MESTRANDO: BRUNO NABOLOTNYJ NUNES
ORIENTADOR: PROF. DR. MURIEL PINTO**

GESTOR EDUCACIONAL Nº _____

1. Em qual função você é gestor educacional?

- Diretoria
- Docência
- Secretaria Acadêmica
- Outra função: _____

2. Na sua opinião, o bairro do Passo apresenta oportunidades para os estudantes da UNIPAMPA após formados?

- Sim, muita oportunidade
- Sim, pouca oportunidade
- Não apresenta oportunidade

3. Referente às pessoas conhecidas que moram no bairro do Passo, após formadas na UNIPAMPA Campus São Borja elas permaneceram na cidade?

- Sim, a maioria delas permaneceu na cidade
- Sim, a minoria delas permaneceu na cidade
- Não, nenhuma delas permaneceu na cidade
- Não conheço pessoas que moram no bairro do Passo que estudam na UNIPAMPA Campus de São Borja

4. Você acredita que a UNIPAMPA tem contribuído para o desenvolvimento do bairro do Passo? (Na infraestrutura urbana, projeto com pescadores, com as Escolas)

() Acredito que sim, tem contribuído muito

() Acredito que sim, tem contribuído pouco

() Acredito que não tem contribuído

5. Está sendo desenvolvida alguma perspectiva ou nota algum interesse dos estudantes em relação a eles ingressarem futuramente na UNIPAMPA Campus de São Borja?

6. A Escola participou/participa de alguma ação social de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja? Se a resposta for “Sim”, qual ou quais?

APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O(a) Sr(a) foi selecionado(a) e está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: “**ANÁLISE SOBRE AS AÇÕES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO DA UNIPAMPA CAMPUS DE SÃO BORJA-RS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**”, que tem como objetivo analisar as ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja para o desenvolvimento territorial de São Borja e do bairro do Passo, seguindo o modelo de baixo para cima (*bottom-up*).

Este é um estudo baseado em uma abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando o método de questionário, através de perguntas pré-estabelecidas, aplicado de maneira informal, restringindo-se às respostas dissertativas e objetivas, para o conhecimento e o resultado do assunto em questão.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas de maneira informal para posteriormente serem transcritas nesta dissertação. E suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que o seu nome será substituído de forma aleatória. As informações coletadas serão utilizadas apenas NESTA pesquisa e os resultados poderão ser divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.

Sr(a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada a sua participação. O benefício relacionado a sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área das Políticas Públicas.

Sr(a) receberá uma cópia deste termo onde consta o celular/e-mail do pesquisador responsável, podendo esclarecer as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Desde já, este pesquisador agradece a sua contribuição para com o trabalho científico que está sendo desenvolvido!

Bruno Nabolotnyj Nunes / Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
Fone: (55) 99725-0977 / E-MAIL – bruno.nunes-@hotmail.com

Pesquisador (a)

São Borja, ____ de _____ de 2019.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Sujeito da Pesquisa: _____ (assinatura)